Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"
Centro de Energia Nuclear na Agricultura

O fortalecimento da agricultura familiar no sistema agroalimentar local. Uma intervenção no município de Itatinga-SP

Bruno Oliveira Garcia

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

Piracicaba
2023

Bruno Oliveira Garcia
Engenheiro Ambiental

O fortalecimento da agricultura familiar no sistema agroalimentar local. Uma intervenção no município de Itatinga-SP

Versão revisada de acordo com a Resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientador:
Prof. Dr. **MARCOS SORRENTINO**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

Piracicaba
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA – DIBD/ESALQ/USP

Garcia, Bruno Oliveira

O fortalecimento da agricultura familiar no sistema agroalimentar local. Uma intervenção no município de Itatinga-SP/ Garcia Bruno Oliveira. - - versão revisada de acordo com a Resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2023.

95 p.

Dissertação (Mestrado) - - USP / Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz".

1. Políticas públicas 2. Agroecologia 3. Educação ambiental 4. Municípios sustentáveis 5. Pesquisa intervenção I. Título

DEDICATÓRIA

À minha avó, que nos deixou em 2018 antes de eu ingressar no mestrado, e aos meus pais, por me incentivarem e darem todas as condições, materiais e imateriais, para escolher seguir o caminho da pós graduação com tranquilidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o Laboratório de Educação e Política Ambiental (Oca), pelos aprendizados teóricos e práticos que contribuíram para minha trajetória profissional como o educador que almejo ser e também pelas relações de amizades que construí ao longo do tempo em que estive presente no dia a dia movimentado do laboratório, serei eteramente grato. Dentre as pessoas que fazem parte da Oca, registro meu agradecimento especial ao Marcos Sorrentino, meu orientador e coordenador do laboratório, por me fazer acreditar na universidade como uma instituição atuante na construção de sociedades sustentáveis.

Agradeço ao grupo Mosaico pelos aprendizados no execício da autogestão e a todas pessoas que passaram pelo grupo e assumiram o desafio de transformar a EECF de Itatinga em um espaço de difusão da agroecologia. Também agradeço aos colaboradores do Estação, sempre acolhedores e proativos em colaborar com as atividades, seja de pesquisa ou de extensão. Desta equipe, deixo registrado meu agradecimento pessoal ao Rildo Moreira e Moreira, pela colaboração ativa na pesquisa e parceria ao longo deste tempo em que pudemos compartilhar o trabalho e a vida.

A execução desta pesquisa só foi possível graças aos extensionistas rurais de Itatinga, que se dispuseram à colaborar ativamente durante todo o projeto. Se não fosse pela colaboração de vocês, Patrícia, Jaime, Lucia, Luciana, Rildo e posteriormente o Luiz Fernando, não teríamos ido tão longe. Por isso, faço questão de registrar meus sinceros agradecimentos por toda a colaboração logística, material e humana, vocês mereceriam estar como coautores desta dissertação. Também agradeço aos agricultores e agricultoras familiares de Itatinga, pela disposição em participar da pesquisa e pelo bom acolhimento que recebi ao longo destas.

Por fim, agradeço a meu pai, José Roberto e minha mãe, Mara Rubia, que sempre me apoiaram e deram todas as condições necessárias para que eu não tivesse medo ou insegurança de seguir minha trajetória na pos graduação, mesmo sabendo das dificuldades intrínsecas à qualquer pos graduando neste contexto de desmonte da universidade, e minha companheira, Nathália Sola, por me ajudar a me tornar uma pessoa melhor.

Muito obrigado.

EPÍGRAFE

"Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro

Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário

Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável

Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei

Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo".

Bertolt Brecht

Sumário

RESUMO 8
ABSTRACT 9
APRESENTAÇÃO 10
DUAS HISTÓRIAS QUE SE ENCONTRAM 11
1. INTRODUÇÃO 13
1.1. O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA CRISE SOCIOAMBIENTAL 13
1.1.1 Desenvolvimento e crise socioambiental *13*
1.1.2 O papel da universidade no enfrentamento da crise socioambiental. *15*
1.1.3 Intervenção educadora, ambientalista e participativa *16*
1.2 O SISTEMA AGROALIMENTAR 17
1.2.1 Agroecologia *18*
1.2.2 Agricultura familiar *20*
1.2.3 Circuitos curtos de comercialização *22*
1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS 25
1.3.1 Definições que orientam a pesquisa *25*
1.3.2 Políticas públicas para agricultura *28*
1.3.2.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) *29*
1.3.2.2 Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) *30*
2. OBJETIVOS 33
2.1 OBJETIVO GERAL 33
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 33
3. METODOLOGIA 35
3.1. LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO 35
3.2. FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA 38
3.2.1 Pesquisa intervenção *38*
3.2.2 Planejamento incremental e articulado *39*
3.2.3 Técnicas de coletas de dados *39*
3.2.3.1 Observação participante *39*
3.2.3.2 Entrevistas *40*
3.3. TRAJETÓRIA DA PESQUISA 42
3.3.1 Conhecer o território e criar laços *43*
3.3.2 A retomada dos trabalhos e o fortalecimento dos laços *45*
3.3.3 As entrevistas com agricultores familiares *46*
3.3.4 O grupo Mosaico e o projeto de pesquisa *47*
4. RESULTADOS 49
4.1. INTERVENÇÃO EDUCADORA, AMBIENTALISTA E PARTICIPATIVA 49
4.2. A DEMANDA LOCAL DE ALIMENTOS E A AGRICULTURA FAMILIAR DE ITATINGA 52
4.2.1 A demanda de hortaliças e frutas nos estabelecimentos do município *52*
4.2.2 A agricultura local *55*
4.2.2.1 Produtor 1 ..... *56*
4.2.2.2 Produtor 2 ..... *56*
4.2.2.3 Produtor 3 ..... *57*
4.2.2.4 Produtor 4 ..... *58*
4.2.2.5 Produtor 5 ..... *59*
4.2.2.6 Produtor 6 ..... *60*
4.2.2.7 Produtor 7 ..... *61*
4.2.2.8 Produtor 8 ..... *61*
4.2.2.9 Caracterização da agricultura familiar local *62*
4.2.3 A agricultura familiar no mercado local *64*
4.2.3.1 CEAGESP de Bauru *65*

4.2.3.2 Atravessador *66*
4.2.3.3 Vendedores de porta em porta *66*
4.2.3.4 Estabelecimentos alimentícios locais *67*
4.2.3.5 Estabelecimentos alimentícios externos *67*
4.2.3.6 Feira semanal *68*
4.2.3.7 PNAE *69*
4.2.2.8 Laticínio *70*
4.3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DE ITATINGA 70
4.3.1 Financiamento *72*
4.3.1.1 O PRONAF *72*
4.3.1.2 Créditos diversos *72*
4.3.1.3 Aposentadoria *74*
4.3.2 Assistência Técnica e Extensão Rural *74*
4.3.2.1 Casa da Agricultura (CA) *74*
4.3.2.2 Assistência técnica pública *75*
4.3.2.3 Assistência técnica particular *76*
4.3.2.4 Produção *77*
4.3.3 Comercialização *77*
4.3.3.1 PNAE *77*
4.3.2.4.2 Feira *78*
4.3.4 Associações *79*
4.3.5 Outras políticas públicas *82*
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 83
REFERÊNCIAS 86

RESUMO

O fortalecimento da agricultura familiar no sistema agroalimentar local. Uma intervenção no município de Itatinga-SP

As respostas dadas a respeito da crise socioambiental que se agrava a níveis mundiais têm se mostrado insuficientes. A realidade agroexportadora em que o Brasil está inserido dentro da estrutura do sistema agroalimentar, contribui com as condições de degradação ambiental e aprofundamento das desigualdades sociais. A universidade pode contribuir para o enfrentamento dos impactos socioambientais gerados pela concentração de aglomerados empresariais ao longo da cadeia de produção agrícola, estimulando pesquisas participativas que buscam incidir em políticas públicas voltadas para a melhoria das condições existenciais de agricultores familiares, através do fortalecimento dos canais de comercialização locais. Esta pesquisa, que se caracteriza como um estudo de caso, se desenvolveu no município de Itatinga-SP, localizado a 225 km da capital paulista e com uma população de aproximadamente 20 mil habitantes. Seu objetivo foi promover uma intervenção educadora que pudesse contribuir com a aproximação da Estação Experimental de Ciências Florestais (EECFI) da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiróz" (ESALQ/USP) com a população do município, ao mesmo tempo em que investigue a relação entre a agricultura familiar, políticas públicas voltadas para este público e os canais de comercialização locais. Os resultados apontam que a temática da pesquisa e a sua intenção educadora e de cooperação, permitiram a formação de um grupo de trabalho junto à instituição de extensão rural do município, que passou a colaborar ativamente com o planejamento e execução das ações da pesquisa, inspiradas em metodologias participativas e uma visão crítica da sociedade e do sistema agroalimentar. Os demais resultados evidenciam que a agricultura familiar, mesmo com uma atuação difusa, tem um papel relevante na comercialização local, ainda que esteja restrito à poucas famílias, aquelas com maior capacidade de inserção nos mercados. Acredita-se que contribuir com melhorias nas condições de vida e trabalho da agricultura familiar local depende da sua articulação enquanto uma categoria social e a universidade pode ser uma instituição potencializadora dessa construção.

Palavras-chave: Políticas públicas, Agroecologia, Educação ambiental, Municípios sustentáveis, Pesquisa intervenção

ABSTRACT

Strengthening family farming in the local agri-food system. An intervention in the municipality of Itatinga-SP

The answers given about the socio-environmental crisis that is worsening at world levels have proved to be insufficient. The agro-export reality in which Brazil is inserted within the structure of the agro-food system, contributes to the conditions of environmental degradation and the deepening of social inequalities. The university can contribute to confronting the socio-environmental impacts generated by the concentration of business clusters along the agricultural production chain, stimulating participatory research aimed at influencing public policies to improve the existential conditions of family farmers, through the strengthening of local food systems. This research, which is characterized as a case study, was developed in the municipality of Itatinga-SP, located 225 km from the capital of São Paulo and with a population of approximately 20 thousand inhabitants. Its objective was to promote an intervention that would contribute to bringing the Forest Sciences Experimental Station (EECFI) of the "Luiz de Queiróz" Higher School of Agriculture (ESALQ/USP) closer to the population of the municipality, at the same time that it could investigate the relationship between between family farming, public policies aimed at this public and local marketing channels. The results indicate that the theme of the research and its educational and cooperation intention, allowed the formation of a working group together with the institution of rural extension of the municipality, which started to collaborate actively with the planning and execution of the research actions, inspired in participatory methodologies and a critical view of society and the agro-food system. The other results show that family farming, even with a diffuse performance, has a relevant role in local marketing, even if it is restricted to a few families, those with greater capacity for insertion in markets. It is evident that contributing to improvements in the living and working conditions of local family farming depends on its articulation as a social category and the university can be an institution that enhances this construction.

Keywords: Public policies, Agroecology, Environmental education, Sustainable municipalities, Intervention research

APRESENTAÇÃO

Uma história breve sobre o pesquisador

Iniciar a dissertação com uma breve apresentação sobre seu autor é um exercício importante e muitas vezes negligenciado dentro da academia. Tem o intuito de contribuir para a melhor compreensão sobre os caminhos traçados pela pesquisa e evidenciar alguns fatos e acontecimentos ao longo da história de vida do seu protagonista, que o conduziram a ela.

Sou filho de dois comerciantes, nascido em São Bernardo do Campo, no ano da morte do Ayrton Senna e da conquista do tetra campeonato mundial pela seleção brasileira masculina de futebol, 1994. Meus pais desde muito cedo, foram obrigados a trabalhar com suas famílias, meu pai ajudava no bar e mercearia que era dos meus avós paternos e minha mãe era responsável pelos trabalhos domésticos e de cuidados com sua irmã mais nova, enquanto meus avós maternos tocavam uma drogaria.

Diferentes de meus avós, meus pais, fizeram de tudo para eu não precisasse trabalhar quando criança e sempre me incentivaram a estudar e praticar esportes. Enquanto eles enfrentavam rotinas de trabalho que muitas vezes excediam as doze horas diárias, eu passava a manhã na escola e a tarde me envolvia com atividades extracurriculares diversas.

Ao longo da minha infância eu aproveitei o que estava sendo oferecido para mim, mas não enxergava que esta realidade não fazia parte da vida da maioria das pessoas. Foi apenas na adolescência, quando comecei a explorar com mais autonomia o território que vivia, que passei a me enxergar enquanto uma pessoa privilegiada.

Dentre as atividades que marcaram minha infância, a natação foi aquela que eu mais me dediquei, inclusive chegando a fazer parte da equipe de treinamento de Santo André. Eu me destacava entre as outras crianças, mas nunca peguei gosto pela rotina de treinos diários e da pressão das competições.

O skate também marcou minha vida, mas não foi pela desenvoltura em cima das quatro rodinhas, foi pelo fato de ter me ajudado a romper bolhas e me colocar em contato com uma realidade fora da escola e clube particulares. A vivência nas ruas da cidade que o skate me proporcionou nos anos de 2010, abriu minha mente e chamou minha atenção às pautas ambientais, que estavam ganhando força nos noticiários por conta da "Rio + 20".

O incentivo dos meus pais aos estudos, foi o principal motivo pelo qual eu decidi que o melhor caminho para mim seria ingressar no ensino superior. Na época, optei pelo curso de engenharia ambiental por gostar de exatas e acreditar que seria uma boa oportunidade de atuar colaborando com as causas ambientais.

Ao ingressar no curso de engenharia ambiental na UNESP, acabei me aproximando dos projetos de extensão, pois sempre enxerguei que era uma maneira de retribuir à sociedade todos os privilégios que tive durante a vida e que me permitiram ingressar em uma universidade pública. A princípio, essa dedicação esteve direcionada à colaboração junto aos cursinhos populares, tanto na sua organização quanto no exercício da docência.

O encantamento com a educação, pelo seu potencial de transformação das pessoas, foi tamanho que me fez acreditar que a docência era a saída para me tornar um profissional satisfeito com o que estava fazendo. Posteriormente à este encantamento, surge a agroecologia como tema e prática que me transformaram enquanto pessoa. Comecei a me encantar pelas potencialidades que enxergava nesta forma de produção alimentar focada na soberania alimentar da sua população.

Neste cenário, reforço a ideia de que os aprendizados mais importantes para a minha trajetória universitária estiveram atrelados aos grupos de extensão, pois foi através destes que tive a oportunidades de exercitar

o aprender e ensinar coletivamente através da práxis e da importância do olhar sistêmico sobre o contexto que em que estamos inseridos.

Esta caminhada me fez chegar ao fim da graduação com intenções de me dedicar à docência e interessado em aprender mais sobre a educação ambiental, pois a enxergava, cada dia mais, como um potente instrumento de transformação das pessoas e do cenário socioambiental de degradação que estamos vivendo. Foi no último período da graduação que encontrei e comecei a participar da Oca (Laboratório de Educação e Política Ambiental) da ESALQ/USP, no início de 2018.

Posso dizer que o encontro com a Oca foi uma ótima oportunidade de conseguir conciliar o meu interesse em direcionar minha trajetória profissional para a docência, na pós graduação, e aprender mais sobre educação ambiental na teoria e na prática. A longa trajetória da Oca enquanto laboratório de práticas de educação ambiental, foi uma oportunidade de instrumentalizar minha atuação enquanto futuro educador e colocar em prática o exercício de planejamento, execução e coordenação de projetos ligados à educação ambiental e agroecologia.

De maneira resumida, tentei compartilhar nestas linhas os principais acontecimentos que identifico hoje, como relevantes para a construção de quem sou e dos motivos que me trouxeram até esta pesquisa, que está impregnada de consequências destes relatos que acabei de compartilhar.

Duas histórias que se encontram

Esta pesquisa de mestrado foi motivada pela possibilidade de colaborar com a estruturação do projeto Mosaico Educo-Florestal Agroecológico, porém, antes de explicar o que é este projeto e seus objetivos, é necessário contextualizar os motivos para seu surgimento.

A Estação Experimental de Ciências Florestais (EECF) de Itatinga, da ESALQ/USP, é uma fazenda destinada à pesquisa nas áreas de silvicultura, reflorestamento e conservação ambiental. Antes de ser propriedade da USP, era um dos muitos hortos espalhados pelo estado de São Paulo para a produção de madeira destinada ao abastecimento e manutenção dos trens e das linhas férreas.

Antes de ser propriedade da USP, no ano de 1989, a estação experimental era chamada de Horto de Itatinga e já tinha relações com a universidade, principalmente com o departamento de ciências florestais da ESALQ (LCF), no que diz respeito a pesquisas de melhoramento genético das espécies de eucalipto. Todo o processo de doação da área, pesquisas e até mesmo registros históricos da Estação Experimental podem ser consultados no site pessoal do Prof. Dr. Luiz Barrichelo, ex docente do departamento. (http://www.luiz.barrichelo.nom.br/ Acessado em Fevereiro de 2022).

A USP, na figura da Estação Experimental de Ciências Florestais (EECF) de Itatinga, continuou realizando um papel importante no desenvolvimento de pesquisas de silvicultura e conservação, porém, esteve distante da realidade da maioria da população do município de Itatinga. Este cenário, conciliado com o avanço das políticas neoliberais no governo do estado de São Paulo, levou ao episódio crucial para o início do projeto Mosaico Educo-Florestal Agroecológico.

No ano de 2014, o governo do estado de São Paulo junto com a prefeitura de Itatinga, cogitaram desapropriar parcela significativa da área da EECF de Itatinga, para a construção de um centro de logística na Rodovia Castelo Branco, a qual corta uma parte da estação experimental.

Esta notícia fez a ESALQ e outras instituições de pesquisa se mobilizarem para barrar a desapropriação, e é neste momento que nasce o Mosaico Educo-Florestal Agroecológico. Coordenado pelo prof. Dr. Marcos Sorrentino, também coordenador da Oca, o projeto tinha como objetivo transformar a estação experimental em um

laboratório de práticas agroecológicas junto a agricultores da região, com intuito de fortalecer a relação com a população local e enraizar a EECF entre os munícipes de Itatinga.

Quando cheguei à Oca, no início de 2018, já existia o projeto Mosaico Educo-Florestal Agroecológico, ele havia sido escrito em uma disciplina de pós-graduação ministrada pelo Marcos Sorrentino e estava mobilizando alguns estudantes e instituições da região na captação de recursos. Além do projeto escrito para a captação de recursos, também foi iniciado um processo de tramitação dentro da USP para a utilização de parte da área da EECF para atividade com agricultores e também estavam se iniciando os primeiros movimentos para formação de um grupo de estudantes focados em desenvolver atividades de agroecologia dentro da EECF.

É nesse contexto que a minha trajetória de vida e a do Projeto Mosaico Educo-Florestal Agroecológico se encontram e coincidem no meu ingresso no Programa de Pós Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada (PPGI-EA - ESALQ/CENA) em 2019. O projeto apresentado para ingressar no mestrado do referido programa estava focado no planejamento, junto a agricultores da região, de sistemas agroflorestais que seriam implantados na Estação Experimental de Ciências Florestais.

À medida em que me inseria na realidade do município e os projetos de captação e tramitação na USP caminhavam, ficou evidente que era necessário promover mudanças na pesquisa. As mudanças ocorridas fizeram com que a pesquisa passasse a ter como foco a investigação sobre os canais de comercialização da agricultura familiar em Itatinga e as políticas públicas acessadas por estes atores.

O texto que segue foi construído em formato clássico de relatório científico, com introdução, objetivos, metodologia, resultados e considerações finais. Já na introdução pretende contextualizar a pesquisa a partir das principais referências bibliográficas que inspiraram sua realização. A metodologia visa descrever o território da pesquisa, enunciar o método utilizado e compartilhar os caminhos percorridos pela pesquisa para conseguir alcançar seus objetivos. Por fim, apresentamos os resultados obtidos e finalizamos com as principais considerações com relação ao cumprimento ou não dos objetivos da pesquisa.

1. INTRODUÇÃO

O intuito deste tópico é localizar a pesquisa em relação aos temas de intervenção educadora; sistema agroalimentar e políticas públicas e apresentar as principais referências a inspiram. Antes de seguir adiante, reforço que desde o início nossa maior motivação era consturir uma pesquisa participativa que pudesse colocar a universidade, seus recursos e acúmulo teórico e prático, à serviço da agricultura familiar, a partir da construção de um ambiente de cooperação participativo junto à atores locais.

1.1. O papel da universidade na crise socioambiental

1.1.1 Desenvolvimento e crise socioambiental

Não é possível dissociar a crise ambiental do modelo de desenvolvimento pautado na produção e nos valores de individualismo e competição. Em seu livro, Capitalismo e Colapso Ambiental, Luiz Marques (2015) organiza a constatação de que a sociedade vive uma crise ambiental que deve ser tratada como prioridade e enfatiza que somente admitindo o esgotamento do sistema capitalista é que será possível encontrar caminhos para sua superação.

Ao longo da história da espécie humana o excedente sempre esteve relacionado com segurança. Hoje esta ideia continua atual e coerente, principalmente quando analisada da perspectiva do indivíduo, porém, quando observada de uma perspectiva sistêmica, fica explícita a relação direta entre o processo de acumulação de recursos de pouquíssimas pessoas e os impactos ambientais socializados entre toda população, gerando mais malefícios do que propriamente segurança à sociedade (MARQUES, 2015).

Neste processo de acumulação de capital, destaca-se a situação da América Latina e boa parte dos países do Sul Global, que tiveram suas histórias marcadas pela colonização e até hoje sofrem com impactos diretos na vida de suas populações. Sob a justificativa de difundir o progresso e a civilização para todo o mundo, conceitos estes definidos estrategicamente pela sociedade ocidental e cristã, a colonização desencadeou um processo de dominação imperialista, relacionado com a exploração da natureza e a destruição de civilizações e culturas (ACOSTA, 2016).

No contexto brasileiro, a colonização portuguesa se iniciou com as grandes navegações e desencadeou diversas ações no sentido de transformar o país em um provedor de bens ao mercado mundial a partir da exploração dos indígenas e africanos escravizados. Essas três etinias (indígenas, afrianos e portugueses) formaram uma unidade étnica não uniforme, que é proveniente da sua miscigenação e das diferenças provenientes de fatores externos como ambiente, econômica e migração (RIBEIRO, 1995)

A elite portuguesa, que depois tornou-se brasileira, tem papel crucial na condução dos processos históricos que fizeram o Brasil se tornar o que é hoje. Usou da violência para garantir a manutenção dos seus privilégios sem permitir qualquer melhoria na vida das classes marginalizadas. O Brasil sempre foi protagonista na produção das commodities mais valiosas, fato que lhe proporcionou enormes rendimentos per capita, que foram acumulados sem qualquer comprometimento com a melhoria das condições sociais da população (RIBEIRO, 1978).

Ao longo da construção histórica brasileira, o acesso a terras e a educação foram os principais mecanismos utilizados pela elite para manutenção de seus interesses, garantindo a imposição de um projeto político que continuava a garantir os privilégios da elite e a miséria para o restante da população (RIBEIRO, 1978).

Entender o processo de colonização mundial nos ajuda a enxergar que a própria percepção do que é conhecimento é uma determinação dos países centrais do capitalismo. São estes países que determinam o que é verdadeiro e falso perante à ciência e negam outros saberes como o popular, o leigo, o camponês e o indígena, por exemplo. Todo conhecimento e saber que teve e tem origem na zona colonial é tido como incompreensível e colocado no campo das crenças e essa lógica se manifesta na negação da natureza da espécie humana (SANTOS, 2007).

Existe uma linha abissal que divide o mundo entre os países centrais e periféricos do capitalismo, é importante reconhecer essa exclusão social em um sentido mais amplo e romper com as formas de pensar e agir da modernidade ocidental. Essa ruptura consiste em defrontar a monocultura da ciência moderna com a ecologia dos saberes, passando a enxergar a pluralidade dos conhecimentos e reconhecer a importância da busca pela intersubjetividade e da intervenção no real a partir de sua complexidade (SANTOS, 2007).

Estamos vivendo uma crise civilizatória que é fruto da racionalidade econômica e da lógica do pensamento ocidental, por isso não devemos esperar que a ciência e a tecnologia sejam capazes de resolver estes problemas enquanto não forem capazes de enxergar a realidade a partir da complexidade. Se faz necessário construir uma visão de mundo pautada em epistemologias focadas na natureza do ser e o conhecer (LEFF, 2002).

O conceito de desenvolvimento originou-se da ideia de progresso e bem-estar, e desde sempre representou a exploração econômica dos bens naturais. Se estabeleceu como um conceito e se difundiu como a panacéia dos males do mundo no discurso de posse do presidente Harry Truman, em 1949, no qual ele definiu uma parte do mundo como subdesenvolvido e apontou para a industrialização como caminho para que passassem para um nível civilizado (GÓMEZ, 2002).

O conceito de desenvolvimento é apontado como um conceito vazio, que além de não dizer nada, tem o objetivo de difundir a ilusão de que algum dia os povos pobres poderão desfrutar do modo de vida ocidental e consumista dos povos ricos. É um mito criado para levar os povos e países periféricos a aceitarem qualquer intervenção e sacrifícios para legitimar e destruição da natureza (FURTADO, 1974; SACHS 1997).

Desde a década de 70, surgiram diversos sobrenomes para o desenvolvimento, frutos das críticas que surgiram por este não conseguir lidar com questões estruturais importantes, principalmente nos países ditos "subdesenvolvidos", como a pobreza extrema, por exemplo. Estes adjetivos dados ao desenvolvimento enriqueceram as avaliações realizadas, mas ainda não foram capazes de superar a raiz predatória do conceito de desenvolvimento (ACOSTA, 2016).

Diante dessa percepção, este trabalho se inspira no conceito de sociedades sustentáveis, que pode ser definido da seguinte maneira:

> "A conceituação de sociedades sustentáveis, baseada na necessidade de se manter a diversidade ecológica, social e cultural dos povos, das culturas e modos de vida nos parece não somente

> mais substantiva, mas portadora dos grandes desafios para o século XXI. Ela acena para a necessidade de pensar na diversidade de sociedades sustentáveis, com opções econômicas e tecnológicas diferenciadas, voltadas principalmente para 'desenvolvimento harmonioso das pessoas e de suas relações com o conjunto do mundo natural" (DIEGUES, 1992).

Procurando compreender os aspectos essenciais da sustentabilidade, se destaca a necessidade de transformar setores marginalizados e excluídos da sociedade em cidadãos, através da participação política, bem como se faz necessário o fortalecimento da identidade, da cultura e dos territórios para que assim possam desencadear um processo de autonomia na construção da sua própria sustentabilidade (ALMEIDA, 1997; ROSA-BAÑOS, 2013).

1.1.2 O papel da universidade no enfrentamento da crise socioambiental.

Para a construção de outros modelos de sociedades, é importante desconstruir o fetiche pelos indicadores econômicos, exercitar um olhar sistêmico e compreender a complexidade da natureza. Somente assim seria possível construir sociedades sustentáveis, compromissadas com o planejamento democrático pautado na satisfação das necessidades das pessoas e no respeito à natureza. Essa realidade só poderá ser alcançada quando houver um rompimento com o modelo produtivista e de estímulo ao consumismo, uma mudança "radical" no sentido de combater as raízes do problema e promover uma mudança civilizacional (LOWY, 2020)

Alinhado a esta ideia, o propósito da universidade deve ser fiel à satisfação das necessidades do povo. Proporcionar a melhoria das suas condições de vida entendendo a esta a partir dos princípios de liberdade e de participação e não através da lógica ocidental inspirada no consumismo. Neste sentido, o saber científico produzido na universidade deve estar dedicado à contribuir com a solução de problemas estruturais como a dependência, a desigualdade e a ignorância, assegurando que se cultive saberes úteis e responsáveis para com o povo brasileiro (RIBEIRO, 1985).

A universidade está passando por uma crise tripla, de hegemonia, de legitimidade e institucional. Para superá-la é preciso resgatar sua legitimidade, a partir da extensão, da pesquisa-ação, da ecologia de saberes e da responsabilidade social. É preciso tornar a universidade uma instituição mais participativa, democrática e alinhada com a resolução dos principais problemas socioambientais a partir de uma atuação local, articulada com outras instituições, públicas e até mesmo privadas, desde que seja mantida a autonomia e liberdade para o desenvolvimento das pesquisas (SANTOS 2004).

Diante da diversidade de definições sobre extensão universitária, ressalta-se a importância de uma extensão permanente, articulada com o ensino e a pesquisa e que se desenvolve na região a qual a universidade está inserida (SAVIANI, 1984). Essa extensão não inferioriza sujeitos ou nega seus conhecimentos, mas atua para se aproximar da ideia de comunicação, a qual implica uma reciprocidade entre sujeitos (FREIRE, 1983)

As ações da universidade precisam estar pautadas no princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Dentre os objetivos que circundam a extensão universitária destaca-se seu papel de contribuir com a solução dos grandes problemas da humanidade, priorizando as práticas voltadas ao atendimento das

necessidades sociais a partir das relações interdisciplinares e da educação ambiental (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012, p. 9).

Assumir o compromisso de combate aos problemas socioambientais requer superar o paradigma que simplifica fenômenos sociais, fragmenta e especializa o conhecimento. Requer reconceituar a universidade de maneira epistemológica, pedagógica e estrutural, centrando esforços para compreender o mundo e o ser humano de maneira integral e complexa (RIOJAS, 2003)

A reestruturação da universidade, assumindo este novo paradigma socioambiental, tem potencial para dar visibilidade à universidade não só como instituição educativa, mas também política (RIOJAS, 2003). Podendo ser um primeiro passo para recuperar a legitimidade perdida diante do avanço de forças conservadoras e obscurantistas que emergem em muitos lugares do planeta, como observado no movimento antivacina que se evidenciou ao longo da pandemia de COVID-19, no Brasil e no mundo.

1.1.3 Intervenção educadora, ambientalista e participativa

Uma parte da trajetória de mais de trinta anos de atuação do Laboratório de Educação e Política Ambiental (Oca ESALQ/USP), contribuiu para dar mosculatura à esta pesquisa intevenção, principalmente ao estimular a realização de pesquisas e trabalhos inspirados em uma educação ambiental pautada na participação e no diálogo como potencializadores das pessoas, para que estas se mobilizem para lidar com os desafios planetários de cuidado com a vida em todas suas dimensões. (PORTUGAL e SORRENTINO, 2020).

No dicionário online de português "Dicio", uma das definições sugeridas para a palavra intervenção é o "ato de intervir, de exercer influência em determinada situação na tentativa de alterar o seu resultado". De fato, a proposta de mudar a realidade é o que motiva essa pesquisa desde o princípio, intervir na realidade buscando fortalecer a extensão na universidade e contribuir com a melhoria das condições existenciais da agricultura familiar local.

Sugerir que esta intervenção se enxerga enquanto educadora quer dizer na prática que ela está comprometida com a transformação da sociedade a partir de um viés crítico e emancipatório, no sentido de questionar os processos que constituem o pensamento hegemônico e sua reprodução na sociedade, bem como contribuir com a construção do conhecimento a partir dos atos de desvendar sujeitos e desvelar a realidade (GUIMARÃES, 2005; TASSARA e ARDANS, 2005).

Uma intervenção educadora deve colaborar com a construção de um ambiente educativo de conscientização. Pode ser concretizada a partir de projetos de intervenção comunitária, pautados por uma metodologia que busque criar movimentos de inserção crítica de atores no cotidiano e "ampliar a participação do tecido social, através de uma mobilização que coloque a ação em movimento". (GUIMARÃES, 2005 p.195)

A intervenção se constitui em processo socializador e portanto, de forma derivada, educacional. Deverá estar focada em oferecer informações e produzir interações capazes de contribuir com o esclarecimento emancipatório de sujeitos e de grupos. Em síntese, a intervenção educadora se constrói a partir de três ações indissociáveis: buscar a

emancipação, as relações transparentes e horizontais e fortalecer a identidade de sujeitos e grupos. (TASSARA e ARDANS, 2005).

A intervenção será também ambientalista quando for capaz de contextualizar e politizar o debate ambiental, problematizar as contradições dos modelos de desenvolvimento da sociedade e colocar ênfase na crítica com relação aos fundamentos que proporcionam a dominação do humano e dos mecanismos de acumulação do capital, visando assim promover mudanças mais profundas nas relações socioambientais (LAYRARGUES, 2014; CARVALHO, 2001).

A participação se torna indissociável da intervenção educadora e ambientalista pautada por um viés crítico e emancipatório porque, além de ser eixo estruturante das práticas de educação ambiental (JACOBI, 2005, p. 233), também permite ao indivíduo sentir-se responsável pela coletividade, fomentando seu crescimento pessoal e coletivo (MASSOLA e SVARTMAN, 2018). Fortalecer os mecanismos de participação, valorizar os elementos locais, o respeito à multiplicidade de experiências e a ideia de sustentabilidade, são elementos que estimulam o envolvimento e sensibilização dos atores sociais locais (JACOBI, TRISTÃO e FRANCO, 2008; JACOBI, 2005).

A participação em projetos que trabalham com a questão agropecuária local, também é propício para a criação de cenários favoráveis a aquisição e intercâmbio de conhecimentos e saberes por parte da comunidade e também dos diferentes sujeitos envolvidos, sempre apontando para a construção de sistemas agroalimentares mais sustentáveis (MIRANDA, OLIVEIRA e HERDADO, 2020).

A intervenção que será aqui descrita teve a intenção de contribuir com a melhoria das condições de vida da agricultura familiar de Itatinga/SP, com o compromisso político de potencializar a comunidade para romper com o fatalismo e construir ações que visem a transformação da realidade. Neste caso, a atuação do agente externo deve buscar fortalecer laços comunitários e a formação de identidade coletiva dos participantes, a partir da criação de espaços de diálogo e participação que estimulem as pessoas ao compromisso coletivo (ANSARA e DANTAS, 2010).

No intuito de desencadear processos duradouros e sustentáveis no tempo, destaca-se a construção a partir das particularidades dos sujeitos, grupos e contexto socioambiental, visando potencializar os atores locais. Essa construção requer a criação de espaços de mediação, produção e articulação de conhecimentos e saberes, que convidam os indivíduos e grupos à ação. Poderíamos sistematizar, dizendo que construir a sustentabilidade dos processos educadores requer pautar nossas ações nos pilares de Identidade, Comunidade, Diálogo, Potência de Ação e Felicidade (ALVES, 2010).

1.2 O sistema agroalimentar

O sistema agroalimentar pode ser compreendido como a totalidade das operações que envolvem a cadeia de alimentos, desde a disponibilização de insumos, produção nas unidades agrícolas, armazenamento, até as transformações e distribuição dos alimentos (DAVIS e GOLBERG, 1957; MALASSIS, 1973; apud CRIBB, 2004).

Se tratando de um sistema amplo e complexo, há exigência de uma análise em diferentes escalas que permitam abordagens técnicas e sociais, neste sentido, as propostas de atuação local e territorial têm ganhado espaço nas pesquisas

relacionadas ao sistema agroalimentar, pois permitem uma abordagem ampla e que estimula a resolução de problemas (COCHETE, 2012).

As transformações promovidas pela revolução verde desencadearam mudanças em todo o sistema agroalimentar, principalmente com relação à ampliação da sua estrutura e dinamismo das operações. Este enfoque produtivista, promoveu a exclusão de uma parcela significativa de agricultores, aqueles que não conseguiram se adequar ao novo modelo de produção e comercialização cada vez mais controlado por "impérios alimentares" (PLOEG, 2008; COCHETE, 2012).

No relatório intitulado "Muito grande para nos alimentar" (Tradução livre), publicado em 2017 pelo Painel Internacional de Estudiosos em Sistemas Alimentares Sustentáveis (IPES-Food, na sigla em inglês), eles alertam que todo o sistema agroalimentar está passando por um processo de concentração significativo, principalmente pela fusão de grandes empresas. O exemplo mais emblemático é a compra da Monsanto pela Bayer, após a fusão a empresa passou a ser responsável por quase um terço do mercado mundial de agroquímicos (27,4%) e de sementes (30,1%).

A forma como está organizado o sistema agroalimentar em escala mundial foi capaz de aumentar a produção de alimentos, porém sem conseguir satisfazer as necessidades nutricionais da população como um todo e exportando o ônus socioambiental da produção de alimentos aos países mais pobres (OTEROS-ROSAS, et. al, 2019). As grandes corporações agem para mascarar os limites e as condições sociais e ecológicas que dificultam o seu crescimento e continuar agindo sem qualquer compromisso com a erradicação da fome (CABEZA, 2010).

Diante deste cenário é necessário colocar o interesse da população acima dos interesses privados e econômicos. Para isso, é necessário estruturar o sistema agroalimentar na direção da soberania alimentar, através da valorização da cultura camponesa e local e de estímulos à produção em pequena escala e autossuficiente, tanto em insumos como em trabalho (XAVIER, et. al, 2018).

"O conceito de Soberania Alimentar (SA) foi proposto pelo movimento social agrário transnacional, La Via Campesina, em meados da década de noventa (...). A proposta da soberania alimentar constitui, talvez, o enfrentamento anti-hegemónico mais progressista ao regime agroalimentar, por defender o direito dos povos a definirem, eles próprios, as suas políticas agrícolas. Trata-se de uma estratégia para resistir e desmantelar o comércio livre corporativo e priorizar as economias e mercados locais" (MONJANE, 2019)

Pode-se dizer que a transição necessária para que o sistema agroalimentar esteja focado na erradicação da fome, é equivalente à transitar da bioeconomia, que dá valor aos processos biológicos e da natureza, para uma economia ecológica, que se inspira em novas relações de produção e consumo, a partir da agroecologia, da agricultura local, da multifuncionalidade e da tomada de decisões democráticas que levem em conta as dimensões socioespaciais e de governança local. (SOUZA, 2021). É uma mudança no sentido de um novo estilo de vida compatível com a vida em todas as suas formas (PIRES E BEGA, 2021).

1.2.1 Agroecologia

O projeto de modernização da agricultura é fruto da aplicação das diferentes descobertas científicas na agricultura com intuito de manipular processos naturais para criação de tecnologias úteis à sociedade. Esta visão mecanicista e reducionista dos sistemas naturais, apesar de proporcionar ganhos na produtividade, levaram à dependência de insumos externos, degradação do solo e corpos hídricos, diminuição das florestas, perda da diversidade genética, colapso da biodiversidade, mudanças climáticas, insegurança alimentar (FEIDEN, 2012; MARQUES, 2015).

Este projeto modernizador, baseado na racionalidade econômica e instrumental como sistema de entendimento e explicação da realidade, promoveu múltiplas desconexões, contribuiu com a desterritorialização da agricultura, gerou uma inovação agrícola descontextualizada com o território e rompeu com a constituição histórica dos sistemas agrícolas. Tal constatação evidencia que os pilares que sustentam essa maneira de interpretar o mundo não têm se mostrado capazes de responder aos problemas complexos de ordem socioambiental (PETERSEN, 2013; FLORIANI e FLORIANI, 2010).

É neste cenário que surge a agroecologia, como um contraponto aos problemas socioambientais desencadeados pela agricultura moderna e convencional (MENDEZ e GLIESSMAN, 2002). O conceito foi utilizado pela primeira vez em uma publicação científica no ano de 1928, em um contexto de interação entre as disciplinas de Agronomia e Ecologia, porém a compreensão mais próxima do que se entende atualmente surge nos anos 1970, tendo como inspiração os sistemas agrícolas de povos e comunidades tradicionais (HETCH, 1993; WEZEL e SOLDAT, 2009).

É comum associar a agroecologia a ideia de uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente, que promove inclusão social e proporciona melhores condições econômicas aos agricultores (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p. 71), porém, se faz necessário enfatizar que a agroecologia não é apenas uma agricultura alternativa, mas uma ciência alinhada com o enfoque interdisciplinar, sistêmico e transformador, capaz de evidenciar que existe um novo paradigma em construção e proporcionar bases científicas e metodológicas para a promoção de uma agricultura mais sustentável (CAPORAL, 2009; CAPORAL e COSTABEBER, 2002).

Diferentes definições e abordagens sobre agroecologia foram utilizadas ao longo dos anos, pode-se dizer que as diferentes realidades históricas e geográficas influenciam nas múltiplas definições que existem, ou seja, a definição está atrelada ao contexto social, político, econômico e cultural vivenciado, podendo ter um enfoque restrito ao sistema de manejo agrícola ou uma abordagem que abrange todo o sistema agroalimentar. Atualmente uma das referências mais utilizadas no meio acadêmico, e que serviu de inspiração a esta pesquisa, define a agroecologia a partir de três abordagens distintas, a científica; a de práticas agrícolas; e a de movimento social e político. (WEZEL et. al., 2009 e WEZEL e SOLDAT, 2009).

A partir desta perspectiva de dimensão tripla da agroecologia, pode-se dizer que, mesmo tendo nascido no campo da prática como contraponto à agricultura convencional, com o passar dos anos, ampliou sua atuação para contribuir com a construção de uma nova epistemologia, inovadora e crítica e inspirar movimentos sociais ligados a reivindicações camponesas e de povos indígenas, se estabelecendo também como contraponto aos campos científicos convencionais e das premissas do agronegócio (TOLEDO, 2011; PRATES, CUSTÓDIO e GOMES, 2016; GUZMÁN, 2001).

Ao compreender a crise ambiental e ecológica enquanto uma crise civilizatória, Enrique Leff (2002) propõe que o movimento agroecológico é um movimento de transformação que pode reverter este processo de inércia que nos conduz ao colapso ecológico provocado pela ideia de progresso e pelo crescimento infinito, sugerindo que:

" a ciência e as técnicas da Agroecologia devem articular-se a uma nova teoria da produção e a novas práticas produtivas; à construção de um mundo no qual predomine o Ser das coisas sobre sua utilidade mercantil, onde se revalorize a terra e o trabalho e onde o ser humano possa reconhecer-se em seus saberes e no sentido das suas ações" (p. 50).

Em síntese, esta pesquisa entende a agroecologia como o estudo integrativo de todo o sistema agroalimentar (FRANCIS, et. al, 2003), cujo objetivo mais amplo é a busca pela sustentabilidade agrícola e ambiental, através da resolução dos problemas sociais, morais e éticos (TOLEDO, 2011). Sustentabilidade da perspectiva multidimensional, amparada pelas dimensões, ambiental, econômica, social, política, cultural e ética. Pode-se dizer que a sustentabilidade é um exercício de busca permanente por pontos de equilíbrio entre cada uma das dimensões, mesmo que conflitivas na realidade concreta (CAPORAL e COSTABEBER, 2004 e REINIGER, WIZNIESWSKY e KAUFMANN, 2017).

Diante desta compreensão, pode-se dizer que a pesquisa em agroecologia não deve se contentar em explicar ou conhecer, mas propor uma intervenção na realidade através da articulação dos sujeitos investigados, de modo a incidir de forma crítica no percurso de sua transformação. É pautada pelo rompimento das relações de poder entre pesquisador e pesquisado e sugere que a comunidade participe da construção dos caminhos para a melhoria das suas condições de vida (GUZMÁN 2001).

Neste contexto, pode-se dizer que o fortalecimento do pluralismo epistemológico contribui com a construção de uma pesquisa científica mais humanista e democrática, bem como a perspectiva de transformação local estimula o rompimento com a lógica disciplinar e convida para trabalhar orientado por temáticas (GOMES, 2011).

Diante do que se propõe esta pesquisa, enxergar a agroecologia através desse viés sistêmico, transformador e praxiológico, contribui para compreendê-la como ferramenta potente para auxiliar a universidade a se aproximar da sociedade, a ciência a se aproximar da prática e a extensão a se aproximar das demandas da sociedade.

1.2.2 Agricultura familiar

A definição de agricultura familiar vem sendo debatida no ambiente acadêmico desde a década de 90, em relação às diferenças entre uma agricultura altamente mecanizada voltada ao mercado externo e outra agricultura, heterogênea, diversificada e oriunda do campesinato. De maneira objetiva, pode-se dizer que a agricultura familiar é caracterizada pela gestão da propriedade compartilhada pela família, com a atividade agropecuária sendo sua principal fonte de renda e também pela relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia (LIMA, SILVA e IWATA, 2019)

Segundo a lei da agricultura familiar (Lei 11.326/2006), o agricultor familiar é aquele que dirige seu empreendimento familiar, utiliza predominantemente mão-de-obra familiar nas atividades economicas do

estabelecimento e tenha um percentual mínimo de renda familiar originada da propriedade, não podenedo deter área maior do que quatro módulos fiscais.

O conceito de agricultura familiar no Brasil é fruto de um conjunto de experiências, reflexões e iniciativas que tiveram como principais atores a academia, o Estado e as organizações sindicais. A construção da identidade da agricultura familiar esteve pautada na tentativa de superar a condição de inferioridade social atribuída aos pequenos produtores, reabilitando-os como personagens ativos no desenvolvimento do mundo contemporâneo (PICOLOTTO, 2015)

Durante as três décadas que seguiram o início da revolução verde no Brasil, a percepção sobre a agricultura componesa mudou significativamente. No início das décadas de 70 e 80 a categoria foi considerada como um setor social em vias de desaparecimento, principalmente pelo esvaziamento demográfico do espaço rural, diminuição da participação do PIB na agricultura e a desvalorização do espaço rural como portador de singularidades devido a generalização da cultura urbana. Em meados da década de 90, a situação começou a mudar, o conceito de agricultor familiar foi definido e a categoria passou a ser alvo de políticas de Estado e pesquisas acadêmicas (FERREIRA, 2012, p.29; PICOLOTTO, 2015).

Mesmo ganhando relevância nas políticas de Estado e nas pesquisas acadêmicas, o êxodo rural continua sendo uma realidade no Brasil, este fenômeno, que é fruto das políticas de modernização do campo, foi mais intenso entre a década de 90 e nos anos 2000 e agora experimenta um tênue arrefecimento. Conforme demonstram Maia e Buainain (2021), os mais afetados por este processo são os jovens e as mulheres. Outro fator relevante apontado pelos pesquisadores é a escolaridade, já que o diploma aumenta as chances de obter melhores oportunidades nos centros urbanos mais desenvolvidos.

O último censo agropecuário constatou que entre 2006 e 2017 a agricultura familiar diminui em quantidade de estabelecimentos (9,5%), pessoas ocupadas (17,6%) e área (0,5%). Mesmo neste cenário, ela segue representando mais de 75% dos estabelecimentos rurais e gerando emprego para mais de 65% das pessoas que trabalham no setor agropecuário, ocupando apenas 23% da área dos estabelecimentos rurais no Brasil (BRASIL, 2017).

Além da relevância com relação a proporção de estabelecimentos familiares e sua capacidade de empregar pessoas, não se pode deixar de enfatizar a importância da agricultura familiar na produção de alimentos. Neste sentido, Hoffman (2014) questiona o dado de que a agricultura familiar produz 70% dos alimentos que consumimos, afirma que é praticamente impossível fazer esta avaliação e sugere outros meios para reforçar a importancia da agrcultura familiar, como por exemplo, comparando o valor da produção familiar com a despesa anual de alimentos, relação que correspondia a 22% em 2009.

O contexto apresentado acima reforça a importância da agricultura familiar sobre o aspecto da produção de alimentos e da tradição cultural histórica do modo de vida camponês. Este reconhecimento não foi suficiente para uma melhoria significativa na renda e/ou no bem estar dessa categoria ao longo dos anos, a prova disso são os altos índices de pobreza e exclusão social que atingem a população que vive no ambiente rural.

A pobreza no meio rural não significa que o desenvolvimento ainda não chegou, pelo contrário, é um reflexo dos processos de desenvolvimento. Neste caso, a abordagem de pobreza vai além da perspectiva de renda familiar ou

privação de bens essenciais, mas também inclui a impossibilidade da reprodução da tradicional economia de subsistência, fruto da perda dos laços culturais e sociais com a comunidade (WANDERLEY, 2017).

Independente da perspectiva que se opta por analisar, o ambiente rural continua sendo o depósito da pobreza no Brasil. Com relação à renda, mesmo não sendo a maioria em números absolutos, a pobreza atinge mais da metade da população que vive no campo. A partir de outras perspectivas de pobreza, pode-se dizer que o êxodo rural, provocado pela modernização no campo, não só fragiliza os laços das comunidades rurais mas também dificulta o acesso aos bens essenciais, como saúde e educação, por exemplo (WANDERLEY, 2014).

A partir de uma perspectiva mais otimista sobre os futuros do ambiente rural, Ângela Damasceno Ferreira (2012), sugere que está em curso um processo de revitalização do espaço rural, com novas chances de trabalho, de cultura e de sociabilidade, cada vez mais valorizadas. A agricultura vem sendo considerada em um espaço pluriativo, usado como residência, lazer, paisagem e também como centro dos embates em torno de questões ambientais (FERREIRA, 2012).

As informações apresentadas acima, tratam a agricultura familiar enquanto uma categoria homogênea, porém é importante olharmos com mais cuidado para entender que existe uma diversidade gigantesca de atores com relação às formas de organização da produção, tamanho da propriedade, gestão da força de trabalho e muitas outras características. Apesar da diversidade ser uma realidade desta categoria em diferentes países, a desigualdade é uma particularidade brasileira (BELIK e FORNAZIER, 2015).

Estudos realizados pela FAO e pelo INCRA (1995) que serviram de base para a definição legal da agricultura familiar foram realizados com mais de 7 milhões de estabelecimentos agropecuários. Este estudo estabeleceu quatro categorias para a agricultura brasileira: agricultura patronal (7,1%); agricultura familiar consolidada (21,5%); agricultura familiar em transição (35,7%); e agricultura familiar periférica (35,7%). Esta última, não tem acesso à crédito, é incapaz de autofinanciamento e estão localizados em áreas periféricas e em geral, com solo de baixa fertildade, por isso não poderiam ser tratados como unidades produtivas.

A orientação da classificação proposta pelo estudo citado acima, têm como referência um modelo de agricultura que afirma certo grau de racionalidade produtivista e considera a inserção no mercado como fator para definir a viabilidade dos sistemas agrícolas. A questão é que grande fatia da agricultura familiar brasileira não tem receita agropecuária, porém deve ser incluída na condição de agricultura familiar, principalmente pela realidade semelhante que compartilham (WANDERLEY, 2014; SCHINEIDER e CASSOL, 2017).

1.2.3 Circuitos curtos de comercialização

Bem como as demais engrenagens do sistema alimentar, os aglomerados empresariais do setor de revenda de comida também monopolizam parte significativa do mercado.

> "Parece haver um menor grau de concentração na indústria global de alimentos em comparação com outros setores, os mercados estão muito concentrados a nível regional. Por exemplo, em 2011, as cinco maiores empresas [do setor de comestíveis] em treze estados membros da União

> Européia, tinham uma participação combinada de mercado de mais de 60%" (ETC, IPES, 2017, p.25).

A preocupação com as consequências deste processo de concentração no sistema agroalimentar promoveu diversas iniciativas de comercialização, focadas no comércio local, que se contrapõem ao sistema hegemônico. A proliferação destas iniciativas tem gerado dificuldades em estabelecer definições, objetivos e delimitações claras, sendo denominadas a partir de diferentes conceitos como, por exemplo, sistema alternativo, sistema local, cadeia curta de comercialização, entre outros (CANNELAS e ALVES, 2017).

Por mais que a venda direta de produtos para alimentação seja uma atividade milenar que sofreu grandes transformações a partir do séc. XX com a intensificação da atividade agrícola, quando tratamos em termos de pesquisas acadêmicas nota-se que esta é uma dinâmica socioprodutiva relativamente recente (DAROLT, 2013; GUZZATTI, 2014).

Existem diversas definições para circuitos curtos (CC), na França, os representantes do setor agroalimentar caracterizam como circuitos curtos aqueles que mobilizam até um intermediário entre produtor e consumidor (CHAFFTTE e CHIFFOLEAU, 2007, apud DAROLT, 2013). Dois casos se distinguem: a venda direta, onde o produtor entrega os produtos diretamente ao consumidor e casos onde os produtos são vendidos através de um único intermediário, seja este uma cooperativa, uma associação, outro produtor, loja especializada, restaurante ou mercado (DAROLT, 2013).

Outros autores trabalham com a hipótese da diminuição das distâncias geográficas e destacam o papel ativo do território, dando destaque a aproximação entre consumidor e produtor e trazendo outras denominações como "circuitos locais" ou "circuitos de proximidade" (ABURY e CHIFFOLOLEAU, 2009, apud DAROLT, 2013; GUZZATTI, 2014). Neste sentido, pode-se resumir circuitos curtos como os canais de comercialização em que se atua a partir da lógica de aproximação entre locais de produção e consumo; redução das distâncias percorridas pelos produtos; diminuição das necessidades de transporte, energia e logística (BAVA, 2012).

Figura 1: Fluxograma da tipologia de circuitos curtos de comercialização.
Fonte: Autor, a partir de DAROLT et.al. (2016).

Apesar de ser usual caracterizarmos canais longos e curtos de comercialização baseados na quantidade de atravessadores e distâncias geográficas, também existem autores que destacam a horizontalidade nas relações entre produtores e consumidores como características essenciais para definir estes canais (TROIANO, 2016).

Essa proposta sugere que o foco esteja na proximidade cultural, ou seja, na proximidade das relações. O encurtamento do canal de comercialização ocorre também a partir dos quesitos organizacionais e culturais referentes à cadeia de produção, da confiança e dos valores compartilhados em torno da qualidade regional, ecológica e natural, ampliando a definição de canais curtos inclusive para os canais de circulação convencionais, desde que sejam contempladas noções territoriais e ecológicas (GUZMÁN, 2012).

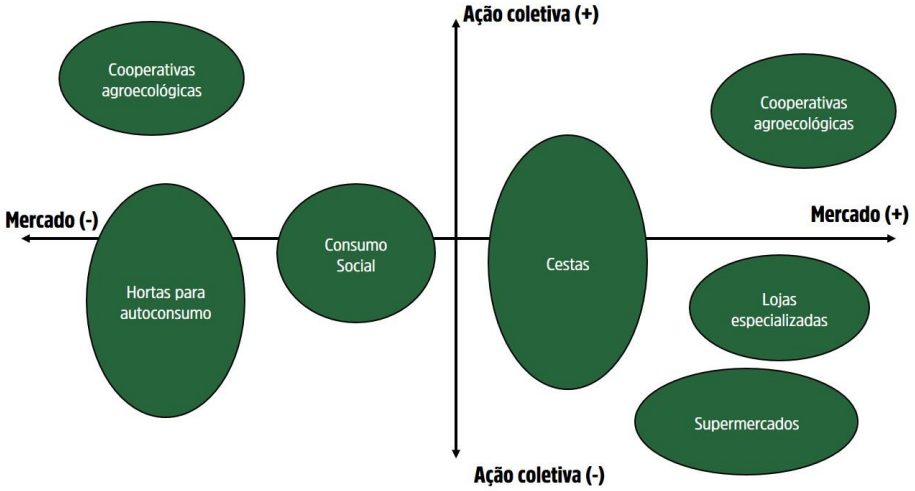

Figura 2: Gráfico da tipologia de circuitos curtos de comercialização
Fonte: Autor, inspirado em GUZMÁN (2012)

A emancipação socioeconômica da agricultura familiar e partir da construção de mercados alternativos que amenizem e se contraponham aos impactos negativos do sistema agroalimentar hegemônico, é a principal frente de atuação defendida pelos movimentos que atuam na criação destes novos meios de comercialização, pois enxergam como essenciais a participação efetiva desses atores na construção de cadeias produtivas alternativas. (PEREZ CASSARINO, 2013; VIEGAS 2016; GUZMÁN, 2012).

A ideia de que a soberania e a segurança alimentar devem ser centrais na redefinição do sistema agroalimentar reforçam um sistema de produção pautado nos princípios agroecológicos, na produção local e com relações de poder equilibradas, focados na alimentação da população e não na produção de commodities para exportação. Segundo alguns autores essa proposta tem potencial para melhoria de qualidade de vida aos camponeses e aos consumidores, acesso a alimentos saudáveis e a preços mais razoáveis (SEVILLA-GUZMÁN e SOLER, 2010; XAVIER, 2018)

O principal obstáculo para implementação de empreendimentos na direção de estruturar circuitos curtos de comercialização referem-se, principalmente, à organização entre os próprios produtores. Essas organizações de agricultores poderiam contribuir com o compartilhamento de informações e conhecimentos acerca do aprimoramento de técnicas de produção, beneficiamento da matéria prima, além de atuar na formação de pessoas aptas a gerir empreendimento, principalmente no que tange os componentes administrativos – contábil, mercadológico e financeiro. (MALUF, 2004).

Outras dificuldades se destacam na construção destes canais de comercialização locais, em relação à produção, distribuição e consumo. O desafio consiste na criação de estruturas de apoio, com suporte institucional, técnico, tecnológico e financeiro, através de financiamento adaptado, pagamento por serviços ambientais aos agricultores, isenção ou drástica redução de impostos para produtos locais (DAROLT, 2016; SILVA, 2015).

As feiras são canais de comercialização que podem contribuir com a emancipação socioeconômica da agricultura familiar devido à dinâmica de participação efetiva desses atores. Tanto na autonomia da formação dos preços, bem como no papel fundamental de criação de laços de confiança e amizade que superam a lógica mercantil, contribuindo com a construção de espaços de comércio mais justos e democráticos (SILVA, 2015).

A contribuição ao desenvolvimento rural é um dos pilares de atuação dos circuitos curtos de comercialização, atuando no fortalecimento de sua dimensão econômica, por apresentar uma alternativa de melhorar a renda aos agricultores familiares. Na dimensão social, pela sua tendência de valorizar a cultura alimentar local e regional. E na dimensão ambiental, pelo intuito de contribuir com a manutenção da biodiversidade uma vez que busca diminuir os gastos energéticos com logística e fomenta uma produção mais diversificada incentivada pelas feiras e mercados institucionalizados. Nesse sentido se configura uma nova forma mais sustentável de uso do território, demandando dos formuladores de políticas públicas e pesquisadores esforços para compreender e incentivar formas alternativas de comercialização (RAMBO, 2015).

Ressalta-se a importância do Estado no processo de criação de políticas que focalizem os agricultores familiares, um tema que é um dos grandes responsáveis por alimentar o debate sobre o desenvolvimento rural (SCHNEIDER, 2010). Desta forma, as políticas institucionais tornam-se um mecanismo fundamental no redesenho de estratégias que facilitem a organização em grupo, planejamentos coletivos e acesso aos mercados. (PEREZ CASSARINO, 2013; VIEGAS, 2016)

1.3 Políticas públicas

1.3.1 Definições que orientam a pesquisa

Os diálogos a respeito do tema de políticas públicas enquanto área de conhecimento acadêmica surgem nos EUA, na primeira metade do século XX, ainda enquanto subárea da ciência política e em seguida como uma disciplina multidisciplinar. Desde o seu surgimento, as questões que movimentaram os diálogos da disciplina dizem respeito às razões pelas quais os governos tomam determinadas atitudes e formular teoricamente o envolvimento da ciência com o tema (AGUM, RISCADO, MENEZES, 2015).

Para definir a percepção desta pesquisa sobre o que são políticas públicas, se faz necessário partir do pressuposto de que sua compreensão de política é abrangente e diz respeito à todas as esferas da vida humana, uma vez que entende política a partir da perspectiva de posse, manutenção e distribuição de poder nas relações humanas (DIAS e MATOS, 2015, p.4).

Também é necessário entender que o Estado é um agente unitário, que, em teoria, deve atuar em prol dos interesses da cidadania. Como principal instituição da maioria dos países, é representado pelos governos, responsáveis pela ordem, pela justiça e pelo bem comum da sociedade, ou seja, pela garantia das condições socioambientais que favoreçam o desenvolvimento integral de todos os membros da comunidade (DIAS E MATOS, 2015; HEIDMANN, 2006).

É a partir da ideia de que a política está relacionada às relações de poder dentro da sociedade e que o Estado é, ao menos em teoria, o agente responsável pela garantia do bem comum entre toda população, é possível avançar para a definição de políticas públicas, utilizada para esta pesquisa. Vale pontuar que, apesar dessa compreensão, sabe-se que o Estado não consegue garantir sozinho os direitos constitucionais da sua população, mas é uma instituição importante para alcançar o objetivo do bem comum.

As políticas públicas podem ser entendidas a partir das mudanças históricas ocorridas nos conceitos de progresso e desenvolvimento e sua relação com o crescimento da burguesia, o fim do feudalismo e posteriormente, a ascensão do Estado enquanto instituição reguladora que participa diretamente na promoção de ações para o desenvolvimento da sociedade. É neste contexto que surgem as políticas governamentais, que em seguida, seriam compreendidas enquanto as primeiras políticas públicas (HEIDMANN, 2006).

A origem das políticas públicas estão também na ascensão do Estado como instituição promotora do bem comum, e nesse sentido, pode-se dizer que políticas públicas são o conjunto de princípios e ações que promovem a gestão do Estado para estabelecer condições de equidade no convívio social (DIAS e MATOS, p. 12), ou como resume Heidmann (2006), é "a arte de governar e realizar o bem público", entendendo que, "um processo de desenvolvimento que cristaliza desigualdades sociais, ou que destrói a natureza, por exemplo, não será visto como um 'bem público'" (p. 29).

Dentre as muitas categorizações no universo das políticas públicas, que estão relacionadas com suas características, tipos, estratégias de implementação, tomada de decisão e outros (DIAS e MATOS, 2015; AGUM, RISCADO e MENEZES, 2015), existe uma característica que é especialmente relevante de reforçar. Apesar de compreender que existe uma forte relação entre o conceito de políticas públicas e o papel do Estado, ao menos em teoria, é preciso enfatizar que esta pesquisa se inspira na perspectiva multicêntrica, a qual acredita que qualquer ator social pode ser protagonista de políticas públicas, desde que o problema a ser enfrentado tenha características públicas. (AGUM, RISCADO e MENEZES, 2015, p. 17). Essa perspectiva considera a existência de múltiplos centros de decisão, sem desconsiderar a importância do Estado na difusão e capilaridades das políticas pública, apenas desloca seu papel primordial de implementação, coordenação e controle. (SECHI, 2009).

As definições de políticas públicas são bastante amplas e envolvem diferentes atores, instituições em múltiplas escalas e contextos. Diante desta complexidade, Klaus Frey (2009), propõem que a análise das políticas públicas devem ser feitas a partir de três diferentes perspectivas:

- Processo Político (Politics): Essencialmente conflituoso, disputa de narrativas na sociedade e imposição de objetivos, conteúdos e decisões de distribuição.

- Instituições políticas (Polity): Se refere à ordem do sistema político e toda estrutura institucional, desde o sistema jurídico bem como político administrativo.

- Conteúdos da Política (Policy): É o conteúdo material que fundamenta a decisão política, todo o conteúdo concreto, como as leis e os programas políticos e técnicos, por exemplo.

Fazer análise de políticas públicas a partir destas dimensões não deve somente entender as particularidades institucionais, culturais e socioeconômicos dos países como parte estrutural (Polity) das instituições ou responsabilidade de atores (Politics), mas entendê-las enquanto elementos que contribuam com adaptações à criação de novas políticas públicas e abordagens de análises que contribuam com o objetivo das mesmas (FREY, 2009).

Essa percepção sobre inserir as particularidades socioeconômicas, culturais e institucionais como elementos que devem ser considerados na construção de políticas públicas, nos convida a pensar na importância de abranger as iniciativas da população civil organizada. Reconhecendo a importância de dar condições para essa organização, Biasoli e Sorrentino (2018) sugerem uma nova dimensão para a análise das políticas públicas, a política do cotidiano. Essa nova perspectiva se baseia no fortalecimento da participação das forças instituintes, aquelas que vem da base da sociedade, no processo de tomada de decisões.

Esse processo exige dialogicidade entre forças instituídas e instituintes, no sentido de qualificar a participação, a cidadania e qualidade política para buscar a emancipação da população e avançar na construção de sociedades sustentáveis (BIASOLI E SORRENTINO, 2018).

Outra inspiração para essa pesquisa, foi o conceito de política pública estruturante, que ressalta aspectos importantes para que as políticas públicas sejam capazes de planejar, executar um plano de ação duradouro, justo, abrangente e articulado com diferentes iniciativas:

> "uma política pública estruturante consiste em uma proposta desenvolvida com a participação da comunidade interessada; visando o fortalecimento da mesma e a continuidade dos processos; com a preocupação de dialogar com as outras ações já em andamento naquele território; pautada na inclusão da diversidade de pessoas, ambientes e interesses; e que busque efeitos duradouros e justos" OLIVEIRA, 2014, p. 62).

A definição de políticas públicas desta pesquisa foi construída a partir destes referenciais, que ampliam sua percepção em todos os sentidos e também reforçam sua finalidade de contribuir com a melhoria da qualidade de vida em geral. Sabendo que o principal desafio é nos compreender enquanto parte do sistema natural e assumir nossa responsabilidade individual e coletiva diante das circunstâncias socioambientais (SORRENTINO, TRAJBER e FERRARO, 2005).

Sendo assim, esta pesquisa entende que políticas públicas são o conjunto de ações realizadas pelo Estado ou demais entidades sociais, que visam contribuir com a construção do bem comum e de uma sociedade equitativa para todos os animais humanos e não humanos. Entendendo a importância de valorizar a organização da sociedade,

em especial dos grupos mais vulneráveis e marginalizados, para que estes tenham condições de participar da disputa de poder dentro das diferentes esferas da sociedades. Só diante desta organização e valorização, será possível criar estruturas de poder justas e que não dependam dos governos para sua permanência.

1.3.2 Políticas públicas para agricultura

Este tópico pretende contribuir com o entendimento e viés que esta pesquisa tem construído em relação às políticas públicas agrícolas. Partindo do pressuposto de que o Estado deve prover o bem comum através do bem público, podemos iniciar afirmando que, do ponto de vista das políticas agrícolas, um dos objetivos do Estado é garantir renda ao agricultor e o abastecimento de alimentos (DELGADO e CARDOSO, 2000), mas atrelado à perspectiva da soberania e não apenas a de segurança alimentar, como é diferenciado a seguir:

"Os enfoques para a análise das políticas alimentares diferem em seu conteúdo, segundo a perspectiva de segurança alimentar e soberania alimentar. Na primeira, predominam o aumento da produção, a gestão de risco agrícola, a gestão de recursos, o livre comércio, os meios de subsistência a nível individual, o acesso, a distribuição e a sustentabilidade dos sistemas alimentares. Na segunda, se enfatiza a produção local, a proteção da biodiversidade, a equidade, a sustentabilidade ambiental, os modelos agroecológicos, a participação da sociedade civil, entre outros." (LÓPEZ-GIRALDO e FRANCO-GIRALDO, 2015)

Pensar soberania alimentar no contexto de políticas públicas, consiste em entendê-la a partir do problema da fome e da desnutrição e também pelo destaque e potencial em outros setores. Para isso precisamos aprofundar e ampliar a perspectiva de soberania alimentar, romper a superficialidade do discurso de autonomia na produção de alimentos e pautar a organização social da produção agroalimentar, padrões de produção e consumo e outros aspectos que reforcem a importância da soberania alimentar nas políticas de "desenvolvimento" do país (MALUF, 2001)

Voltando nosso olhar para o cenário brasileiro e entendendo que as políticas agrícolas são reflexos do contexto político e social que marcam a criação das políticas, Ferrarini e Marques (2019), destacam que, desde década de 30 até os dias atuais, o panorama das políticas agrícolas no Brasil deixa evidente que o interesse do setor que representa a agricultura ligada à monocultura e exportação sempre foi hegemônico, ou seja, foi prestigiado com recursos pelo capital político.

Um momento relevante que não é apontado pelos autores acima, mas merece destaque na referências históricas que orientaram as políticas do setor, foi a orientação promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), extinto desde 2016, o qual representou uma nova inflexão na trajetória das políticas públicas agroalimentares, pois focava o atendimento dos agricultores mais fragilizados economicamente, representando um salto qualitativo em relação às políticas anteriores, precisamente no que se refere à consideração da pobreza e da desigualdade como foco central das políticas públicas (WANDERLEY, 2014, p. 37).

Outro aspecto não destacado pelos autores, mas relevante para compreender o cenário atual das políticas agrícolas no país, requer fazer um recorte histórico a partir do golpe que depôs a presidenta Dilma. Desde então, as mudanças institucionais, normativas e orçamentárias nas políticas públicas direcionadas à agricultura familiar

demonstram um desmonte das estruturas e redução drástica de repasses orçamentários e financeiros, mesmo a partir de diagnósticos que apontavam para a importância destas políticas para a soberania alimentar (PERIN, 2021)

De maneira genérica, pode-se dizer que há uma disputa entre dois atores no campo das políticas públicas, os progressistas, representados pelos movimentos sociais ligados à questão campesina e os atores conservadores, ligados à agricultura historicamente hegemônica. Essa disputa reflete nas políticas setoriais, enquanto os movimentos progressistas historicamente lutavam para avançar com uma política agrária justa, os conservadores pressionaram para que as mudanças na política agrícola os beneficiassem. (DELGADO e CARDOSO, 2000)

Com o intuito de superar a polarização entre as políticas agrícola e agrária e avançar a partir de uma perspectiva sistêmica sobre o ambiente rural, surge o conceito de desenvolvimento rural como instrumento de fortalecimento político do campesinato e sua integração com as políticas econômicas, sociais e ambientais do país, buscando superar as contradições desenvolvimentistas já apontadas. Essa disputa de novas ideias e conceitos que ajudam caracterizar os novos caminhos para as política agrícola e agrária é relativamente recente e seu maior desafio é lidar com a disparidade de forças (DELGADO, CARDOSO, 2000; FERRARINI e MARQUES, 2001)

Antier e Marques (2011) trazem elementos que indicam que um caminho importante para estruturar as políticas públicas de desenvolvimento rural é a democratização da participação das categorias historicamente marginalizadas no proesso de tomada de decisões, enquanto Marques, Moal e Andrade (2014) reforçam a importância da orientação da produção agrícola para os circuitos de proxilidade e consequente fortalecimento da economia local. Os aspectos trazidos pelos autores se unem na agroecologia, que deve ser trabalhada de maneira transversal, articulando e inspiração todas as ações relacionadas ao ambiente rural.

A partir de uma análise teórica das políticas públicas que afetam a agricultura familiar e também da vivência prática no terrirório da pesquisa, serão destacadas dois importantes instrumentos de políticas públicas para a agricultura familiar brasileira, o PRONAF e a PNATER.

Antes de focar nestes instrumentos, vale dar destaque à política de aposentadoria rural, pois ela também se revelou importante ao longo da realização da pesquisa e chama a atenção para o relevante tamanho demográfico deste grupo no contexto da agricultura familiar e a importância do benefício para economia rural, de acordo com estudo realizado na década passada sobre a política de aposentadoria rural (DELGADO, CARDOSO, 2000).

1.3.2.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

Segundo o Decreto n°1.946/1996, o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) tem o intuito de "promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda".

Historicamente sua criação esteve associada à convergência de dois movimentos, por um lado teve a pressão de agricultores e trabalhadores rurais por melhores condições de trabalho e renda, e por outro, teve uma

definição conceitual mais precisa e uma mudança no entendimento sobre o futuro da agricultura familiar no campo teórico (MATTEI, 2015; PRETTO e HORN, 2020).

Segundo a portaria n° 523/2018, que disciplina a emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), para acessar os benefícios dispostos pelo PRONAF, é necessária que os beneficiários cumpram os seguintes critérios:

a. Explorar parcela da terra, seja na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária, ou permissionário de áreas públicas;

b. Residir na propriedade ou em local próximo;

c. Dispor, a qualquer título, de até quatro módulos fiscais de área;

d. Obter, no mínimo, 50% da renda bruta familiar originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;

e. Ter o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento.

f. Ter obtido renda bruta anual familiar de até R$ 500 mil nos últimos 12 meses de produção normal que antecedem a solicitação da DAP.

Desde de sua criação, o PRONAF fomentou o desenvolvimento da agricultura familiar, proporcionando geração de emprego e renda à categoria, sendo efetivo na sua rápida capilarização e abrangência e também no aumento da produção familiar. Com isso se firmou como uma das principais políticas públicas de estímulo e alavancagem à produção familiar através da transferência de recursos (MATTEI, 2015; PRETTO E HORN, 2020; ARAÚJO e FILHO, 2018).

Por outro lado, as reflexões sobre o cumprimento dos seus propósitos originais de fomentar os agricultores menos capitalizados e a produção de culturas alimentares têm pautado o debate teórico sobre o tema (PRETTO E HORN, 2020). A agricultura familiar teve sua época próspera entre os anos de 1995 e 2014, após este período, principalmente com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2016, houve uma redução significativa dos recursos injetados para a categoria da agricultura familiar, afetando principalmente os produtores menos capitalizados e das regiões do Norte e Nordeste (ROCHA, et al., 2019).

1.3.2.2 Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

O fomento da assistência técnica e extensão rural no Brasil tradicionalmente se baseou no trabalho com agricultores para difusão dos resultados de pesquisa para o aumento da produtividade, ou seja, inspirada no modelo de ATER dos EUA, baseado na difusão de tecnologia. Esse modelo se difundiu rapidamente pelo território, chegando à maioria dos municípios do Sul e Sudeste uma década depois do seu início, porém excluindo aqueles agricultores sem capacidade de se modernizar. (PATRICK, 1970; ROCHA, et. al., 2019)

Em meados da década de 60, o Estado brasileiro cria a empresa brasileira de assistência técnica e extensão rural (EMBRATER) e a empresa Brasileira de Produção Agropecuária (EMBRAPA), com intuito que a segunda desenvolvesse a tecnologia e a primeira a fizesse chegar ao produtor rural. Com a crise fiscal no final da década de 80 o serviço de ATER prestado pelo Estado passou por uma contenção de gastos e foi extinto no início da década de 90. (CASTRO e PEREIRA, 2020).

É no início do século XXI, com influência da ideia de desenvolvimento sustentável e de um governo popular e democrático, é construída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) pela Lei nº 12.188/2010, a qual teve o intuito de instituir novas bases filosóficas e teórico metodológicas para a promoção da prática extensionista. (DINIZ E HESPANHOL, 2018).

Nesta nova política de ATER, há uma ruptura com o modelo difusionista e tecnológico, no qual o técnico é o principal ator do processo. Neste novo modelo o desenvolvimento é visto de maneira multidimensional e o agricultor deixa de ser um mero ouvinte, para ser protagonista do processo. (FARIA e DUENHASB, 2019).

Ao longo destes mais de 10 anos de existência, a PNATER tem enfrentado alguns desafios para conseguir se aproximar da maioria dos agricultores. Além do alcance limitado e a concentração das atividades no setor agropecuário, a formação dos técnicos ainda obedece o modelo difusionista, gerando resistência entre eles. Além do mais, o contexto político-econômico e as legislações que regem o serviço extensionista, têm sido desfavoráveis para a execução da PNATER (DINIZ E HESPANHOL, 2018; FARIA e DUENHASB, 2019).

A proposta mais inclusiva trazida pela PNATER esbarrou nos retrocessos políticos e econômicos dos últimos anos. Atualmente a política tem dificuldade de abranger todo território nacional e, bem como as políticas de crédito do PRONAF, tem a região Sul como a principal beneficiária. Aqueles agricultores que têm o governo como um parceiro comercial também têm maiores chances de acessar os serviços de ATER. (ROCHA, et. al., 2019).

A partir dos dados da PNAD de 2014, um estudo revelou que existem aproximadamente 3,6 milhões de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, seja como trabalhador por conta própria ou empregador com até dois empregados permanentes, que teriam potencial de serem classificadas como agricultura familiar (PPCAF). Este número representa mais de 50% das pessoas ocupadas no setor. Desse montante, a maioria não teve acesso aos serviços de ATER e menos ainda à crédito rural, políticas que ainda estão restritas às classes mais elevadas. (CRUZ, et al, 2020).

O fato é que hoje a abrangência da assistência técnica diminuiu, bem como o próprio contingente de agricultores familiares no Brasil. Segundo o Censo Agropecuário (Brasil, 2017), 20,2% dos estabelecimentos tinham recebido alguma orientação técnica, enquanto entre os agricultores familiares esse número era ainda menor, de 18%. Dentro desse arranjo, quase 40% dos serviços de ATER prestados são públicos, sendo que o acesso a este serviço está relacionado diretamente com o aumento da renda.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Contribuir com a produção de conhecimentos acerca dos sistemas agroalimentares e a construção de sociedades sustentáveis a partir da sua relação com circuitos de comercialização locais, agricultura familiar, agroecologia e políticas públicas.

2.2 Objetivos específicos

1. Promover uma intervenção educadora, ambientalista e participativa, que contribua com o fortalecimento da extensão na universidade a partir da Estação Experimental de Ciências Florestais de Itatinga
2. Investigar a relação entre os canais de comercialização de hortaliças e frutas em Itatinga e sua relação com a agricultura familiar local.
3. Analisar como as políticas públicas têm fomentado a participação da agricultura familiar nos circuitos de comercialização locais.

3. METODOLOGIA

3.1. Localização e descrição da área de estudo

A área de estudo definida para a realização desta pesquisa é o município de Itatinga, localizado na região administrativa de Sorocaba e a região de Governo de Botucatu, segundo o Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo (SEADE).

Figura 3: Localização do município de Itatinga no estado de São Paulo.
Fonte: IBGE

Itatinga alcançou o patamar de 20.000 habitantes nos últimos três anos e conta com uma área de 980 km² (IBGE, 2010). Recebe em seu território a Estação Experimental de Ciências Florestais (EECF), área administrada pelo Departamento de Ciências Florestais (LCF) da ESALQ/USP, que tem como atividade principal o desenvolvimento de pesquisas sobre implantação e manejo de florestas plantadas.

Segundo dados SEADE, a produção florestal representa aproximadamente 14% da atividade econômica do município de Itatinga, número este que se reflete na dominância da cultura de eucalipto na paisagem da região. Segundo dados do Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária (LUPA), o eucalipto, que ocupava 24% das áreas de unidades de produção agropecuária do município na década de 90, hoje ocupa quase 40%. Além do eucalipto, as culturas mais expressivas na paisagem são a brachiaria, a cana e a laranja, que representam, respectivamente, 16%, 7% e 5% da ocupação e uso do solo em Itatinga (SÃO PAULO, 2017).

Ao observar a mudança dos últimos anos em relação ao tamanho e quantidade de propriedades no município, nota-se uma tendência de perfis de produtores que arrendam parte de suas terras para o cultivo de eucalipto, cana-de-açúcar e citricultura (PISANI, 2009). Hoje, as unidades de produção agropecuária com até 100 ha (módulo fiscal de Itatinga são 30 ha), representam 71% dos estabelecimentos, porém detém apenas 12% da área, enquanto 15 propriedades concentram 35% da área. Estes números evidenciam um problema crônico do Brasil, a

concentração de terras. Vale pontuar que, de todos os estabelecimentos agropecuários de Itatinga, 44% são agricultores familiares (SÃO PAULO, 2017; BRASIL, 2017).

As tabelas a seguir foram feitas pelo autor a partir dos dados do LUPA dos anos de 1997, 2007 e 2017. A sistematização cronológica destes dados nos ajudam a compreender as mudanças no uso e ocupação de solo no município ao longo das últimas duas décadas, bem como analisar o processo de concentração e distribuição de terras em Itatinga.

Tabela 1: Sistematização dos dados do Lupa sobre as principais culturas produzidas em Itatinga.

Ano	Eucalípto			Cana de Açucar		
	UPAS	Área (ha)	%município	UPAS	Área (ha)	%município
1995/6	130	23.009,1	23,48%	114	306,8	0,31%
2007/8	240	32.783,3	33,46%	179	3.781,8	3,86%
2016/7	285	36.740,1	37,49%	140	7.137,3	7,28%
Ano	Brachiária			Laranja		
	UPAS	Área (ha)	%município	UPAS	Área (ha)	%município
1995/6	338	38.796,3	39,59%	55	214,8	0,22%
2007/8	413	25.761,5	26,29%	11	3.158,8	3,22%
2016/7	409	16.363,4	16,70%	14	4.569,7	4,66%

Fonte: Autor, a partir de dados do LUPA.

Tabela 2: Sistematização dos dados do Lupa sobre o tamanho das propriedades em Itatinga

Propriedades <= 100 ha				
Ano	N° de UPAs	% UPAs	Área total (ha)	% área UPAs
1995/1995	211	57,18%	8.134,10	9,62%
2007/2008	337	68,22%	10.660,60	12,10%
2016/2017	386	70,83%	10.988,77	12,19%
Propriedades entre 100 e 200 ha				
Ano	N° de UPAs	% UPAs	Área total (ha)	% área UPAs
1995/1995	61	16,53%	9.092,90	10,76%
2007/2008	57	11,54%	8.389,90	9,52%
2016/2017	59	10,83%	8.744,54	9,70%
Propriedade entre 200 e 500 ha				
Ano	N° de UPAs	% UPAs	Área total (ha)	% área UPAs
1995/1995	57	15,45%	18.793,40	22,23%
2007/2008	57	11,54%	18.854,30	21,40%
2016/2017	57	10,46%	18.955,70	21,03%
Propriedades entre 500 e 1000 ha				
Ano	N° de UPAs	% UPAs	Área total (ha)	% área UPAs
1995/1995	25	6,78%	17.474,40	20,67%
2007/2008	27	5,47%	19.328,70	21,94%
2016/2017	27	4,95%	19.577,89	21,72%
Propriedades > 1000 ha				
Ano	N° de UPAs	% UPAs	Área total (ha)	% área UPAs
1995/1995	15	4,07%	31.034,40	36,71%
2007/2008	16	3,24%	30.879,10	35,05%
2016/2017	16	2,94%	31.850,50	35,34%

Fonte: Autor, a partir de dados do LUPA.

Nota-se que o decrescimento dos pastos foi acompanhado pelo aumento expressivo da produção de eucalipto, mas também da cana de açúcar e da laranja. Em relação às propriedades nota-se o aumento do número de

pequenas propriedades, confirmando a tendência de parcelamento das áreas, seja para sucessão familiar ou então arrendamento.

3.2. Fundamentação metodológica

3.2.1 Pesquisa intervenção

Há uma dificuldade em diferenciar os fundamentos e definições sobre a diversidade de nomes que podem ter as pesquisas que trabalham com algum nível de participação (pesquisa-ação, pesquisa participante, pesquisa militante, pesquisa intervenção e etc…). Pode-se dizer que estas pesquisas seguem quatro propósitos que devem estar integrados; 1) sua finalidade prática como meio de conhecimento das questões sociais a serem trabalhadas participativamente; 2) compreendê-la como instrumento dialógico e reforçar sua vocação educativa; 3) participar de processos amplos e contínuos de construção de uma ciência popular; 4) contribuir para o empoderamento dos movimentos populares e seus integrantes (BRANDÃO, 2006).

Esta pesquisa de mestrado se propõe a contribuir com o enfrentamento da crise socioambiental a partir de uma pesquisa social aplicada, na qual a metodologia se constrói no sentido de potencializar a organização de espaços democráticos, articulada com coletivos/atores/sujeitos daquele território e para auxiliar na identificação de problemas, análise e formulação de respostas coletivas. Sua proposta de intervenção, mesmo que micropolítica, visa promover reflexões críticas aos seus participantes e possivelmente transformar a realidade social, tendo em vista uma estratégia utópica no horizonte. (ROCHA e AGUIAR, 2003; TASSARA e ARDANS, 2005).

A intervenção desta pesquisa se caracteriza pelo fato de colaborar na articulação de atores capazes de contribuir com a transformação da realidade local. Neste sentido torna-se inseparável o conhecer do fazer e se evidencia o viés político, visto que a pesquisa se esforça para criar novas realidades com o intuito de potencializar pessoas e atores para desestabilizar o padrão, alterar as relações de poder e transformar a realidade imposta. Realizar uma pesquisa que pretende conhecer, fazer e transformar nos obriga a forçar os limites dos procedimentos metodológicos, ainda mais quando a construção se pretende coletiva (PASSOS e BARROS, 2009).

A pesquisa de intervenção se propõe a atuar a partir de situações reais, encarando a sua complexidade e se posicionando politicamente no sentido de desencadear mudanças profundas e estruturais em prol de uma sociedade socialmente justa, ambientalmente sustentável e economicamente viável. A construção deste caminho passa por renunciar a hegemonia do pensamento tecnicista e racional e assumir uma postura política do pesquisador, que se dedica à construção de um conhecimento compartilhado, coletivo e comprometido socialmente, a partir da lógica emancipatória e do pensamento praxiológico (BRINGEL e VARELLA, 2016).

A centralidade da intervenção está na alteração das relações de poder e o jogo de interesses presentes no contexto pesquisado. A pesquisa-intervenção se constrói a partir da ação, construção, transformação coletiva, análise das forças sócio históricas, políticas e suas implicações, sempre orientada pela relação entre pesquisador e pesquisado. Neste contexto, pode-se dizer que a pesquisa-intervenção amplia as bases da pesquisa participativa e intensifica a ruptura com a metodologia das pesquisas convencionais (ROCHA e AGUIAR, 2003).

3.2.2 Planejamento incremental e articulado

Pesquisar situações reais e complexas a partir de uma perspectiva interdisciplinar que se proponha a atuar junto à atores locais no intuito de promover transformações, por si só, já é um grande desafio e exige comprometimento e uma postura educadora do pesquisador. Neste contexto, a incerteza do cumprimento de metas e objetivos se torna recorrente e, para aumentar a capacidade de articulação e resolução dos desafios que vão surgindo no caminho, o planejamento incremental e articulado é uma técnica de planejamento que contribui para aumentar as chances de sucesso.

O incrementalismo articulado pode ser definido como uma linha do planejamento adaptativo, o qual busca flexibilidade ao longo do processo. As incertezas inerentes à complexidade do contexto pesquisado permitem à pesquisa incremental e articulada maiores chances de sucesso, desde de que sejam capazes de aprender a partir da reflexão crítico-avaliativa das ações empreendidas e esteja constantemente aberta a rever e adequar seus objetivos à realidade. (LOURENÇO, 2003)

O incrementalismo articulado está pautado nos princípios de participação, continuidade e holismo, os quais se desdobram de dois pontos principais: a necessidade de revisão do estado futuro desejado anteriormente à medida em que vão se obtendo resultados, e a compreensão de que este estado futuro não constitui uma meta, mas sim uma direção geral, que deverá servir de critério para avaliação de resultados a cada mudança incremental. (SILVA e MELO, 2002)

Cada passo dado pela pesquisa é incrementado pelos passos anteriores e define a direção dos seguintes, permitindo, inclusive, a revisita constante aos objetivos, metas e à totalidade do planejamento inicial. O planejamento incremental e articulado está preocupado em viabilizar, de forma realista e eficaz, a prática e os princípios defendidos. Esta é uma maneira de oferecer uma solução para o equilíbrio entre o compromisso e a flexibilidade no processo para fazer frente às incertezas (SILVA e MELO, 2002; LOURENÇO, 2003).

A inspiração da pesquisa nesse método de planejamento foi especialmente importante por conta das dificuldades geradas pelo distanciamento social provocado pela Covid-19, e só foi possível sua execução na prática, porque o grupo de pessoas que estava participando e colaborando com a realização da pesquisa estava ciente do seu propósito de colaborar com a agricultura familiar do município.

3.2.3 Técnicas de coletas de dados

3.2.3.1 Observação participante

A observação participante é uma técnica essencialmente qualitativa que tem suas raízes na pesquisa etnográfica e pode ser considerada um exame minucioso sobre um fenômeno no seu todo e em algumas partes. Nessa técnica, o pesquisador se une à cultura estudada, e utiliza o contexto sociocultural para registrar ações e tentar compreender os padrões observados (MARIETTO, 2018; CAMPOS, SILVIA e ALBUQUERQUE, 2021).

Esta abordagem exige uma interação cotidiana com o local estudado, e se apropria das conversas informais para descobrir interpretação dos participantes (MARIETTO, 2018). Ela tem um caráter flexível, pois

permite mudar o foco de atenção do investigador de acordo com as mudanças que ocorrem no entorno observado. Diferente de outras técnicas, contribui para compreensão do todo de maneira holística (MONTEIRO, 2006).

É necessário que o investigador construa uma base de confiança com os atores envolvidos no contexto da pesquisa, o que exige uma atividade empática. Espera-se que o observador encontre uma posição privilegiada para obtenção de conhecimentos aprofundados e também possa observar a espontaneidade dos comportamentos e a percepção interna no ambiente de estudo. (MONICO et. al., 2017; CORREIA, 2009).

Para alcançar rigorosamente os objetivos da pesquisa, é importante que o pesquisador não apenas elabore cuidadosamente suas anotações sobre o fenômeno observado, mas também mantenha sempre claros os objetivos da pesquisa (MONTEIRO, 2006 e CAMPOS, SILVIA e ALBUQUERQUE, 2021).

A observação participante foi empregada nos momentos em que eu, enquanto pesquisador, pude emergir no dia a dia da cidade, principalmente através da saída de campo promovida pela disciplina políticas públicas, legislação e educação florestal (LCF0679) e também nas entrevistas e questionários realizados juntos aos estabelecimentos alimentícios no município. A partir destes momentos, foi possível observar a dinâmica dos canais de comercialização da cidade, reconhecer as características da prática extensionista proporcionadas pela universidade (EECF de Itatinga) e também as relações das políticas públicas voltadas ao público alvo da pesquisa, os agricultores familiares locais.

3.2.3.2 Entrevistas

É bastante recorrente que pesquisadores mais alinhados à perspectiva positivista, questionem a confiabilidade da entrevista como uma técnica de coleta de dados, principalmente aquelas que optam por técnicas de entrevista menos rígidas e estruturadas do que as entrevistas e questionários fechados. Segundo DUARTE (2004) existem críticas sobre a sua excessiva subjetividade, a falta de rigor metodológico necessária para sua realização e até uma associação entre o uso da técnica e pouco acúmulo teórico por parte dos pesquisadores/as.

Sobre este ponto, Duarte (2004) sugere que os métodos são questionados pela falta de compromisso com a descrição do processo de construção, aplicação e análise dos resultados. A ciência positivista tem mais facilidade em validar pesquisas com respaldo de técnicas estatísticas para certificar a confiabilidade dos seus resultados, inclusive sendo possível dizer que há um estímulo a uma ciência racional e pouco profunda. No caso das entrevistas, por exemplo, quando mais aberta e não diretiva é a entrevista, maior pode ser a profundidade dos dados coletados e mais complexo se torna a análise.

As entrevistas, bem como a observação participante, história de vida e história oral, são técnicas de coleta de dados, recorrentes nas pesquisas qualitativas, que permitem ao pesquisador/a captar a subjetividade dos participante, favorecem a intervenção dos agentes e criam condições para transformação do contexto estudado (SILVIA et. al, 2006)

A entrevista é uma forma de interação social, que estabelece uma relação entre entrevistador e entrevistado, na qual cada um tem seu papel, enquanto o primeiro tem a intenção de coletar dados, o segundo é a fonte de informação. (GIL, 2008). Esta coleta de dados pode ter diferentes intuitos, servindo para mapear práticas e

valores, realizar diagnóstico e estabelecer sistemas classificatórios. De maneira geral, é utilizada com o intuito de compreender a lógica de ações de um determinado grupo, conhecer suas opiniões e ideias e auxiliar na orientação de ações (DUARTE, 2004; GIL, 2008; MONTEIRO, 2006).

Em síntese, as entrevistas são de natureza interativa. Trata-se de uma relação social que irá fornecer dados para compreender relações entre atores sociais e um determinado fenômeno, que tem como objetivo compreender de forma detalhada, crenças, atitudes, valores e motivações das pessoas em contextos específicos (SILVA, et. al 2006, p.247)

Sobre a opção pela entrevista para a realização desta pesquisa, pareceu ser uma técnica adequada para mapear a origem do consumo de frutas, legumes e verduras de Itatinga e as práticas de comercialização que são preferências para os agricultores familiares que já comercializam suas produções no próprio município. Além de mapear o circuito de comercialização de hortifruti no município, também foi intenção desta pesquisa fortalecer as relações da universidade com o município, sendo assim, as entrevistas também permitiram interagir com diversos atores sociais.

Tanto a entrevista quanto o questionário estimulam uma participação ativa das pessoas pesquisadas, enquanto outras técnicas de coletas de dados se apropriam da observação direta, como a análise de documentos e imagens, por exemplo (ROVER, 2012). A principal diferença entre o questionário e a entrevista é a presença do entrevistador (GIL, 2008). Enquanto o questionário é respondido pelo pesquisado sem a presença de alguma pessoa para orientar ou tirar dúvidas, na entrevista a presença de um entrevistador é fundamental.

A entrevista é uma técnica que pode ser aplicada em pessoas que não sabem ler nem escrever, permite maior flexibilidade, captação de expressão corporal e alterações na voz e coletar dados profundos acerca de diversos aspectos da vida social dos entrevistados e do comportamento humano. É uma técnica que exige certo treinamento do entrevistador, pode ser realizada sem motivação do entrevistado e se não for rigorosa com alguns aspectos na condução, pode ter influência do entrevistador, seja pelo aspecto social que envolve a relação entre entrevistador e o entrevistado, pela influência de opiniões na construção de perguntas e até mesmo nas interações ao longo entrevista, seja ela verbal ou não. (SILVA et. al. 2006 e GIL 2008).

Existe uma diversa gama de modalidades de entrevista, cada uma delas com suas finalidades específicas. De maneira resumida, pode-se dividir as entrevistas em três categorias distintas, a entrevista estruturada, a semi-estruturada e a não estruturada (SILVA et. al, 2006).

Na entrevista semi-estruturada o pesquisador utiliza um roteiro com uma ordem preestabelecida sendo possível a utilização de perguntas abertas ou fechadas. Nesta técnica o pesquisado não tem a liberdade de conduzir a conversa, pois é o pesquisador/entrevistador, quem vai conduzi-la através do diálogo, dando liberdade para que o entrevistado exponha suas ideias, e efetuando intervenções de tempo em tempo para situar o informante nos assuntos investigados. (THIOLLENT, 1987)

É o informante/entrevistado quem mais fala e dispõe de certa iniciativa, mas quem orienta o diálogo é o pesquisador, são especificados os temas que serão explorados, sem a rigidez de manter a sequência idêntica, mas

dando liberdade para outras perguntas sejam feitas quando o entrevistador julgar que podem colaborar com o cumprimento dos objetivos da sua pesquisa. (SILVA, et. al, 2006)

Este tipo de entrevista valoriza a presença consciente e postura ativa do investigador ao mesmo tempo que oferece todas as perspectivas para alcançar a liberdade do informante, partindo de questionamentos básicos, apoiado em teorias ou hipóteses, bem como as informações já recolhidas sobre o fenômeno social estudado (TRIVINOS, 1987).

As entrevistas foram realizadas em dois momentos distintos. O primeiro deles ocorreu junto aos estabelecimentos alimentícios e teve como objetivo levantar aspectos quantitativos e qualitativos a respeito do consumo de produtos da agricultora familiar por parte dos comércios locais. O segundo momento ocorreu junto aos agricultores familiares e teve o intuito de conhecer sua realidade com ênfase no tema da comercialização e também nas políticas públicas por eles acessadas. Buscamos entrevistas todos os estabelecimentos alimentícios da cidade e, no segundo momento, entrevistados oito agricultores, escolhidos com auxílio das extensionista rurais do muncípio a partir da variedade de canais de comercialização e políticas públicas acessadas pelo público alvo.

3.3. Trajetória da pesquisa

Para retratar a trajetória desta pesquisa se faz necessário iniciar com o projeto apresentado ao processo seletivo para o mestrado no Programa de Pós-Graduação Interunidades de Ecologia Aplicada (PPGI-EA). O projeto entregue estava estruturado para a promoção de uma formação participativa junto aos agricultores da região que teria como objetivo construir diferentes arranjos agroflorestais condizentes com aquela realidade e que seriam implementados na Estação Experimental de Ciências Florestais (EECFI) de Itatinga junto ao projeto Mosaico Educo-Florestal Agroecológico.

Este projeto foi se desconstruindo à medida que ocorriam aproximações com o território pesquisado. Nos primeiros meses de pesquisa, ao me debruçar sobre análise de dados secundários, dar início ao processo de conhecimento do território através de visitas e do envolvimento com atores e instituições locais, notou-se que o projeto proposto não estava condizente com o contexto. Além da insegurança em relação ao processo administrativo de concessão de uso para agricultores descrito na apresentação, outro fator relevante foi a ausência de uma organização de agricultores locais atuante e engajada.

No intuito de ajudar na visualização do que foi a trajetória da pesquisa, a linha do tempo representada a seguir destaca os principais acontecimentos ocorridos e que colaboraram com a construção da atividade.

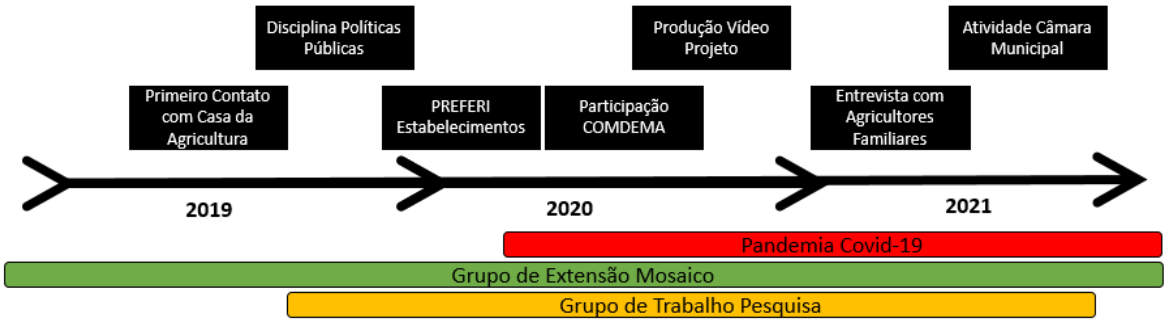

Figura 4: Linha do tempo da pesquisa com destaque às atividades principais.
Fonte: Autor.

3.3.1 Conhecer o território e criar laços

Ao longo do primeiro semestre da pesquisa, as vezes que tive oportunidade de estar em Itatinga sempre estiveram restritas à EECF, estive na cidade apenas para compra de mantimentos pontualmente. Ao longo deste período foi possível conhecer dados secundários e construir a articulação junto ao gestor florestal do horto, principal intermediário com a instituição de extensão rural do município, uma possível parceira na realização da pesquisa.

O primeiro encontro com os extensionistas do município foi realizado na Casa da Agricultura de Itatinga, instituição local que une a Diretoria de Agropecuária e a Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS/CATI). Este encontro ocorreu em Agosto de 2019 e teve participação da diretora de agropecuária, de pessoas da UNESP de Botucatu, envolvidas em um projeto de implantação de sistemas agroflorestais (SAF) no município, e uma equipe da ESALQ. O objetivo do encontro era apresentar os projetos e visualizar sinergias entre eles.

Desta reunião, havíamos tirado o encaminhamento de seguir dialogando entre as instituições, porém algum tempo depois, por razões desconhecidas, o projeto da UNESP, que era financiado por uma empresa que atua com citros na região, passou a ser coordenado por uma organização não governamental (ONG) de Botucatu que nunca tivemos contato. De qualquer modo, continuávamos dispostos a construir uma pesquisa-intervenção participativa junto ao município, e neste sentido, a parceria com a Casa da Agricultura foi fundamental.

Segundo a ordem cronológica dos acontecimentos, enquanto os desfechos supracitados com o projeto de SAFs ocorriam, seguíamos no processo de conhecer a realidade a qual estávamos nos envolvendo. Neste sentido, destaco a realização das atividades da disciplina de Políticas públicas, legislação e educação florestal (LCF0679), ministrada pelo prof. Dr. Marcos Sorrentino, no segundo semestre de 2019, para estudantes de terceiro ano de engenharia florestal da ESALQ/USP.

Nesta disciplina os estudantes foram provocados a pensar em projetos que pudessem exaltar a importância do elemento arbóreo na melhoria das condições existenciais dos munícipes de Itatinga. A partir de uma saída de campo de três dias na EECF de Itatinga tiveram a oportunidade de realizar entrevistas com pessoas da sociedade civil, do poder executivo, legislativo e também assistir uma sessão da câmara de vereadores de Itatinga.

Após o encontro com extensionistas e da atividade da disciplina, demos seguimento ao contato com a Casa da Agricultura de Itatinga e viabilizamos a formação de um grupo de trabalho (GT), o qual era composto pela diretora de agropecuária e também extensionista do município a chefe da Casa da Agricultura e o responsável regional, ambos ligados à CDRS/CATI, também tivemos o gestor da EECF de Itatinga e deste pesquisador.

Este grupo foi criado com o intuito de colaborar com a realização da pesquisa e fortalecer seu caráter democrático e participativo junto às instituições locais. A partir da formação desse grupo, a pesquisa se delineou de

maneira a buscar caminhos para fortalecer a agricultura familiar através do estímulo aos circuitos curtos de produção e também de conhecer a percepção da agricultura familiar e as principais políticas públicas voltadas para a categoria.

Ao longo do segundo semestre de 2019, foram realizadas seis reuniões presenciais pelo grupo de trabalho (GT), nestas reuniões acordamos que o primeiro passo seria o levantamento quantitativo da demanda de frutas, legumes e verduras (FLV) nos principais estabelecimentos comerciais do município e suas motivações para comprar ou não da agricultura familiar.

Ao longo desta primeira etapa foram levantados os estabelecimentos alimentícios da cidade de Itatinga (figura 6) e criado um roteiro para que a coleta pudesse ser realizada pelos estagiários do Programa de Estágio de Férias de Itatinga (PREFERI). Todos estes materiais estão disponíveis através deste link (https://bit.ly/3WaDWnR). Vale destacar que foi realizada uma apresentação da pesquisa para toda a turma de estagiários.

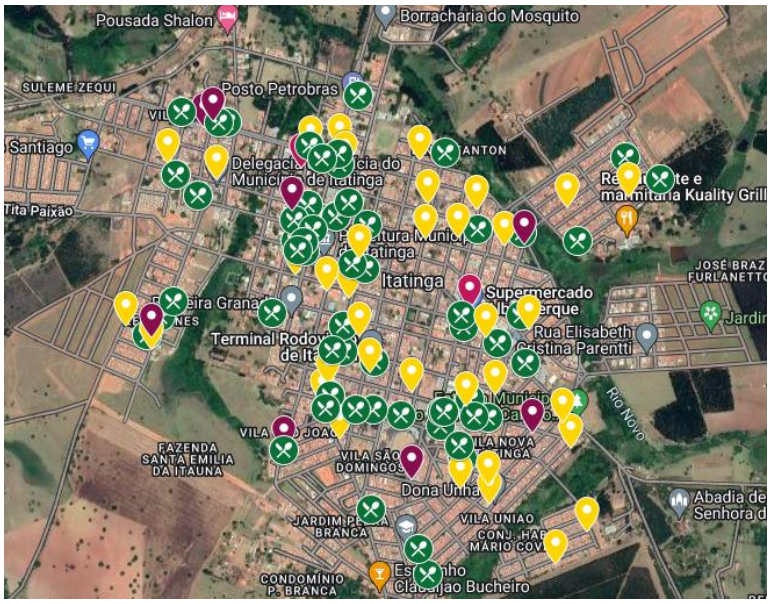

Figura 5: Mapa da cidade de Itatinga com estabelecimentos alimentícios plotados no mapa.

Fonte: Autor a partir do GoogleMaps

As atividades acima destacadas contribuíram significativamente para a adequação da pesquisa pensada inicialmente, principalmente através do processo de desvelamento do território pesquisado. Em relação ao processo de conhecimento do território, a coleta de dados nos estabelecimentos se destacou, pois permitiu uma imersão no cotidiano da cidade que até então não havia sido realizada.

A coleta de dados desta primeira etapa foi realizada junto ao Programa de Estágio de Férias de Itatinga (PREFERI), em janeiro de 2020. Neste programa de estágio, estudantes do curso de engenharia florestal da ESALQ e de outras universidades ficam três semanas participando de atividades diversas na EEFC de Itatinga.

Nesta edição de Janeiro de 2020, realizei seis saídas de campo junto aos estagiários. Durante este período de coleta de dados, tivemos a oportunidade de percorrer as ruas da cidade de Itatinga, conversar com os munícipes,

saber onde se localizam os principais comércios e pontos de referência da cidade e, sobretudo, reconhecer fatos significativos na composição dos circuitos de comercialização dos produtos de hortifrúti no município.

Ao longo do estágio, destaco também a oportunidade de apresentar a pesquisa na reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) e a visita à Horta Comunitária Cheiro Verde, um instrumento de política pública que auxilia mulheres em situação de vulnerabilidade em troca do trabalho na horta comunitária.

Depois da coleta dos dados junto aos estabelecimentos alimentícios, foi realizado um novo e último encontro presencial para avaliar o processo de coleta e dar encaminhamento ao projeto de pesquisa. Essa reunião ocorreu no dia quatro de Março de 2019, e teve como encaminhamento a realização de um próximo encontro até o início de Maio para apresentação dos resultados sistematizados desta primeira parte da pesquisa e planejar as entrevistas com a agricultura familiar, porém este encontro não ocorreu por conta da pandemia de Covid-19.

3.3.2 A retomada dos trabalhos e o fortalecimento dos laços

O início da pandemia fez com que os encontros do grupo de trabalho parassem completamente, foram cinco meses até nos adequarmos ao novo cenário que se colocava diante do mundo e retomar os encontros, que passaram a ser remotos.

Retomamos as reuniões no final de Agosto, resgatando as reflexões sobre os dados coletados e reavaliando os rumos do projeto neste novo cenário. O plano pensado anteriormente teve de ser revisto, a proposta de realizar um grupo focal com agricultores familiares estava fora de cogitação com o novo contexto, mesmo assim, insisti nas entrevistas, pois queria escutá-los a respeito dos canais de comercialização e das políticas públicas acessadas pela categoria.

Durante a retomada das atividades do GT, estávamos bastante inseguros com a realização de atividades presenciais. Os avanços com a produção das vacinas, a prorrogação dos prazos na pós graduação e até mesmo das bolsas, me permitiram manter a esperança de realizar as entrevistas com agricultores familiares de Itatinga, a parte mais esperada de toda a pesquisa.

O novo contexto foi um estímulo para dialogamos no GT sobre maneiras de dar visibilidade aos dados coletados na primeira etapa. Inspirados pela comunicação científica e na facilitação gráfica, acordamos de produzir um vídeo que falasse do projeto e ajudasse a difundir os dados da primeira etapa. Enquanto avançávamos com a produção do vídeo, também dialogávamos sobre quem seriam os agricultores e agricultoras entrevistados/as.

Este e outros acontecimentos que ocorreram ao longo da pesquisa, como a própria dinâmica do GT, reforçaram a importância do planejamento adaptativo como método de pesquisa adotado. O método se fez presente em todo o decorrer da pesquisa, porém em dois momentos específicos foi especialmente relevante.

O primeiro momento foi na adequação do projeto apresentado para ingressar no Programa Interunidades de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada (PPGI - EA) à realidade e ao contexto onde a pesquisa seria realizada. O segundo momento foi na deflagração da pandemia de COVID-19 e toda a incerteza que pairava sobre essa nova

realidade. O cronograma e planejamento propostos tiveram de ser reformulados e nesse caso, a flexibilidade em lidar com os caminhos e até mesmo objetivos da pesquisa, permitiram que o GT revisitasse seu planejamento e optasse pela construção de um material de educomunicação para divulgação dos dados coletados pela pesquisa, enquanto compreendíamos essa nova realidade.

Além do planejamento incremental e articulado, a observação participante também foi um instrumento de coleta de dados para esta primeira fase da pesquisa, em especial para obter resultados com relação a promoção de uma intervenção educadora, ambientalista e participativa. Essa técnica de coleta de dados, permitiu flexibilidade ao pesquisador para encontrar elementos que reforçam a realização desta intervenção.

3.3.3 As entrevistas com agricultores familiares

O processo de seleção de agricultores familiares para as entrevistas levou em consideração os canais de comercialização e as políticas públicas acessadas pela agricultura familiar do município. A colaboração da extensionista rural da CATI/CDRS permitiu montar um panorama geral do contexto local que facilitou definir quem seriam as pessoas entrevistadas. A intenção foi abranger a diversidade de canais de comercialização e as principais políticas públicas acessadas pelos atores locais.

Após a definição da data das entrevistas e das pessoas que poderiam ser entrevistadas, a extensionista da CATI/CDRS entrou em contato com elas para agendar os horários. Diante das limitações impostas pela COVID-19 e distanciamento social, definimos que seriam realizadas duas entrevistas por dia ao longo da última semana de maio de 2021.

Para a realização das entrevistas, contei com a colaboração de um estudante de agronomia, participante do grupo de extensão Mosaico. Ele auxiliou na condução da entrevista, estando atento à percepção das reações das pessoas entrevistadas, e também nos diálogos após as entrevistas, que me ajudaram a amadurecer e aprimorar as ideias sobre cada uma das entrevistas realizadas.

O roteiro, o qual pode ser acessado por este link (https://bit.ly/3Fc5X8c), foi construído com a intenção de dar mais flexibilidade e naturalidade ao processo de entrevista e captar a percepção que os agricultores familiares têm dos canais de comercialização e também das políticas públicas acessados por eles/as). As primeiras perguntas indagavam sobre a história de vida da família, depois sobre os canais de comercialização e políticas públicas. Ao final da entrevista passávamos o vídeo produzido e pedíamos que eles comentassem sobre a entrevista e sobre o vídeo.

Devido ao contexto de pandemia e do período de tempo curto para a realização das entrevistas, não foi possível realizar uma entrevista piloto para eventuais ajustes no roteiro. A não realização desse processo implicou em algumas dificuldades com relação ao roteiro e a própria conduta enquanto pesquisador.

A maior mudança realizada foi a exclusão de uma pergunta que indagava se eles sabiam o que eram sistemas agroflorestais ou agroecologia. Após as cinco primeiras entrevistas, só um único entrevistado respondeu que conhecia, e era o único dentre os selecionados que havia participado do projeto de SAF junto com a UNESP, todos os demais desconheciam ou associavam ao setor florestal.

Um mês após a finalização das entrevistas, retomamos as reuniões do GT. Neste primeiro encontro, apresentei as primeiras sistematizações e resultados parciais e, mesmo sem ter feito a transcrição completa das entrevistas, avaliamos quais seriam os passos finais da pesquisa. Após um intenso diálogo, decidimos realizar uma reunião na câmara de vereadores, na qual seriam convidados não só todos os agricultores/as familiares do município, mas também pessoas do poder executivo e legislativo de Itatinga.

Esse encontro que marca a finalização da parte prática da pesquisa ocorreu dia 17 de Setembro. Contamos com a presença de mais de vinte pessoas, sendo metade dos vereadores/as do município, três diretores na gestão municipal, o vice-prefeito e o prefeito, além de quatro agricultores familiares do município, sendo que um deles não havia sido entrevistado.

O cronograma do encontro seguiu a proposta de apresentar o projeto de pesquisa àqueles que não conheciam, validar os primeiros resultados apresentados junto aos agricultores familiares presentes e promover um diálogo entre as/os participantes, sobre a importância da participação dos/as agricultores/as familiares na tomada de decisões para o fortalecimento da economia local no município.

3.3.4 O grupo Mosaico e o projeto de pesquisa

Como visto na apresentação da pesquisa, a proposta de desapropriação de parte da EECF de Itatinga desencadeou a construção do projeto Mosaico Educo-Florestal Agroecológico, que visava, entre outros objetivos, transformar a EECF um centro de capacitação e difusão de agroecologia, como estratégia de fortalecer a relação com o território e contribuir com o enraizamento da universidade no município.

Como consequência deste projeto, alguns estudantes de diferentes cursos de graduação e pós-graduação, se animaram em formalizar um grupo de extensão chamado Mosaico, que se organizou com o intuito de promover intervenções que fortaleçam a agroecologia na EECF e ajudar na aproximação com atores e instituições do município. Minha participação no grupo se inicia antes da minha trajetória na pós-graduação e da formalização do grupo.

A história do Mosaico se inicia com a proposta de desapropriação de parte da EECF, toma forma e estrutura em um projeto junto à disciplina de Oficinas de Educação Superior (LCF5875), oferecida pelo Prof. Dr. Marcos Sorrentino, no Programa de Pós Graduação em Recursos Florestais (ESALQ/USP), no ano de 2018.

Estas ações mobilizaram pessoas ligadas à Oca, que se animaram com a proposta do projeto escrito e começaram a se articular para formar um grupo que animasse em dar início ao projeto, mesmo sem financiamento, a partir da promoção de ações ligadas à agroecologia na EECF. É neste momento que eu passo a fazer parte da história do Mosaico, recém chegado a Oca, com o intuito de me aprofundar nos temas da educação ambiental e agroecologia, e com pretensões de tentar o mestrado.

No início, as poucas pessoas envolvidas neste grupo de estudantes faziam parte da Oca, aos poucos, este grupo foi se fortalecendo e animando com a ideia de contribuir com a transformação da EECF de Itatinga em um espaço de difusão da agroecologia. Os primeiros encontros foram em 2018 e tinham como objetivo o planejamento

das primeiras intervenções na EECF de Itatinga, que se concretizaram na implantação de duas áreas experimentais de Sistemas Agroflorestais e com a realização de uma formação de gestão de resíduos sólidos urbanos com os funcionários.

A identidade do Mosaico enquanto grupo de extensão se fortaleceu em 2019, ano em que passamos a nos identificar enquanto um grupo e realizar reuniões periódicas. Neste mesmo ano o grupo promoveu importantes ações relacionadas à agroecologia na EECF de Itatinga. Passamos a participar como facilitadores das atividades realizadas no PREFERI, realizamos a 1° Vivência Agroflorestal de Itatinga e ajudarmos organizar e realizar o curso de difusão de "Técnica de Capacitação e Manejo de Florestas" realizado para estudantes de ETEC de Presidente Prudente. Os relatório dos eventos estão disponíveis neste link (https://bit.ly/3ssRQ6Q).

Além destas atividades, também colaboramos com a promoção de uma visita técnica ao Aterro Sanitário de Itatinga e a EECF, para estudantes ingressantes do curso de Gestão Ambiental da ESALQ/USP, e contribuímos com o processo de mapeamento e diagnóstico da arborização urbana na cidade, ação promovida e coordenada pela Diretoria de Meio Ambiente de Itatinga.

Figura 6: Seleção de registros fotográficos de algumas atividades realizadas pelo grupo Mosaico.
Fonte: Acervo do Grupo Mosaico

No início da pandemia, o grupo realizou formações remotas abertas ao público, promovidas pelos próprios integrantes com temas pertinentes à sua atuação e se organizou para escrever os projetos para serem submetidos ao programa unificado de bolsas (PUB) da USP. Desde o início da pandemia no início de 2020 até final de Maio de 2021, não foi possível realizar atividades presenciais em Itatinga, fato que impactou sua organização e os ânimos das pessoas que haviam se envolvido com o grupo.

Mesmo diante das dificuldades de não realizar atividades presenciais e tampouco ir para EECF, o grupo conseguiu se manter coeso, neste sentido destaco os Projetos PUB e as formas de organização que grupo construiu, como aspectos importantes no seu fortalecimento e que corroboram com a perspectiva de dar continuidade ao objetivo de realizar intervenções no território.

Resultados

3.4. Intervenção educadora, ambientalista e participativa

Toda trajetória da pesquisa se constituiu de um projeto de intervenção local, o qual denomino de educadora, ambientalista e participativa, porque são características que conseguem representar a essência desta pesquisa-intervenção. Tentarei ao longo deste tópico colocar em evidência os principais motivos que me permitem fazer esta afirmação.

A pesquisa se motivou inicialmente pela possibilidade de contribuir com a construção de um projeto maior chamado Mosaico Educo-Florestal Agroecológico. Enquanto mestrando, me dediquei a sua consolidação do projeto institucionalmente através de trâmites administrativos e da articulação junto à gestão da EECF, na busca por captação de recursos através de escrita de projetos e também na consolidação de um grupo de extensão com estudantes que se motivaram pela possibilidade de transformar a realidade da EECF através de uma extensão agroecológica, assim como sugerem Caporal e Dambrós (2017).

Até o final dessa pesquisa o projeto foi viabilizado financeiramente, por outro lado, é possível dizer que o grupo de extensão permanece e se mantém organizado para continuar existindo mesmo com as dificuldades promovidas pela COVID e o distanciamento social e as dificuldades inerentes à não renovação do quadro de docentes.

Ao longo dos quase três anos de atividades práticas da pesquisa, tentei atuar de maneira a contribuir com o fortalecimento dos laços entre a EECF e a sociedade de Itatinga, através da execução de um projeto de pesquisa que visava, sobretudo, contribuir com a agricultura familiar local e fortalecer a extensão na universidade.

Neste processo de fortalecimento da extensão na universidade acredito que a se deu de duas maneiras, através do fortalecimento do Mosaico enquanto um grupo de extensão que promove ações na EECF no sentido de fortalecer a perspectiva agroecológica e interação com o município, e também através da condução de um grupo de trabalho com extensionistas rurais do município que contribuiu com planejamento e execução deste projeto de pesquisa.

Ao longo do período que colaborei com o Mosaico, avalio que foi possível o grupo se estabelecer enquanto um grupo coeso que promove atividades junto à EECF de Itatinga mesmo com todas as dificuldades decorrentes de uma realidade de diminuição do quadro de docentes, cortes no orçamento para ciência e educação e da contínua desvalorização da extensão como parte fundamental na qualidade das atividades universitárias, além das dificuldades relacionadas à logística de transporte para promover ações em Itatinga.

O envolvimento do grupo poderia ter se dado de maneira mais ativa e estruturada com as atividades promovidas junto ao GT. Essa atuação conjunta foi pontual e se deu na prática através da colaboração do grupo na coleta de dados, com as entrevistas da primeira e segunda fase da pesquisa. A COVID-19 e as dificuldades logísticas, dificultaram a colaboração do Mosaico na pesquisa e por este motivo estou apresentando como atuações distintas, porém complementares.

Minha intenção em retratar o grupo Mosaico nos resultados da pesquisa é no intuito de reforçar que hoje, essa atuação é a que mais tem potencial em dar continuidade na construção de intervenções no território. Neste sentido, me parece seguro afirmar que o grupo Mosaico, além de contribuir pontualmente com a coleta de dados da pesquisa, é o que fica de mais concreto para seguir fortalecendo a relação da EECFI com o município de Itatinga.

Em relação ao GT, ficou evidente que a intenção de colaborar com a melhoria das condições de vida da agricultura familiar, foi fundamental para conseguir a colaboração das extensionistas da Casa da Agricultura na pesquisa. Além do próprio engajamento das pessoas na participação das reuniões, outros acontecimentos ajudam a evidenciar que houve um processo participativo.

Em mais de uma reunião, foi falado por uma das extensionistas que a pesquisa estaria contribuindo para dar "vazão" à uma demanda que estava reprimida pela Casa da Agricultura, por falta de recursos humanos. Também podemos citar todo apoio logístico que viabilizou a realização das atividades, com destaque para as entrevistas com os agricultores, momento em que a CA municipal garantiu o transporte de ida e volta até Itatinga e também o deslocamento entre as propriedades que iriam participar das entrevistas.

Por fim, também podemos citar o material educativo produzido como uma forma de evidenciar que houve participação ao longo do processo de pesquisa. Além do fato de ter sido elaborado por uma empresa local, com financiamento da prefeitura, corrobora com a ideia de os laços se fortaleceram, visto que houve confiança no projeto a ponto de destinarem recursos para a realização da pesquisa. Assim que a produção do material foi autorizada, agradeci a então diretora de agropecuária e ela me respondeu dizendo que o projeto merecia toda colaboração do município porque a pesquisa havia se colocado à disposição de Itatinga.

A própria produção do vídeo, que pode ser acessado neste link (https://bit.ly/Incentivoaeconomialocal), foi pensado com o caráter de convidar a reflexão das pessoas acerca dos canais de comercialização da agricultura familiar. O material que foi construído coletivamente pelo GT, foi divulgado antes das entrevistas com os agricultores pela prefeitura de Itatinga, através do seu site oficial (http://bit.ly/3gHgAFK) e das redes sociais (https://bit.ly/3DtjIyg).

Em relação às entrevistas, ter contato com a colaboração da Casa da Agricultura na articulação com os agricultores que seriam entrevistados, contribui com a aceitação dos entrevistados em participar da pesquisa bem como estimulou a boa receptividade no momento da entrevista. No momento de avaliação ao final das entrevistas, três agricultores ressaltaram a troca de informações como um aspecto positivo da entrevista, pois permitiu que refletissem sobre o próprio contexto.

Outro ponto relevante a ser considerado para evidenciar o processo de intervenção educador, ambientalista e participativo foi o momento de conclusão da atividade prática em uma reunião na câmara de vereadores do município. Dentre os acontecimentos que marcaram essa atividade, destaco o fato de ter sido uma possibilidade concreta de colocar os agricultores familiares locais cara a cara com pessoas do poder executivo e legislativo, para que estes pudessem ser escutados pelo poder executivo e legislativo do município.

Além da participação de um agricultor que não participou da pesquisa enquanto entrevistado, um fato que me chamou a atenção, foi ver três agricultores que participaram do encontro, conversando já na rua, antes de se

despedirem. Ao meu ver, este simples ato, evidencia que a proposta do encontro cumpriu a função de estimular algum tipo de engajamento e diálogo entre eles, e até mesmo reflexões sobre como agir para mudar a sua própria realidade.

Ainda sobre o encontro na câmara de vereadores, mais especificamente no momento de validação dos dados coletados e sistematizados junto aos agricultores familiares, avalio que o momento não era propício para a validação, visto que a participação de outros atores municipais pode ter gerado algum tipo inibição e consequentemente silenciamento no processo de validação dos dados. Por outro lado, reforço que o encontro foi uma oportunidade para que vereadoras/es, secretários/as, prefeito e vice-prefeito pudessem não só conhecer alguns agricultores familiares, mas também escutá-los a respeito das suas principais dificuldades e necessidades.

Mesmo que uma ação pontual, acredito que o encontro foi uma tentativa de intervir positivamente na realidade micropolítica do território, chamando a atenção para os temas que permeiam esta pesquisa, como a agricultura familiar e sua importância no fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização e o potencial da universidade na construção de um município autônomo e sustentável.

Após a finalização da apresentação da pesquisa, havíamos separado um momento para diálogo e interação, neste momento os vereadores fizeram perguntas sobre a apresentação, sobre a pesquisa e as políticas públicas apresentadas. Os secretários falaram de projetos que pretendem construir no município e os agricultores expuseram suas dificuldades, compartilhando sua percepção sobre o que é prioritário para eles.

Os acontecimentos citados acima, alimentam minha esperança de que a pesquisa, mesmo sem incidir diretamente em leis ou decretos e até mesmo ações concretas e estruturantes que tenham condições de promover melhorias substanciais nas condições de vida das/os agricultores/as familiares do município, teve condições de promover micro transformações, seja em escala pessoal ou institucional e em pessoas que participaram direta ou indiretamente da pesquisa.

Não é possível garantir que as atividades realizadas vão desencadear alguma aproximação da EECF com o município, mas é certo que as ações pensadas para a construção desta pesquisa-intervenção buscaram exercer o potencial da universidade em colaborar com a melhoria das condições existenciais da população de um território.

As ações desenvolvidas na pesquisa foram significativas para colaborar com o processo de evidenciar a EECF no município. Ouso dizer que a formação do Grupo de Trabalho (GT) está entre os aspectos mais relevantes da realização da pesquisa, pois fortaleceu seu caráter extensionista e participativo. Falas como as citadas acima, me estimularam a seguir adiante com a proposta de construção participativa, mesmo com todas as dificuldades intrínsecas à ela.

Estes foram os principais acontecimentos que me permitem dizer que a pesquisa buscou o fortalecimento dos laços entre a universidade e a sociedade através de um processo educador, pois buscou envolver as pessoas locais e convidá-las a construir junto os caminhos para viabilizar a transformação local a partir de uma temática problematizadora socioambiental, que são os circuitos curtos de comercialização para o fortalecimento da agricultura familiar do município.

3.5. A demanda local de alimentos e a agricultura familiar de Itatinga

4.2.1 A demanda de hortaliças e frutas nos estabelecimentos do município

Ao todo foram realizadas entrevistas em 36 estabelecimentos alimentícios de Itatinga, dentre os quais haviam 15 mercados e mercearias de diferentes portes, 7 padarias, 10 lanchonetes, e 4 restaurantes. Com os dados coletados nestes estabelecimentos, chegamos aos seguintes números, sistematizados na imagem abaixo.

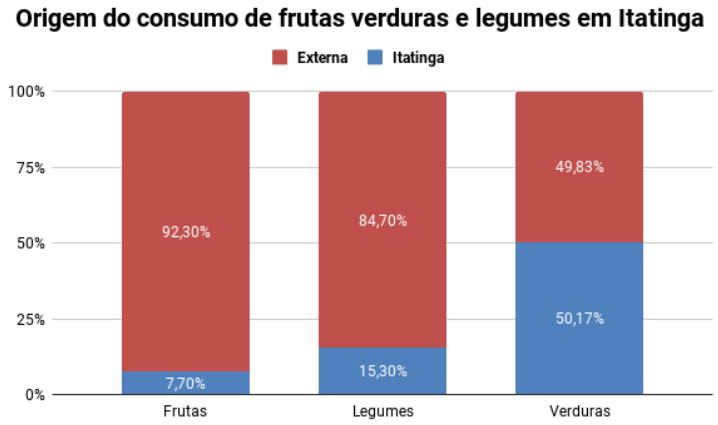

Gráfico 1: Origem dos produtos consumidos nos estabelecimentos alimentícios.

Os dados evidenciam que a agricultura familiar de Itatinga tem relevância no abastecimento dos produtos consumidos em estabelecimentos locais, principalmente quando se tratam de verduras. Neste caso, diagnosticamos que 50% de todas as verduras compradas nos estabelecimentos entrevistados são de origem da agricultura familiar do próprio município. Quando se tratam dos legumes e frutas, a participação da agricultura familiar diminui significativamente, chegando a 15% e 7,7%, respectivamente.

Analisando os dados de maneira mais detalhada, com distinção em cada um dos produtos que representa a categoria de frutas, legumes e verduras, temos o seguinte o cenário, representado pelos gráficos abaixo:

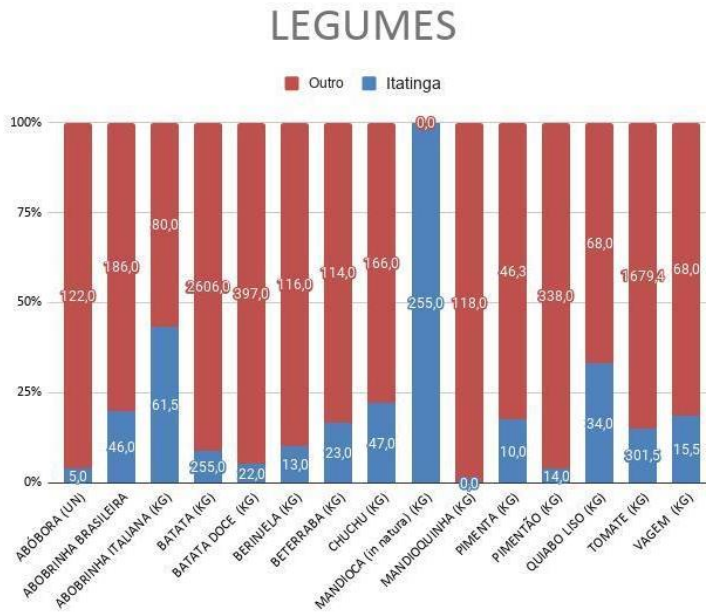

Gráfico 2: Origem do abastecimento de legumes da cidade de Itatinga.

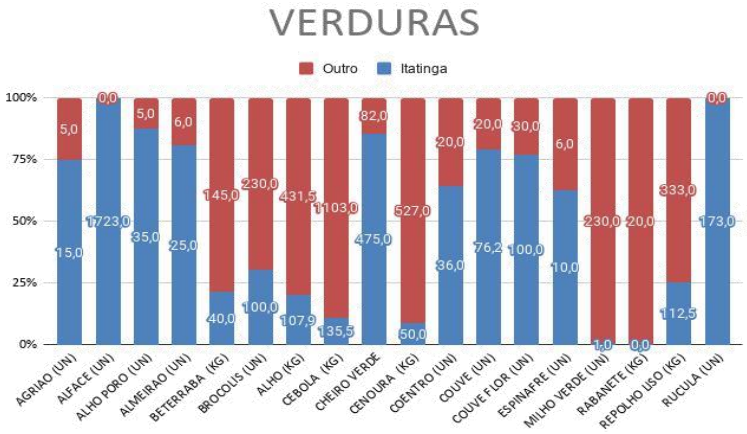

Gráfico 3: Origem do abastecimento de verduras da cidade de Itatinga

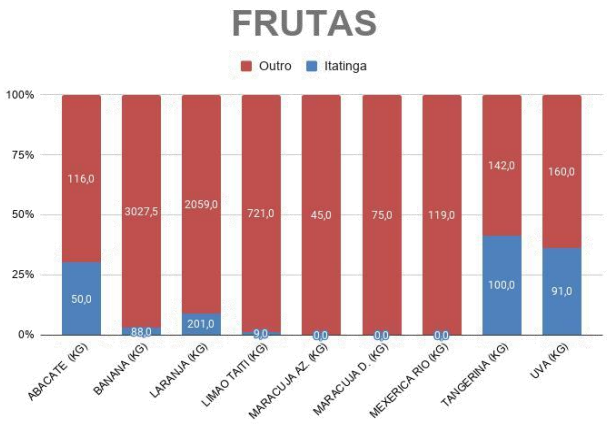

Gráfico 4: Origem do abastecimento de frutas da cidade de Itatinga

As verduras são os produtos no qual a agricultura familiar local tem maior participação nas vendas na cidade de Itatinga, com destaque especial às folhosas, como alface, rúcula, alho poró, almeirão, cheiro verde e couve, nos quais foi identificado que a agricultura familiar é responsável pela produção de mais de 75% do que é vendido pelos estabelecimentos alimentícios. Já os produtos como cebola, alho, cenoura, beterraba, rabanete e milho verde, a agricultura familiar local foi responsável por menos de 15% da venda.

Os cálculos realizados tiveram como base a padronização utilizada para a comercialização de produtos pelo CEAGESP. Algumas aproximações com relação as unidades tiveram de ser realizadas, como por exemplo, a diferenciação daquilo que é vendido por unidade e por quilo e, a partir destas diferenciações, foi feita uma proporção destes produtos com relação ao que era comercializado pela agricultura familiar e por outros meios.

Entre os legumes, o produto que mais se destaca é a mandioca, na qual identificamos que 100% do que é consumido nos estabelecimentos vem da agricultura familiar de Itatinga. Outros produtos também se destacam, como é o caso da abobrinha italiana e o quiabo, porém a agricultura familiar não produz nem metade do que é consumido nos estabelecimentos. Todos os demais produtos elencados como legumes, a participação da produção familiar não chega a 25% do total comercializado nos estabelecimentos que participaram da pesquisa.

Esse cenário no qual as frutas têm a menor participação da agricultura familiar local era esperado devido à dinâmica de produção e consumo de frutas no Brasil (SEBRAE, 2015). O destaque fica para o abacate, a tangerina e a uva, nas quais a agricultura familiar produz mais de 25% do que é vendido nos estabelecimentos alimentícios locais. Todos os demais, inclusive laranja, banana e limão, os mais produzidos no Estado de SP (SEBRAE, 2015, p.3) ficam abaixo dos 10% do total.

É preciso reconhecer que uma das limitações dos dados coletados é o fato deles não poderem ser extrapolados para uma média anual, por exemplo, porque o padrão e valores de consumo variam significativamente ao longo do ano. Como foi feita apenas uma coleta, não é possível auxiliar na orientação da produção familiar para suprir essa demanda. A principal ideia que estava por trás desse primeiro levantamento, conseguir estimar a demanda e avaliar junto aos agricultores, a partir desta demanda, como eles poderiam se inserir neste mercado de maneira mais ampla e diversa.

Outro ponto relevante a se considerar a respeito da coleta de dados é a confusão feita pelos entrevistados à respeito de quem são de fato os produtores rurais do município. Muitas das pessoas entrevistadas na primeira etapa ficaram perceptivelmente em dúvida para responder esta questão e após conversas com as extensionistas locais, foi identificado que muitos indicavam o atravessador, que trabalha na feira semanal, como sendo um produtor rural de Itatinga.

Os pontos aqui levantados colocam em evidência que o processo de coleta precisa ser aprimorado, uma possibilidade é repetir este processo de coletas ao longo do ano, a fim de dar confiabilidade aos dados para que possam orientar a produção familiar a suprir essa demanda dos estabelecimentos locais. Mesmo com as limitações citadas, em linhas gerais pode-se dizer que os dados se mostram coerentes com a realidade produtiva identificada ao longo da segunda etapa na pesquisa, na qual existe predominância das folhosas.

Por fim, na avaliação sobre os motivos pelos quais as pessoas responsáveis pelos estabelecimentos compram ou deixam de comprar da agricultura familiar local, a maioria dos estabelecimentos alimentícios entrevistados disseram recorrer à agricultura familiar em algum momento para abastecer suas mercadorias, seja diretamente do agricultor, na feira ou comprando dos intermediários que vendem de porta em porta.

As justificativas para aqueles que consomem produtos oriundos da agricultura familiar local foram diversas, indicaram o preço e a qualidade dos produtos, alguns inclusive relacionando a qualidade com o frescor dos alimentos e a menor quantidade de agrotóxicos. Outros aspectos apontados foram a facilidade na compra, a comodidade da entrega dos produtos, o bom atendimento e a relação com as/os agricultores/as familiares. Por fim, também apontaram que recorrem à agricultura familiar por acreditar que esta atitude colabora com o fortalecimento da economia local e com a melhoria das oportunidades na cidade.

Alguns dos apontamentos feitos pelas pessoas entrevistadas na primeira etapa, que não compram nada da agricultura familiar, são os mesmos feitos por aqueles que compram, entre estes, destacam-se o preço e a qualidade dos produtos como algo negativo. O fato de escolher os produtos consumidos, a falta de opção de produtos e a dificuldade de fornecimento contínuo também são fatores limitantes. Por fim, também tivemos pessoas que disseram que não conhecem os produtores familiares locais e outros que disseram que tem produção própria.

Os resultados coletados nesta primeira etapa, evidenciam a relevância da agricultura familiar de Itatinga no fornecimento de alimentos para a população e seu potencial para a comercialização na cidade, visto que os estabelecimentos, de maneira geral, demonstraram interesse em comprar desta categoria. O aprimoramento da coleta de dados poderia estimular um planejamento da agricultura familiar para suprir a demanda deste estabelecimentos.

A sistematização dos resultados detalhados da primeira etapa da pesquisa podem ser acessados neste link (https://bit.ly/3VZBkcg), por questões éticas o consumo de cada estabelecimento não foi detalhado, o resultado apresenta apenas a totalidade dos dados coletados.

4.2.2 A agricultura local

Antes de compartilhar características a respeito das pessoas entrevistadas, destaco alguns dados sobre a agricultura familiar de Itatinga. Os estabelecimentos familiares são 40% do total de estabelecimentos agropecuários do município, uma parte significativa é arrendatária (15%) e, segundo o extrato da Declaração de Aptidão ao PRONAF, existem apenas 34 estabelecimentos com a DAP ativa. A grande maioria dos produtores é do sexo masculino (85%), com nível de escolaridade até o ensino fundamental (40%) e idade entre 45 e 75 anos (70%) (BRASIL, 2017).

Quando comparada com a totalidade dos estabelecimentos agropecuários do município, nota-se que a agricultura familiar tem menos acesso às políticas financiamento e assistência técnica. Enquanto 25% dos estabelecimentos agropecuários acessam algum tipo de crédito e 80% acessa assistência técnica, seja ela pública ou particular, apenas 15% da agricultura familiar acessa algum tipo de financiamento e 56% recebe assistência técnica.

Além destas características, se faz necessário enfatizar alguns aspectos sobre o processo de entrevista. Os objetivos da pesquisa e seu caráter qualitativo permitiram que o roteiro fosse construído sem perguntas sobre idade e renda, por exemplo. Pergunas que poderiam dificultar o processo de aproximação e abertura da pessoa entrevistada

para com o entrevistador, e é uma característica importante para romper com a ideia de pesquisa extrativista e abrir caminho para a espontaneidade e relatos significativos em relação à temática proposta (FASANELO, 2018, p.410)

Desta maneira, este tópico busca compartilhar fatos e percepções a respeito de cada uma das pessoas entrevistadas, no que diz respeito à sua história de vida, relações com a família e sua produção. Estas características nos ajudam a compreender melhor quem são as pessoas entrevistadas e também o contexto em que estão inseridas. A transcrição completa das entrevistas pode ser acessada neste link (https://bit.ly/3TNRjIs).

4.2.2.1 Produtor 1

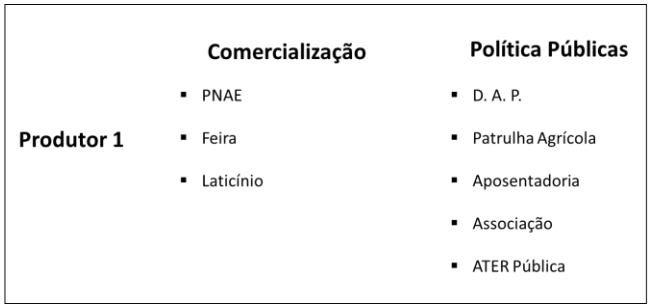

Figura 7: Síntese dos canais de comercialização e políticas públicas acessadas pelo produtor 1.

O produtor 1 vive com sua esposa e uma de suas filhas em uma propriedade arrendada, chegou em Itatinga quando criança e trabalhou boa parte da vida em fazendas de Eucalipto em Botucatu. Sua esposa é nascida e criada em Itatinga. Quando se casaram, foram morar e criar os filhos em uma fazenda em Rio Pardo, porém tiveram que voltar para Itatinga quando o proprietário da fazenda faleceu.

Neste retorno, eles se mudaram para a cidade e o marido encontrou emprego, novamente em Botucatu, foi quando decidiram arrendar uma propriedade e viver da agricultura, onde estão até hoje, há pelo menos sete anos. O trabalho de produção na propriedade fica sob responsabilidade do marido, a esposa e a filha ajudam mais com a logística de preparação dos produtos para a feira.

Dentre as famílias entrevistadas, esta é a única que não tem a propriedade da terra, fato que notadamente impacta as condições de vida da família, inclusive sua situação financeira. A propriedade que eles moram é arrendada, têm 4 alqueires e a casa que vivem é pequena, não tinha mais de três cômodos.

Sua produção é focada nas hortaliças de maneira geral, ele também tem algumas cabeças de gado e disse que não produz frutas porque não tem posse da terra. Tem bastante dificuldade com a comercialização da produção e disse que se não fosse a merenda (Programa Nacional de Alimentação Escolar), eles não teriam condições de viver no sítio, pois não dariam conta de pagar o arrendamento apenas com a aposentadoria rural.

4.2.2.2 Produtor 2

	Comercialização	Política Públicas
Produtor 2	▪ PNAE ▪ Estabelecimento Local ▪ Porta em Porta ▪ Laticínio	▪ D. A. P. ▪ Patrulha Agrícola ▪ Associação ▪ ATER Pública

Figura 8: Síntese dos canais de comercialização e políticas públicas acessadas pelo produtor 2.

O produtor 2 é nascido e criado no próprio sítio em que mora atualmente. Em alguns momentos da vida morou na cidade por conta de estudo e trabalho, quando era dono de um açougue. O comércio acabou fechando pela concorrência com os mercados e com a falência decidiu voltar ao sítio e trabalhar com gado leiteiro, seguindo a tradição da família.

Todos os filhos moram na cidade, porém pretendem retornar ao sítio e montar suas próprias casas na propriedade, que é herança de família e tem área de 12 alqueires. Mesmo que o produtor 2 seja o responsável pela produção, ele comentou que toda a família ajuda quando consegue, seja após o trabalho, nas folgas e até mesmo nas férias.

O produtor 2 mostrou estar satisfeito com tudo que está acontecendo ao seu redor, mesmo que tenha apontado problemas, na maioria das perguntas respondeu dizendo que estava tudo bem. Sua condição financeira é aparentemente melhor que a dos demais produtores.

Há três anos, o produtor começou a trabalhar com horta e decidiu deixar o trabalho com gado leiteiro em segundo plano. Mesmo que a tradição da família tenha sido o gado, ele comentou que desde sempre o sítio teve horta, porém era para a subsistência, com venda do excedente.

Apesar de ter uma horta bastante diversa, com vários tipos de folhosas e de legumes, ele disse que o carro chefe é o alface e o cheiro verde. O produtor também tem algumas frutíferas e pretende investir mais no pomar.

Ele é um dos produtores mais inseridos no mercado local, tem um escoamento garantido em alguns estabelecimentos da cidade, vende na merenda e também escoa através de pessoas que revendem seus produtos na cidade.

O produtor 2 foi um dos agricultores contemplados pelo projeto de SAF da UNESP e apesar de reconhecer os benefícios com relação aos ganhos materiais de adubação e mudas, fez uma série de críticas com relação a não ter sido consultado sobre o arranjo de espécies que estava sendo implantado no canteiro.

4.2.2.3 Produtor 3

	Comercialização	Política Públicas
Produtor 3	▪ Laticínio	▪ Patrulha Agrícola ▪ Assistência Técnica ▪ Créditos Diversos ▪ Aposentadoria ▪ Associação ▪ ATER

Figura 9: Síntese dos canais de comercialização e políticas públicas acessadas pelo produtor 3.

O produtor 3 é irmão do produtor 5, ambos são nascidos e criados em Itatinga. Ao longo da vida trabalhou em fazenda de café, foi auxiliar de motorista e se aposentou como tratorista. Os filhos nasceram na roça, mas sempre trabalharam na cidade. Sua esposa está adoecida e conta com o auxílio da prefeitura para realização de tratamento em Botucatu.

Atualmente ele tem trabalhado apenas com o gado de leite e têm uma parte da propriedade destinada para a produção de milho que vira alimento para as vacas. Com a entrada da pandemia deixou de trabalhar com a horta, pois quem tocava era sua nora, ele apenas cedia um espaço.

O produtor 3 mora com a esposa e um filho que trabalha viajando em uma propriedade de 2 alqueires. Na propriedade tem duas casas que ele aluga, uma delas é para um casal e a outra para a neta com os bisnetos. No geral, nota-se que a condição de vida é estável pela aposentadoria e por terem a propriedade da terra.

Na conjuntura em que vive não consegue a emissão da DAP pois a maior parte da sua renda é oriunda de outras fontes que não a das atividades agropecuárias realizadas na propriedade.

4.2.2.4 Produtor 4

	Comercialização	Política Públicas
Produtor 4	▪ Porta em Porta	▪ Patrulha Agrícola

Figura 10: Síntese dos canais de comercialização e políticas públicas acessadas pelo produtor 4.

O produtor 4 é nascido em Ituporanga e veio para Itatinga há mais de 20 anos, começou a trabalhar com agricultura durante a pandemia, depois de pedir demissão de um trabalho da empresa que ele trabalhava em Botucatu.

Como algumas pessoas entrevistadas, ele trabalhou durante a maior parte da vida em empresas de eucalipto na região e já trabalhou, durante um período curto de tempo, em uma fazendo de hortaliças ligada ao maior mercado do município.

Foi a partir desta oportunidade na fazenda de hortaliças e da vontade de trabalhar de maneira autônoma, que o produtor 4 decidiu comprar um terreno e começar a trabalhar como agricultor. O terreno tem 1.200m², dos quais ele destinou um espaço para construir a casa, para que possa se mudar com a mãe e a esposa, e outra parte para a horta. Ele cogita a possibilidade de arrendar um pedaço de terra ao lado para ampliar a área.

Ele é o principal responsável pela produção, sua esposa o ajuda aos finais de semana. Ele trabalha todos os dias, sendo que três vezes na semana sai para fazer a venda da produção. É a menor área de horta entre todas as pessoas entrevistadas e sua produção é bastante diversa e focada nas hortaliças. O produtor 4 também é o único que se responsabiliza por vender sua produção de porta em porta.

4.2.2.5 Produtor 5

	Comercialização	Política Públicas
Produtor 5	▪ Atravessador ▪ Estabelecimento Local ▪ Porta em Porta ▪ Laticínio	▪ D. A. P. ▪ Patrulha Agrícola ▪ Créditos Diversos ▪ Associação ▪ ATER

Figura 11: Síntese dos canais de comercialização e políticas públicas acessadas pelo produtor 5.

A produtora 5 é a principal responsável pela produção de hortaliças. O marido é presidente do sindicato de servidores municipais de Itatinga e ajuda sua esposa na horta, sendo o responsável pelo escoamento dos produtor. Enquanto o marido é nascido e criado em Itatinga, a produtora 5 é nascida em Conchas, mas veio para Itatinga quando criança. Há nove anos eles se mudaram para esta propriedade que é herdada da família da esposa.

A propriedade tem um alqueire e eles arrendam mais dois para a produção de milho e para o pasto. Na propriedade existem três casas, as quais são ocupadas pela produtora e o marido, a outra casa é ocupada pelo filho e sua esposa, produtores de mel, e a última casa é ocupada por um casal, que é contratado para trabalhar com o gado na propriedade.

É a única família que emprega mão de obra terceirizada durante todo o ano e também conta uma colaboração significativa da família na propriedade, uma vez que o filho e a esposa são responsáveis pela produção de mel. Seu irmão (produtor 3) atribui o sucesso do irmão ao fato dele ter ajudado o pai com a horta desde muito pequeno.

A produtora 5 é responsável pelo fornecimento de grande parte das hortaliças comercializadas nos estabelecimentos de Itatinga. Além da venda direta, contam com a colaboração de dois vendedores de porta em porta e por vezes são procurados pelo próprio atravessador do município. Estes canais de comercialização satisfazem o que conseguem produzir em dois, por isso não participam feira e também não vendem ao PNAE pelo fato do marido ser funcionário público.

Nota-se que são os produtores mais bem sucedidos na produção agrícola e os únicos que relataram conseguir financiamento através do PRONAF. O maior fator limitante que impede a ampliação da produção é o tamanho da propriedade e o tempo despendido na produção de hortaliças.

Além da produção de hortaliças os proprietários também têm um tanque para produção de peixes, trabalham com uma pequena produção de frutas (banana, café e abacate) e também produzem leite, uma média de 180L/dia, o suficiente para que adquirissem no próprio refrigerador.

4.2.2.6 Produtor 6

	Comercialização	Política Públicas
Produtor 6	▪ PNAE ▪ Estabelecimento Externo ▪ Feira	▪ D. A. P. ▪ Patrulha Agrícola ▪ Crédito Fundiário ▪ ATER

Figura 12: Síntese dos canais de comercialização e políticas públicas acessadas pelo produtor 6.

O produtor 6 é nascido em Mato Grosso, veio para a região quando criança e sempre trabalhou em empresas de Botucatu. Sua esposa mora em Itatinga há 20 anos e foi morar em Botucatu para estudar e acabaram se casando. No início da pandemia, eles se mudaram para Itatinga, em uma propriedade de 1 alqueire conseguida pelos pais dela através do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Tiveram seu primeiro filho, apesar de morarem com outras duas crianças, filhos de apenas um deles.

O casal divide a maioria das funções de produção, porém, ficou aparente que a esposa, por ter maiores responsabilidades com os cuidados da casa e dos filhos, acaba não conseguindo se dedicar tanto às atividades de produção quando o marido. A ajuda da família se resume à tarefas pontuais que eles permitem que os filhos façam, como a capina seletiva nos canteiros.

A propriedade foi adquirida há 6 anos, porém no ano de 2020 a área foi dividida entre os pais e a filha, que construiu a sua própria casa na propriedade conseguida pelos pais através do programa nacional de crédito fundiário.

Além da produção das hortaliças e do plantio de mandioca, a família também trabalha com a ponkan, que já estava produzindo. Para o casal, o custo benefício da relação entre o trabalho e retorno econômico da produção é inversamente proporcional, ou seja, quanto maior o trabalho diário com o produto, menor o retorno econômico.

São as pessoas mais jovens entre as entrevistadas, têm por volta de 30 anos. A esposa é, junto ao produtor 8, a única que comentou sobre formação de nível superior, ela recém havia concluído um curso de agronegócio. Citou o acesso à informação como uma grande dificuldade, mesmo com o curso, tem muita oportunidade que somente agora eles estão começando a conhecer. Aparentemente se mostraram muito animados com a situação futura, visto que estão conseguindo se organizar com a mudança e a filha recém nascida.

4.2.2.7 Produtor 7

	Comercialização	Política Públicas
Produtor 7	▪ PNAE ▪ Atravessador ▪ Porta em Porta	▪ D. A. P. ▪ Patrulha Agrícola ▪ ATER ▪ Crédito Fundiário ▪ Associação

Figura 13: Síntese dos canais de comercialização e políticas públicas acessadas pelo produtor 7.

O produtor 7 foi uma criança órfã, adotada aos 7 anos por uma família de Botucatu. Lá conheceu o Marido e foram trabalhar em uma fazenda na região. Desde essa época, enquanto o marido trabalhava na fazenda, a mulher cuidava de casa e da horta. Se mudaram para a propriedade atual há 6 anos, quando conseguiram o financiamento do PNCF. A propriedade adquirida tinha 2 alqueires, até que eles doaram metade para a filha.

Até hoje a produtora 7 é a responsável pela produção de hortaliças na propriedade e também cuida das tarefas domésticas, enquanto o marido cuida do mel e da parte administrativa. A propriedade em que vivem tem uma casa, um barracão e um galpão azulejado, o qual eles pretendiam usar para processamento da produção.

Por estarem a mais tempo na propriedade, têm uma diversidade maior de frutas ao redor da casa, as quais usam principalmente para consumo próprio, o que mais vendem em relação à frutas são as bananas e a ponkan. Também produzem mandioca, hortaliças diversas e o mel, que, segundo a mulher, ela e o marido acham que dá maior retorno econômico.

Aparentemente eles são uma família bem estabelecida como produtores rurais, as tarefas estão definidas e bem divididas, além do mais, já tem seus canais de comercialização estabelecidos. Mesmo assim, reforçam que o PNAE é uma colaboração bastante significativa na composição da renda familiar.

4.2.2.8 Produtor 8

	Comercialização	Política Públicas
Produtor 8	▪ Estabelecimento Local ▪ Estabelecimento Externo	▪ D. A. P. ▪ Patrulha Agrícola ▪ Crédito Fundiário ▪ Aposentadoria ▪ Associação ▪ ATER

Figura 14: Síntese dos canais de comercialização e políticas públicas acessadas pelo produtor 8.

O produtor 8 foi estudante de agronomia durante a ditadura militar, se formou e trabalhou em bancos e outras empresas. Chegou em Itatinga por intermédio da mulher, que era conhecida na política da região e também funcionária pública.

Eles vivem em uma propriedade de 4 alqueires e atualmente a mulher é cadeirante e pelas dificuldades de locomoção, aparentemente não reside no sítio com ele. Eles não têm filhos e devido à idade e a falta de vigor físico para o trabalho, contratam uma pessoa para vir três vezes na semana para ajudá-lo.

Ele comentou que a mulher, hoje aposentada, foi desembargadora na região, e mesmo assim declarou ser beneficiária de uma série de políticas públicas destinada à agricultura familiar, as quais ele sempre dizia que conseguiu acesso através de conhecidos que colaboraram para ele conseguir a DAP e acessar outras políticas públicas, por exemplo.

Atualmente sua produção é apenas de xuxu e as vezes abóbora, produtos os quais ele escoa nos mercados da região conforme a demanda. Além do mais, disse não tem boa relação com as extensionistas rurais do município. Ele foi o único produtor a dizer que não gosta da assistência técnica prestada pelo município e comentou que já procurou a UNESP para essa assessoria.

4.2.2.9 Caracterização da agricultura familiar local

A partir de tamanha diversidade das pessoas entrevistadas com relação a suas histórias de vida, contextos e realidades, algumas características chamam a atenção e nos ajudam a encontrar pontos em comum e divergências entre estes produtores.

Nota-se uma relevância significativa da pluriatividade das atividades na propriedade. Apenas os produtores três e quatro trabalham com uma única atividade, a produção agrícola de hortaliças e pecuária, respectivamente. Todos os demais têm uma renda que é fruto da pluriatividade, seja da agricultura, pecuária, mel e até mesmo da piscicultura.

A proposta de categorização tem o intuito de permitir que as políticas públicas sejam melhor direcionadas para aqueles produtores que mais necessitam. Diante do que foi exposto pelas entrevistas, a categorização mais

evidente para diferenciar os produtores familiares entrevistados é a sua capacidade de se manter apenas com as atividades agropecuárias, sem necessidade de acessar políticas públicas como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), a aposentadoria e até mesmo trabalhos externos à propriedade.

Pode-se dizer que apenas quatro produtores familiares teriam condições de viver exclusivamente da renda da produção agropecuária. São eles os produtores dois, cinco, seis e sete. Diante das respostas dadas por eles, acredita-se que sua produção agropecuária é estável e permite tirar uma renda suficiente para sua sobrevivência. Claro que a aposentadoria, colabora diretamente com o aumento da renda familiar, porém as atividades agropecuárias conferem segurança para a manutenção da sua vida.

Os outros quatro produtores entrevistados um, três, quatro e oito, são produtores que têm diversas dificuldades com a produção agropecuária e precisam de outras fontes de renda para conseguir sobreviver. Neste cenário destaca-se a importância da aposentadoria para esta categoria, visto que, diante dos relatos apresentados, esta renda extra pareceu ser essencial para conseguir promover a manutenção das necessidades básicas da família.

As principais diferenças entre as pessoas de cada uma das categorias são as seguintes: aqueles produtores com atividades agropecuárias estáveis em geral têm acesso à terra, têm canais de comercialização bem estabelecidos com o mercado local e contam com uma colaboração ativa da família. Enquanto os agricultores que não tem a atividade agropecuária como uma fonte de renda estável, têm menor auxílio familiar, são mais idosos, dependentes de aposentadoria e dos programas do governo.

4.2.3 A agricultura familiar no mercado local

O processo de coleta de dados junto ao PREFERI viabilizou uma imersão no cotidiano da cidade que contribuiu significativamente para conhecer melhor os canais de comercialização local, como por exemplo, notar a relevância da comercialização de produtos de hortifrúti de porta em porta.

A partir dos dados coletados na primeira e na segunda etapa e a partir da observação ao longo destas coletas e das conversas principalmente com as extensionistas da Casa da Agricultura de Itatinga, foi possível criar um panorama do circuito de comercialização dos produtos de hortifrúti em Itatinga, sistematizado na imagem a seguir.

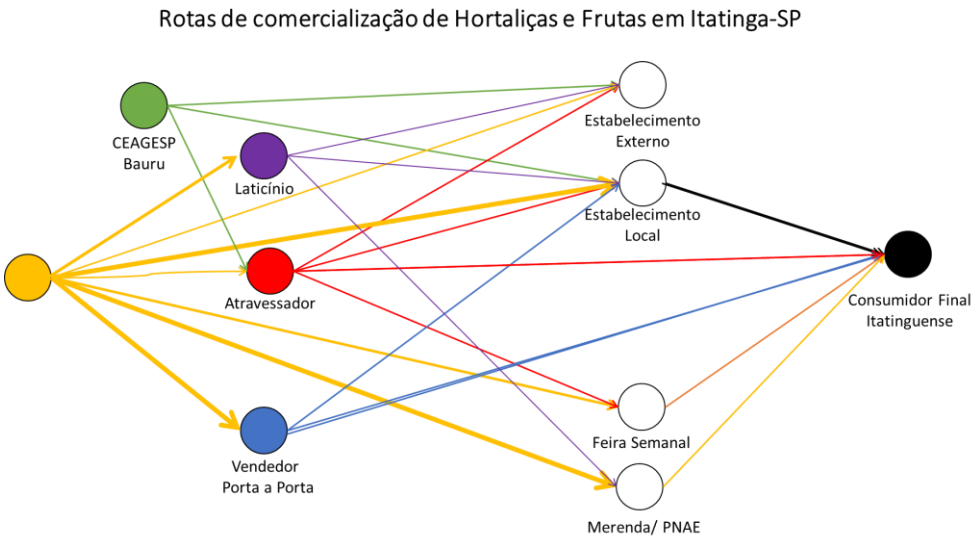

Figura 15: Esquema da comercialização de produtos de hortifruti em Itatinga-SP.

Os círculos sem cor representam os locais em que o consumidor final tem acesso ao produto, apenas os estabelecimentos externos não chegam ao consumidor final de Itatinga, neste caso representados pelo círculo preto. O círculo azul representa o vendedor de porta em porta da cidade de Itatinga, que pode ser realizado pelo próprio agricultor ou atravessadores. O círculo vermelho representa o principal atravessador da cidade, um sujeito que trabalha no ramo há tempos e monopoliza boa parte das vendas dos produtos de hortifrúti na cidade, inclusive é a principal barraca da feira semanal. O círculo verde representa o CEAGESP de Bauru, e o amarelo a agricultura familiar local, ambos se destacam como importantes setores na estrutura de comercialização de hortifrúti no município. O círculo roxo, que representa o laticínio, canal de comercialização que se mostrou um importante para a agricultura familiar local.

A partir da apresentação deste esquema, vamos tratar de cada um dos canais de comercialização identificados, destacando seus aspectos mais relevantes e compartilhando a percepção das pessoas que utilizam ou já utilizaram determinados canais.

Tabela 3: Canais de comercialização acessados pelas pessoas entrevistadas

Comercialização	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	Produtores que acessam
PNAE	X	X				X	X		4
Feira	X					X			2
Estabelecimentos Locais		X			X			X	3
Estabelecimentos Externos						X		X	2
Porta em Porta		X		X	X		X		4
Atravessador					X		X		2
Laticínio	X	X	X		X				4
Canais por produtor	3	4	1	1	4	3	3	2	-

Um dos principais problemas da agricultura familiar é justamente a dificuldade de ter acesso ao mercado de comercialização, principalmente pela falta de competitividade causada pela concentração de renda ao longo de toda cadeia produtiva. Estes canais de comercialização podem contribuir com o ganho e a segurança da agricultura familiar, sejam os mercados atacadistas, varejistas ou institucionais. (TRENTO, SEPULCRI e MARIMOTO, 2011; UENO et. al, 2016).

Dentro da diversidade que representa a agricultura familiar brasileira, existem duas categorias de vínculos para a comercialização dos seus produtos, um com cadeias integradas nacional e até internacionalmente e o outro, focado em circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos. (MALUF, 2004).

Os circuitos regionais, que são o foco desta pesquisa, se formam em regiões no interior do país ou em torno de núcleos urbanos, são mais adequados à agricultura familiar de pequenas propriedades e produção diversa, pouca capitalizada e com menor nível de tecnificação e tendem a estimular uma agricultura de base ecológica, sem atravessadores. Mesmo que, em primeira instância, o critério geográfico seja o que delimita o circuito regional, os aspectos sociais e relacionais são também relevantes na sua caracterização. (UENO et. al, 2016 e MALUF, 2014)

Dos canais de comercialização que foram apresentados e caracterizados abaixo, o CEASA, o laticínio e o atravessador, fazem parte do que Maluf (2004) chamou de circuitos integrados nacionais e internacionais, os demais, como os vendedores de rua, feira semanal e o PNAE, são considerados cadeias regionais.

4.2.3.1 CEAGESP de Bauru

A Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) é uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Economia e integra a cadeia nacional e internacional. Nasceu no final da década de 60 na cidade de São Paulo com intuito de centralizar a comercialização de grãos e produtos hortícolas, sendo suas principais atividades a armazenagem de produtos não perecíveis, bem como a entrepostagem, centralizando a comercialização de frutas, legumes e verduras na região (CEAGESP).

No contexto da pesquisa, o CEAGESP se mostrou como um importante canal de venda dos produtos de hortifrúti na cidade de Itatinga, principalmente para abastecer estabelecimentos alimentícios, seja através da compra direta ou então de atravessadores, que fazem a revenda aos estabelecimentos comerciais de diferentes cidades da região.

A relação do CEAGESP com a agricultura familiar é basicamente de concorrência, das pessoas entrevistadas ninguém utiliza este canal de comercialização para escoar a sua produção, principalmente pelas dificuldades logísticas, que inviabilizam a venda. Alguns agricultores até visualizam que seria possível estabelecer um canal de comercialização fixo, desde que houvesse uma organização dos produtores de Itatinga para viabilizar economicamente os custos logísticos para entrega da mercadoria.

4.2.3.2 Atravessador

O atravessador corresponde ao círculo vermelho no esquema de comercialização acima, está inserido na lógica dos canais integrados nacional e internacionalmente e comercializa tanto no atacado quanto no varejo. A principal pessoa que exerce esse papel no município conta com a colaboração da tradição familiar no ramo, pois estão há mais de 56 anos realizando este serviço em Itatinga.

Durante alguns anos esta pessoa foi responsável por um varejão da cidade, o único estabelecimento de venda exclusiva de produtos de hortifrúti identificado durante a pesquisa. Na época da coleta na primeira etapa, o varejão encontrava-se em fase de transição para uma loja de automóveis que estaria sob responsabilidade de outra pessoa da família. Mesmo sem a loja, ele continua atuando no ramo, fazendo a feira semanal aos sábados e vendendo diretamente para estabelecimentos alimentícios na região.

A relação deste com as pessoas entrevistadas é distinta, existem aquelas/es que vendem parte da produção para o atravessador, como os produtores 7 e 5, estabelecendo um canal de comercialização com ele, por outro lado, os demais, que representam a maioria, tem uma relação de concorrência, principalmente aquelas/es que tentam acessar os estabelecimentos locais e também aqueles que participam da feira semanal.

A venda dos agricultores familiares para o atravessador é algo que ocorre de maneira esporádica e, durante as entrevistas, não foi possível identificar nenhum indício de que este canal de comercialização esta entre os mais relevantes para os agricultores que o acessam. No caso, convenciou-se chama-lo de atravessador, não pelo fato de revender os produtos da agricultora familiar local, mas sim, por atravessar a venda destes agricultores trazendo produtos da CEAGESP para serem comercializados com os estabelecimentos locais e, consequentemente, dificultando a inserção de outros agricultores no comércio local.

4.2.3.3 Vendedores de porta em porta

Ao longo dos questionários realizados na primeira etapa da pesquisa, foi quando me chamou atenção a importância deste tipo de comercialização na cidade. A segunda etapa reforçou que este canal de comercialização é também importante para a agricultura familiar.

Nas entrevistas da segunda etapa, identificamos que existem duas categorias distintas de agricultores familiares que escoam sua mercadoria de porta em porta. Existem os agricultores que saem para vender sua própria produção de porta em porta, como é o caso do produtor 4, e aqueles que repassam para pessoas que fazem a venda, como os produtores 2, 5 e 7.

Mesmo que ambos os casos se caracterizem como uma venda local e estejam inseridos em uma lógica de circuitos regionais, é possível afirmar que há um atravessador quando não é o próprio produtor que sai para realizar a venda. Neste sentido, vale reforçar que diferente do atravessador citado acima, as pessoas que revendem os produtos neste contexto o fazem apenas em pequenas quantidades e em geral para complementar sua renda familiar.

4.2.3.4 Estabelecimentos alimentícios locais

Quando tratamos de estabelecimentos alimentícios estamos nos referindo a qualquer estabelecimento que venda produtos de hortifrúti no varejo, seja ele manipulado ou *in natura*. A qualidade de local refere-se aos estabelecimentos que estão localizados dentro do município de Itatinga e compõem os circuitos regionais.

Na primeira etapa da pesquisa entrevistamos estabelecimentos diversos, desde mercados e restaurantes, até padarias e lanchonetes. Alguns deles têm produção própria e recorrem aos produtores familiares locais e outros meios de comercialização apenas quando a sua produção é insuficiente para satisfazer sua demanda.

Este canal de comercialização é ocupado, de maneira periódica, por apenas dois agricultores locais, os produtores 5 e 2, os quais têm uma venda semanal bem estabelecida com mercados e restaurantes da cidade. São os agricultores que aparentemente tinham a maior capacidade de produção, contam com colaboração efetiva da família e também fizeram menção ao trabalho terceirizado na propriedade.

A venda semanal destes agricultores nos estabelecimentos locais é basicamente de hortaliças, principalmente folhosas, com destaque para o alface e o cheiro verde. Os legumes e frutas são menos requisitados à agricultura familiar, pois os mercados são também abastecidos pelo atravessador ou ainda compram diretamente no CEAGESP.

As demais pessoas entrevistadas disseram encontrar dificuldade de se inserir neste canal e acabam recorrendo a eles apenas em momentos pontuais, quando há excedente de produção, por exemplo. Os principais problemas apontados pelas entrevistadas sobre este canal de comercialização foram os preços baixos que são pagos e também as condições de venda que às vezes é consignada.

4.2.3.5 Estabelecimentos alimentícios externos

Os estabelecimentos externos são aqueles que não estão localizados no município de Itatinga. Sobre este canal, identificamos que se restringem a redes varejistas e localizam-se majoritariamente em Botucatu e Avaré, os municípios mais populosos da região e que se encontram em um raio de 40km de Itatinga.

Dentre os aspectos ressaltados pelas entrevistadas, novamente se destaca a dificuldade logística para viabilizar economicamente as entregas. Eles recorrem a este canal quando têm uma quantidade elevada de produtos, ou então quando são produtos com maior retorno econômico, como frutíferas e mandioca, por exemplo.

Mesmo diante das dificuldades logísticas, os produtores 2, 6 e 8 recorrem a este canal de comercialização, sendo que nenhum deles tinha uma periodicidade fixa de entregas. Recorrem a este canal quando o produto viabiliza os custos de transporte, quando a mercadoria será perdida ou então também quando aproveitam os deslocamentos para estes municípios por outros motivos e levam os produtos para escoar neste canal.

4.2.3.6 Feira semanal

As feiras são um canal de comercialização bem antigo, sua origem remonta ao período colonial. Ela se caracteriza como um canal de venda direta entre o agricultor e o consumidor e sua importância vai além da dimensão econômica, uma vez que está enraizada na cultura de diversas localidades e são um espaço de grande interação social. (ARAÚJO e RIBEIRO, 2018; VERANO, FIGUEIREDO e MEDINA, 2021).

Diversas características distinguem a grande variedade de feiras que existem espalhadas por diferentes regiões do Brasil. No caso de Itatinga, a feira é de produtos convencionais - mesmo que alguns produtos possam se enquadrar como orgânicos - ocorre todos os sábados na praça central da cidade e quem participa é o atravessador da cidade e também alguns produtores. Não há nenhuma organização de feirantes ou agricultores por trás da realização da feira, inclusive as barracas são montadas em locais diferentes na praça.

Quando não os únicos, as feiras muitas vezes são o principal canal de comercialização para parte da agricultura familiar (ARAÚJO e RIBEIRO, 2018). No geral, este foi um canal de comercialização significativamente impactado pela pandemia de COVID-19, mesmo as feiras que continuaram a ser realizadas tiveram uma evidente diminuição de consumidores, realidade que não atingiu os estabelecimentos locais como mercados (CATI, 2020).

A feira semanal de Itatinga foi inviabilizada durante algumas semanas no início da pandemia, mas logo retomou suas atividades. No retorno a produtora 7 deixou de participar e o produtor 1 relatou em entrevista que estava indisposto em seguir com a feira por conta da diminuição do movimento e também pela relação desequilibrada com o atravessador, visto que ele está lá há muito tempo, tem uma diversidade maior de produtor e tem a maioria dos clientes já fidelizados.

O produtor 6 foi o único que se demonstrou animado com esse canal de comercialização e, mesmo que compreenda e tenha enfatizado a concorrência desequilibrada com o atravessador, o produtor relatou algo que indica uma relação de cooperação entre eles, como fica evidente na fala transcrita abaixo:

"...quando tá na feira, ele pega meu alguma coisa, eu pego dele. Ai tem coisa que eu compro dele para a feira, que nem, tomate que eu não tenho. Tomate, cebola, tempero eu parei de mexer, mas pouca coisa. Ai quando ta lá que ele não tem, ele pega uma rúcula, uma mandioca, umas coisas nossa." (Fala do produtor 6 ao longo da entrevista)

As pessoas entrevistadas que utilizam ou utilizavam este canal de comercialização, reconhecem que conseguem um preço bom com a venda dos produtos, porém afirmam que as vendas não tem ido bem e a demanda de trabalho para a realização da feira é alta, precisam levar a barraca, produção e ainda ficar durante todo um período trabalhando na venda dos produtos.

Os produtores 1 e 7, que deixaram de comercializar na feira nos últimos tempos, têm como característica em comum o fato de contarem com menor colaboração da família tanto na produção quanto na venda. São os únicos responsáveis pelas suas respectivas produções e contam com um ajuda da família ou para arrumação ou para a venda, enquanto o produtor 6 conta com a colaboração da família em todas as etapas.

Mesmo com o potencial de promover a inclusão socioprodutiva da agricultura familiar, nota-se que a feira municipal de Itatinga tem dificuldade de garantir tal inserção, pois não há uma instituição de feirantes e agricultores por de trás da organização, não existe uma relação de confiança bem estabelecidas entre os produtores e consumidores, mesmo que haja alguma relação de cooperação entre eles (VERANO e MEDINA, 2021).

Apesar de ser o principal canal de comercialização de frutas, legumes e verduras em alguns locais, as feiras têm seguido a tendência de diminuição do movimento, principalmente com os investimentos que as redes de supermercado têm feito no setor de hortifrúti (ARAÚJO e RIBEIRO, 2018). Além deste aspecto, também é possível citar a falta de apoio público, parcerias, organização comunitária e políticas públicas destinadas à este canal de comercialização.

4.2.3.7 PNAE

O Programa Nacional de alimentação escolar (PNAE) conhecido popularmente entre os agricultores familiares de Itatinga, e até mesmo entre os extensionistas, como merenda escolar, tem como principal objetivo garantir a formação de hábitos alimentares saudáveis através da disponibilização de refeições nas escolas que cubram as necessidades nutricionais durante o período letivo.

Todo município deve adiquirir pelo menos 30% do recurso da alimentação escolar para a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar (LEI Nº 11.947/2009), reforçando os múltiplos benefícios sociais, econômicos e ambientais atrelados ao programa, garantindo o fornecimento de uma alimentação de qualidade, mas também estimulando a produção familiar local e criando uma rede de fortalecimento da economia local.

O PNAE é também um canal de comercialização direta, se caracteriza como um canal consumidor institucional e compõe o circuito regional. Mesmo que o Estado seja o mediador e não haja relação social entre o produtor e o consumidor, a relação comercial se estabelece de maneira direta entre os agentes.

A agricultura familiar é beneficiária direta deste programa, uma vez que ele objetiva facilitar e estimular a compra pública direta de produtores familiares, com preferência para suas associações ou cooperativas. Todas as pessoas entrevistadas que participavam do PNAE foram unânimes em reconhecer seus benefícios, o produtor 1 inclusive, enfatizou que se não houvesse o PNAE, provavelmente não estaria conseguindo manter a propriedade e teria de deixar a área rural, lugar com o qual ele e a esposa se identificam.

"É o que tem nos salvado né? A gente paga o arrendo da propriedade né? Se não fosse isso tinha que parar. Se eu parar com a merenda eu tenho que parar, porque se eu for vender só para fora assim se eu não tiver um meio que eu possa produzir mais, para mim adquirir uma renda maior, eu teria que entregar a propriedade né? Fazer outra coisa (risos)."

O PNAE garante a venda, comercialização e continuidade do estabelecimento familiar. Por um lado, ele pode impulsionar o desenvolvimento da sua produção, por outro, nota-se que em alguns casos, o agricultor cria uma relação de dependência ao deixar de buscar outros canais de comercialização, o que se torna um risco, visto que a instabilidade política e as trocas de governos podem levar a descontinuidade do programa. (UENO, et. al, 2016; CARMO, 2017).

Como a feira, o PNAE foi um canal de comercialização afetado pela pandemia, mesmo com os esforços da escola e da prefeitura local em manter a distribuição de alimentos através de cestas básicas. Em uma séria de relatórios publicados pela CATI/CDRS buscando avaliar o impacto da pandemia na agricultura familiar, eles evidenciaram essa relação ao constatar uma diminuição mais acentuada na renda daqueles produtores dependentes das compras públicas, indicando uma possível relação de dependência ao programa, como sugerido acima (CATI, 2020a; 2020b; 2021).

Para acessar o PNAE é necessário ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), sendo que cada uma tem um limite de vinte mil reais por ano em cada município, ou seja, quem comercializa para dois municípios, tem esse limite para cada um deles. Durante a pandemia, as produtoras 6 e 7, que comercializavam mandioca, via PNAE, para o município de Botucatu, perderam a venda no ano de 2021 porque o poder público municipal teve que dar preferência à associação que entrou na licitação pelo produto.

No geral, nenhuma das pessoas entrevistadas fez críticas ao programa, todas reforçaram a importância para melhoria da renda familiar e também pela garantia do seu estilo de vida. Os produtores apontam dois aspectos principais como os benefícios, a garantia de compra que facilita o planejamento e o preço dos produtos que é definido a partir de uma média de preço dos produtos nos mercados da região.

4.2.2.8 Laticínio

Mesmo que o foco desta parte dos resultados tenham sido os produtos de hortifrúti, ao conhecer melhor o contexto local e realizar as entrevistas, nota-se a relevância da produção de leite para a agricultura familiar. Quatro das oito pessoas entrevistadas trabalham com pecuária leiteira, sendo que o produtor 5 é o único que, além de empregar mão de obra terceirizada para a realização deste trabalho, tem um refrigerador próprio e não depende do resfriador da associação de produtores rurais de Itatinga (ASPRI), como é o caso da maioria dos produtores de leite do município.

Em relatório técnico da CATI/CDRS, Wesz (2021) mostra que a maioria das propriedades de pequeno porte têm a atividade agropecuária como sua única fonte de renda. Fica evidente a versatilidade da bovinocultura, além de ser a única atividade para boa parte destes produtores, como no caso do produtor 3, ela é a segunda ou terceira fonte de renda das pequenas propriedades paulistas.

3.6. Políticas públicas para a agricultura familiar de Itatinga

Como já explicitado na introdução, a compreensão de políticas públicas desta pesquisa de mestrado está ancorada na abordagem multicêntrica, aquela em que o Estado não é reconhecido como o único ator, mas se reconhece que sua estrutura permite maior capacidade e robustez para as políticas públicas.

Ao longo das entrevistas os agricultores foram questionados de maneira genérica sobre os apoios que recebiam, a ideia era permitir que eles explorassem suas relações com os auxílios para além da esfera do Estado, mesmo assim, todas as respostas estavam atreladas de alguma maneira à este ator. Sendo assim, este tópico irá abordar as políticas públicas destinadas para o ambiente rural, principalmente as que envolvem transferência de crédito e assistência técnica e extensão rural, pois são as mais recorrentes quando se trata de políticas públicas para a categoria.

No intuito de apresentar o panorama geral das principais políticas públicas que afetam a vida do agricultor familiar de Itatinga, foi montado o esquema apresentado abaixo. Reforço que existem muitas outras políticas públicas que afetam a qualidade de vida no ambiente rural e não estão aqui contempladas, mas estas políticas pareceram as mais relevantes, de acordo com o recorte da pesquisa.

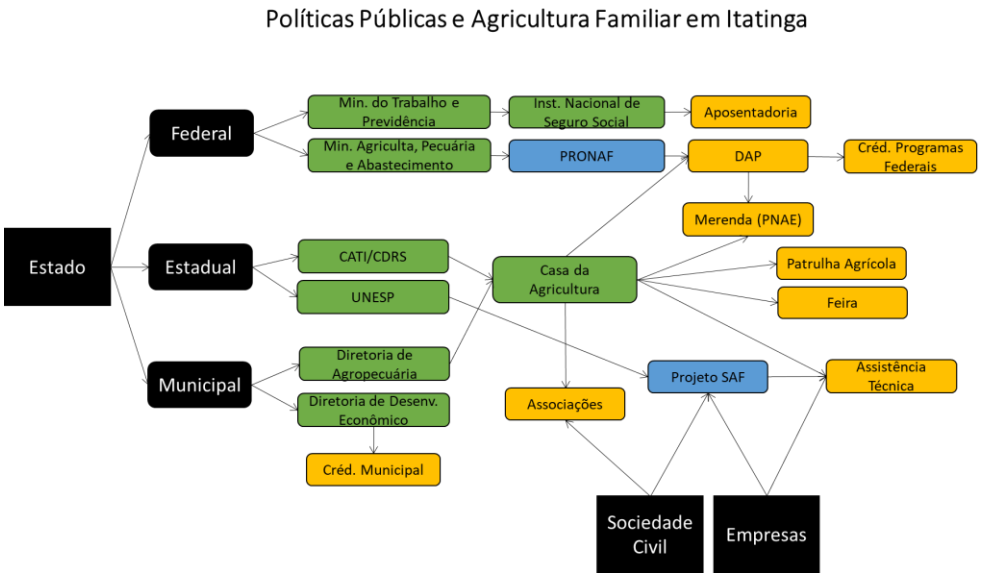

Figura 16: Esquema referente às políticas públicas mencionadas pelos produtores/as familiares de Itatinga-SP entrevistados/as na pesquisa.

O esquema acima é fruto de um esforço para simplificar e facilitar a compreensão da estrutura que sustenta as políticas públicas durante todo o seu processo, desde o planejamento, até sua execução. As cores preta, verde e azul representam, respectivamente, os atores da sociedade, a instituição responsável e os programas e/ou projetos que viabilizam as ações propostas pelas políticas públicas. A cor amarela representa os instrumentos de políticas públicas que mais afetaram a realidade das pessoas entrevistadas.

Diante do cenário apresentado, a maneira mais coerente e adequada encontrada para categorizar tudo que emergiu foi a partir das seguintes categorias: 1) Financiamento; 2) Assistência técnica e extensão rural; 3) Associação; 4) Outros.

A intenção da análise que segue de cada um destes tópicos é compartilhar o que emergiu das entrevistas, a partir da perspectiva de que o caminho para o bem comum nas políticas públicas que envolvem a agricultura familiar devem ser no sentido de fortalecer a agroecologia e os circuitos de proximidade.

4.3.1 Financiamento

4.3.1.1 O PRONAF

A partir das referências apresentadas na introdução, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pode ser considerado a primeira e principal, política pública de estímulo exclusivo à agricultura familiar brasileira. Quase trinta anos após a sua criação em 1995, o programa ainda não superou as barreiras de uma distribuição mais equitativa e segue concentrado seguindo critérios regionais e de renda.

Em Itatinga, das 92 DAPs existentes, apenas 34 estavam ativas em meados de 2021, todas as demais estavam expiradas ou canceladas. Dentre as ativas, três se enquadram na categoria de assentados (beneficiários do PNCF) e outras três na categoria de baixa renda (renda familiar anual de até 23 mil reais - 1.916,66/mês), todas as demais se enquadram na categoria de variados (renda familiar anual de até 415 mil reais).

Essa realidade é reflexo do que é encontrado no estado de São Paulo, onde aproximadamente 40% das pequenas propriedades rurais não se enquadram como agricultores familiares, apesar de viverem em condições muito parecidas, pois não estão adequados ao critério da DAP. O principal motivo para elas não se enquadrarem nas condições é a renda familiar, sendo a aposentadoria um fator relevante (WESZ, 2021).

Dentre os oito agricultores/as entrevistados/as, apenas dois não têm acesso à DAP, um deles por ter recém iniciado os trabalhos como produtor rural e ainda não ter conhecimento sobre os direitos e oportunidades da agricultura familiar, e outro porque a aposentadoria que recebe é maior que a receita bruta que ele tira da produção no estabelecimento, fato que inviabiliza a emissão da DAP.

Todos os demais produtores familiares entrevistados têm a declaração e mesmo que tenham dificuldades de acessar os créditos facilitados pelos programas federais, a maioria usufrui de diferentes maneiras dos benefícios proporcionados pela DAP, principalmente com o acesso ao PNAE.

Nenhuma das pessoas entrevistadas apontou qualquer dificuldade com a renovação da declaração, pois recebem auxílio de extensionistas rurais, seja da CATI, ITESP ou sindicatos rurais. Ao longo da pesquisa, notou-se que existe uma sobrecarga das extensionistas locais com relação a atividades administrativas, o que dificulta a ida à campo.

4.3.1.2 Créditos diversos

As políticas de acesso a crédito são bastante diversas, somente no âmbito do PRONAF, existem pelo menos nove subprogramas de financiamento, cada um com uma finalidade distinta. Apesar das políticas de financiamento ocorrerem principalmente no âmbito federal, também ocorrem em escala municipal.

Durante as entrevistas, cinco produtores alegaram ter sido beneficiados por alguma política de crédito, sendo três deles beneficiários do programa nacional de crédito fundiário (PNCF), um deles através do banco municipal e o último pelos programas do PRONAF.

Aqueles que alegaram não ter acessado o financiamento apontam os seguintes motivos: desconhecimento, como é o caso do produtor 4; opção de não se envolver com financiamento, como é o caso do produtor 2; e tem casos em que os produtores simplesmente não cumprem os critérios necessários para consegui-lo, como é o caso do produtor 1.

Os principais bens financiados no contexto de Itatinga foram terra, veículo e vacas, o primeiro deles através do Terra Brasil - Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), o qual, além dos critérios da DAP, é necessária experiência de 5 anos na produção agropecuária. O segundo foi através dos financiamentos viabilizados pelo PRONAF, no qual o produtor cinco adquiriu um novo veículo para facilitar o escoamento da sua produção e por fim, o produtor 3 obteve financiamento junto ao banco municipal.

O PNCF foi acessado pelos produtores 6, 7 e 8. No caso dos produtores 6 e 7, quem acessou a política de financiamento foi a produtora 7, que ao adquirir a propriedade de dois alqueires, a dividiu ao meio e doou metade para sua filha, no caso, representada pelo produtor 6. A propriedade adquirida pelo produtor 8 tem uma área de quatro alqueires.

O crédito oriundo das políticas de financiamento do PRONAF foram acessadas apenas pelo produtor 5, que já havia conseguido financiar um veículo anos atrás e agora conseguiu acessar novamente o crédito e trocou o veículo por um novo. Essa realidade de seletividade tem se intensificado (WESZ, 2021).

Por fim, também existe a política de crédito municipal, a qual foi citada apenas pelo produtor 3, que acessou o benefício alguns anos atrás para a compra de três vacas, no intuito de melhorar a sua produção de leite. Segundo ele, com o aumento da produtividade com as vacas, conseguiu pagar o empréstimo.

As políticas de financiamento têm colaborado diretamente na melhoria das condições de trabalho da agricultura familiar e também proporcionado um aumento da sua renda, visto que tem dado condições às famílias de terem acesso à terra, adquirirem veículos para auxiliar no escoamento e até mesmo de vacas, visando o aumento da sua produção. Por outro lado, fica evidente a necessidade de adequar estas políticas para que possam impactar a realidade daqueles agricultores com maior vulnerabilidade, pois estes ainda não conseguem acessar as políticas de crédito, porque não se enquadram nos critérios necessários ou até mesmo desconhecem a diversidade de políticas que podem acessar.

No caso de Itatinga, estas políticas foram bastante criticadas pelo produtor 2, que já havia tentado acessar crédito através do PRONAF e da PNCF, porém nunca conseguiu concretizar os financiamentos. Ele inclusive se demonstrou bastante emocionado ao relatar sua frustração de não ter um pedaço de terra para sua família. O produtor 8, apesar de beneficiário da PNCF, também teve dificuldade de acessar os financiamentos do PRONAF.

Ao final da apresentação da pesquisa na Câmara de vereadores em setembro de 2021, o diretor de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia de Itatinga, responsável pelo banco municipal, comentou que estava em contato com o Banco do Povo para facilitar a aquisição de linhas de crédito por parte da agricultura

familiar local. Não há comprovação se houve ou não abertura deste crédito e se ele de fato chegou aos agricultores familiares.

4.3.1.3 Aposentadoria

Dentre as pessoas entrevistadas, três delas mencionaram ser aposentadas. O produtor 1 foi o único que comentou ser beneficiário da aposentadoria rural, o produtor 8 conta com a aposentadoria da esposa como uma das fontes de renda, e o produtor 3 também é aposentado e por isso não consegue ter a DAP, porque sua aposentadoria supera a renda bruta oriunda da propriedade.

Não é possível avaliar a importância da aposentadoria na composição da renda familiar, porque durante as entrevistas não foi foram feitas perguntas específicas sobre a renda, porém, a partir da composição das respostas obtidas ao longo das entrevistas, bem como a observação do contexto no qual vivem as pessoas entrevistadas, principalmente no que se refere às condições da propriedade e da residência, é possível fazer algumas suposições a respeito da importância da aposentadoria na composição da renda familiar.

O produtor 3 é aposentado como tratorista por uma empresa de eucalipto da região, mora em uma propriedade herdada pela esposa, com ela e o filho que, apesar de morar junto com eles, trabalha viajando e pouco fica em casa. Essa situação permite um mínimo de segurança para a realização das atividades agropecuárias, as quais o produtor deu a entender que não rendem muito financeiramente.

O produtor 1 é o único beneficiário da aposentadoria rural, atualmente mora com a mulher e uma filha, ambas desempregadas. Ele comentou que se não fosse o recurso que recebem da venda para o PNAE, provavelmente não poderiam continuar morando no ambiente rural, local do qual não gostariam de sair, apesar das dificuldades enfrentadas.

Por fim, o produtor 8, que comentou que recebe e administra a aposentadoria recebida pela mulher, que foi funcionária pública. Sua produção é pequena, inconstante e apenas de abóbora e chuchu. Apesar deste cenário, ele é beneficiário da DAP, mesmo sem acessar o PNAE e tampouco financiamento de crédito através do PRONAF. O que nos leva a pensar que a principal fonte de renda é, de fato, a aposentadoria.

Diante das respostas e da observação ao longo das entrevistas, avalia-se que a aposentadoria é uma importante fonte na composição da renda familiar destes produtores e contribui para a manutenção da qualidade de vida destas pessoas ao garantir que estes sobrevivam e se mantenham enquanto produtores familiares, contribuindo para a econômica familiar rural, como apontado por Delgado e Cardoso (2000).

4.3.2 Assistência Técnica e Extensão Rural

4.3.2.1 Casa da Agricultura (CA)

Ao analisar o esquema acima (figura 15), fica evidente o importante papel desempenhado pela Casa da Agricultura na execução das políticas públicas no município de Itatinga, sejam elas municipais, estaduais ou federais. No seu quadro de funcionários técnicos destacam-se uma agrônoma e uma veterinária, funcionárias do município, e a chefe da Casa da Agricultura, que é funcionária da CATI/CDRS. Além delas, tem o diretor de Agropecuária do

município, que deixou de ser a veterinária extensionista da CA ao longo da pesquisa, e também todos os demais cargos administrativos e de manutenção.

As Casas de Agricultura passam a ter uma atuação articulada entre as instituições públicas estaduais e municipais a partir do Decreto, 40.103/1995, o qual reorganizou o Sistema Estadual Integrado de Agricultura e Abastecimento (SEIAA) com o objetivo de "integrar os esforços dos órgãos públicos com atribuições voltadas ao desenvolvimento do setor agropecuário, à preservação ambiental e à melhoria do abastecimento alimentar".

Antes de analisar cada um dos pontos que foram selecionados para estarem neste tópico, vale destacar que a mais recente reorganização na Secretaria de Agricultura e Abastecimento realizada através do Decreto nº 66.417, 2021, impactou diretamente na realidade da Casa da Agricultura de Itatinga, uma vez que agora, a própria responsável pelo local deixou de dedicar-se exclusivamente ao município.

Parece pertinente relacionar esta reorganização com as políticas de austeridade promovidas pelo atual governo do Estado de São Paulo, que agravam a situação de sucateamento de algumas instituições públicas. Um exemplo desta política é a Lei nº 17.293/2020, que aprovou a extinção dos institutos de pesquisa Florestal, Geológico e Botânico para a criação do Instituto de Pesquisas Ambientais. A extinção das CA's só foi revertida graças à mobilização da sociedade civil, entre elas a Associação Paulista de Extensão Rural (APAER).

Antes de passar para os próximos tópicos, nos quais serão abordadas as diferenças identificadas entre a assistência técnica e extensão rural pública e particular, se faz necessário mencionar as atividades de capacitação como uma importante ferramenta de política pública de ATER.

Pode-se dizer que entre as diversas instituições do município que se envolvem com extensão rural, sejam públicas ou particulares, a principal delas é a Casa da Agricultura, logo é coerente que a capacitação seja abordada junto à este tópico.

A produtora 6 foi a única que mencionou as capacitações oferecidas no município como um dos auxílios obtidos por ela e pelo marido que contribuíram com a melhoria da sua qualidade de vida. Ela enfatiza que o marido já havia participado de uma série de cursos, como por exemplo, de olericultura e de gestão empresarial.

4.3.2.2 Assistência técnica pública

No contexto de Itatinga, a principal instituição que presta serviço de assistência técnica é a Casa da Agricultura. Outras instituições estaduais que foram citadas e contribuíram em alguma medida com a ATER foram o ITESP e a UNESP.

O ITESP foi citado na prestação de assistência técnica entre aqueles que são beneficiários do PNCF (produtor 6, 7 e 8), neste caso, o ITESP é a instituição responsável pela emissão da DAP. A UNESP foi citada pelo produtor 8 como uma instituição que presta serviço de assistência técnica, ele relatou que procurou professores da instituição para ajudá-lo na resolução de um determinado problema agrícola enfrentado por ele.

Sobre a Casa da Agricultura, todas as pessoas entrevistadas, com exceção do produtor 8, avaliaram muito bem o trabalho realizado pela instituição e suas servidoras. A presença de funcionárias da Casa da Agricultura na

maioria das entrevistas, influenciou na obtenção das respostas, que indicaram a predominância de um sentimento de agradecimento por parte dos agricultores familiares.

Mesmo que a grande maioria das pessoas entrevistadas reconheçam sua importância, foram também citadas algumas limitações no serviço, principalmente no que diz respeito à assistência técnica voltada para a produção agrícola. Fica evidente que há uma sobrecarga dos extensionistas para lidar com as demandas administrativas, que acabam interferindo na realização dos trabalhos de campo.

A maioria dos entrevistados reconheceu a necessidade colaboração com a parte agronômica, apenas a produtora 7 e o 3 relataram que haviam recebido assistência técnica por parte das extensionistas da CA, todos os demais não relataram nenhum tipo de auxílio fora da parte administrativa, cenário diagnosticado por CRUZ et. al (2020). Vale mencionar que apesar de existir uma unidade da ESALQ no município (EECF de Itatinga), não foi encontrada nenhuma citação sobre atividades de extensão, o que evidencia um descompasso na atuação da universidade no território local e regional.

4.3.2.3 Assistência técnica particular

A assistência técnica particular, no caso das pessoas entrevistadas, se evidenciou como algo distante e pontual. As falas que ocorreram nas entrevistas indicam que os produtores rurais recorrem a este serviço quando compram insumos em casas de agropecuária e acabam utilizando dos conhecimentos técnicos do agrônomo responsável para tirar dúvidas à respeito de técnicas de plantio, aplicação de adubação ou até mesmo utilização de agrotóxicos.

Também relataram auxílio em projetos financiados por empresas da região. Todos os comentários a respeito da contribuição promovida por estes projetos, deixam nítido a dificuldade na continuidade das ações. Em síntese, os quatro produtores que citaram ser beneficiários de algum desses projetos, se mostraram gratos pelos insumos recebidos, porém desmotivados pela não continuidade e também pelo caráter impositivo das melhorias e ações que deveriam ser promovidas.

Vale destacar a decepção do produtor 2 a respeito de um projeto de implantação de sistemas agroflorestais realizado entre os anos de 2019 e 2020. Apesar de se mostrar grato aos recursos recebidos e destinados a ele pelo projeto, como mudas, insumos e estruturas, o produtor foi bastante enfático ao dizer que não houve nenhuma participação dele no processo de planejamento dos canteiros. Disse que apesar de ter permitido a implementação do canteiro de maneira impositiva, enunciou sua divergência com o que os extensionistas estavam propondo.

Este cenário contribui para colocar em evidência à exclusão de amplos setores da população agrícola e nos convida a pensar em uma nova extensão, pautada na agroecologia, a qual se apropria de metodologias participativas para ter condições de dar o protagonismo ao agricultor trabalhar baseado na proposta de desenvolvimento local e integral (CAPORAL COSTABEBER, 2004).

4.3.2.4 Produção

A patrulha agrícola foi o único instrumento de política pública identificado como parte do eixo de produção ao longo das entrevistas. Segundo a lei que regulamenta a patrulha agrícola no município, seu objetivo é apoiar e incentivar produtores pequenos e médios de Itatinga através da disponibilização de maquinários e equipamentos agrícolas. Sua utilização está restrita aos produtores municipais que explorem parcela da propriedade menor ou igual à quatro módulos fiscais (120 hectares), independente da condição (proprietário, posseiro ou arrendatário).

Entre todas as políticas citadas pelos produtores, esta foi a única que é acessada por todas, de maneira unânime, fato que indica sua relevância visto que esta tem difusão e capilaridade entre a maioria, senão todos agricultores familiares do município de Itatinga, independente da inserção destes no mercado.

Todos produtores entrevistados reforçam a importância do maquinário disponibilizado pela patrulha agrícola para viabilizar e facilitar sua produção. Mesmo os produtores que estão iniciando sua produção, como o caso do produtor 4, ou aqueles que só trabalham com o gado, como é o caso do produtor 3, todos recorrem à patrulha agrícola.

Apesar de todos acessarem, a política não está imune às críticas, que se relacionam principalmente ao valor pago, às condições de pagamento e à disponibilidade do maquinário. Além de sugerirem um valor pago proporcional ao tamanho da propriedade e a possibilidade de pagamento a prazo, as pessoas entrevistadas também comentaram sobre a concorrência para utilização da patrulha agrícola e também apontaram a necessidade de aquisição de outros implementos.

Em relação à questão de pagamentos, os agricultores e até mesmo a agrônoma do município foram bastante críticos às alterações na política de uso da Patrulha Agrícola promovidas pelo Decreto n°2.691 de 2019, que, entre outras mudanças, passou a considerar o deslocamento dos equipamentos como horas de utilização.

4.3.3 Comercialização

4.3.3.1 PNAE

Diante das entrevistas, fica evidente a importância do programa no aumento da renda familiar e também na garantia de melhores condições de vida para estes agricultores, uma vez que estimula que o produtor trabalhe na agricultura facilitando as condições de comercialização e garantindo um valor adequado pela produção. Podemos sintetizar a importância do programa com uma frase dita pelo produtor 2, quando este comentou que o programa é um "chute na bunda para cima".

Por outro lado, o caso do produtor 1 é emblemático para ajudar a compreender os problemas de uma renda dependente do programa. Este produtor comentou que não teria condições de viver a vida de produtor rural, se não fosse o PNAE. Essa fala evidencia uma perigosa dependência do programa, visto que esta pode sofrer com a nova agenda governamental de desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar. (UENO, 2016; PERIN, 2021)

Dos quatro produtores entrevistados que não acessam o PNAE, dois deles não acessam porque não tem a DAP. O produtor 5 é funcionário público, o que impede sua participação no programa e o produtor 8 não participa

porque tem uma série de conflitos com as extensionistas da CA e já deixou de entregar da última vez que ele havia se inscrito.

No contexto de Itatinga, o PNAE tem se mostrado um instrumento eficaz para garantir os circuitos curtos de comercialização dos alimentos produzidos em Itatinga. Apesar de ter passado por uma redução do percentual comprado da agricultura familiar entre os anos de 2013 e 2015 (CARMO, 2017), a venda institucional continua como uma fonte de renda importante para todos os produtores que o acessam.

4.3.2.4.2 Feira

Muitas das características em relação à feira já foram tratadas no eixo dos resultados em que o foco eram os canais de comercialização, desta maneira, neste tópico buscarei abordá-la a partir da perspectiva de políticas públicas.

Os produtores 1 e 6 disseram que estão à procura de outros pontos da cidade para fazer a comercialização da sua produção e se mostraram animados com a proposta. O principal motivo apontado por eles para estarem buscando lugares alternativos, é, de fato, a presença do atravessador na realização da feira aos sábados. O produtor 7 indica que existe uma fidelização da clientela quando diz que a maioria dos clientes chegam nem passam pela sua barraca.

Este contexto reforça a relação inversamente proporcional entre a presença de atravessadores da feira e a presença de agricultores familiares e chama atenção para importância de um grupo de pessoas responsáveis pela organização da feira, como um aspecto central para garantir a inclusão socioprodutiva da agricultura familiar (VERANO e MEDINA, 2021).

O poder público municipal é o principal agente de fomento às feiras no Brasil e, apesar da literatura reforçar a riqueza econômica, cultural e importância das feiras na alimentação da população e fortalecimento da identidade cultural local, nota-se que as iniciativas de estímulo às feiras são tímidas e não dão conta de estimular todo seu potencial (ARAÚJO e RIBEIRO, 2018).

Na busca por novos espaços na cidade para a venda dos seus produtos, os produtores 1 e 6 apontam que é preciso de periodicidade e persistência das exposições para que a população comece a notá-los e de fato se apropriar destes novos canais de comercialização.

Em relação a esta tentativa vinda dos próprios produtores, destaca-se um caso no qual um deles montou a barraca à noite, em uma praça próximo ao Ginásio Municipal. Estavam satisfeitos com o movimento, inclusive relataram ter ouvido da polícia que passou pelo local, que inibiram um ponto de venda de droga que fica próximo ao local. Porém, antes de finalizar a noite de trabalho, tiveram um conflito com uma pessoa ligada ao poder executivo, que dizia que eles não poderiam montar a barraca no local. No dia seguinte, segundo o produtor, o prefeito publicou um Decreto 2.754 de 2020, proibindo o comércio no local.

Não foi encontrada nenhuma ação por parte da prefeitura municipal que contribua para o fortalecimento da feira como canal de comercialização, não há nenhum tipo de regulamentação, a prefeitura apenas permite que haja comercialização dos produtos, porém nem mesmo oferece a barraca.

Todo esse contexto joga luz para a falta de prioridade do poder público municipal ao fortalecimento da feira, como um canal de comercialização capaz de movimentar a economia local, gerar uma alternativa de renda para agricultura familiar e contribuir com o desenvolvimento de redes agroalimentares locais e alternativas (VERANO e MEDINA, 2021; VERANO FIGUEIREDO E MEDINA, 2021).

Vale destacar que, após a apresentação dos resultados feitos na câmara de vereadores, o secretário de agropecuária estimulou os agricultores a realizarem uma feira no clube municipal, antes da EXPOItatinga, um evento com show e venda de produtos artesanais do município que ocorreu no período da noite em um final de semana de Novembro. Os produtores 1 e 7 participaram da feira no período da manhã, porém, em conversa informal com eles, ficou evidente mais uma vez a necessidade de periodicidade da exposição para que haja um maior movimento de clientes.

4.3.4 Associações

Neste tópico, iremos abordar o associativismo e o cooperativismo a partir do contexto local e da perspectiva das políticas públicas, uma vez que esta forma de organização, para além dos benefícios individuais proporcionados, é uma forma de organização que, em última instância, visa o bem comum, se entendermos que a organização da categoria de agricultores familiares poderia ajudar na melhoria das condições de toda a população local.

Em Itatinga existem duas associações estabelecidas, a ASPRI e a APICUESTA. A outra associação que estava em processo de formação chama-se Acampo e destinava-se aos olericultores, porém a pandemia desmotivou os diálogos que estavam acontecendo para efetivar sua organização na prática.

A Apicuesta é a associação de produtores de mel da região e tem sede no município de Itatinga, foi fundada em 2004, e ao longo destes anos, contribuiu para que o município se tornasse um dos maiores produtores de mel do Brasil, sendo considerada de 2011 a 2017 a maior produtora de mel do Estado de São Paulo e figurar entre os cinco maiores produtores do Brasil nos últimos dez anos, sendo o maior produtor em 2014 (IBGE, 2017). Também passou a ser reconhecida como "capital do mel" pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, através do projeto de Lei nº 141, de 2018.

O mel ganhou relevância na produção agropecuária do município nos últimos anos (figura 19). A produção apícola, que ocupava apenas três unidades de produção agropecuária (UPA) e contabilizava pouco menos de 100 caixas de abelha entre os anos de 1998 e 2008, passou a ter mais de 4000 caixas e estar presente em quase 30 unidades de produção agropecuária no ano de 2017 (São Paulo, 1997, 2007 e 2017).

Figura 17: Produção de mel em Itatinga no período de 2004 e 2020.

Fonte: IBGE (2017)

É intuitivo associar o avanço da produção apícola no município com a formação e atuação da Apicuesta. Esta percepção fica evidente na pesquisa quando as pessoas reconhecem a associação como um caso de sucesso em que participação das pessoas associadas gera benefícios para todo o município.

A associação mais antiga do município é a Associação de Produtores Rurais de Itatinga (ASPRI), criada em 1999 com objetivo de fomentar a atividade agropecuária no município, segundo seu próprio estatuto (ASPRI). Mesmo que nominalmente a associação seja de produtores rurais, conceito que poderia abranger inclusive produtores de mel e de agrícolas, a associação é destinada às/aos produtoras/es de leite do município e da região.

Ao contrário do período de crescimento da produção do mel em Itatinga na última década, a produção de leite tem sofrido com a estagnação e instabilidade nas últimas décadas (figura 20). Neste período notou-se uma redução na área de pastagem destinada à bovinocultura leiteira, entre os anos de 2007 e 2017, tanto a área quanto a quantidade de propriedades que trabalham com gado encolheram aproximadamente 14% do total. (São Paulo, 1997, 2007 e 2017).

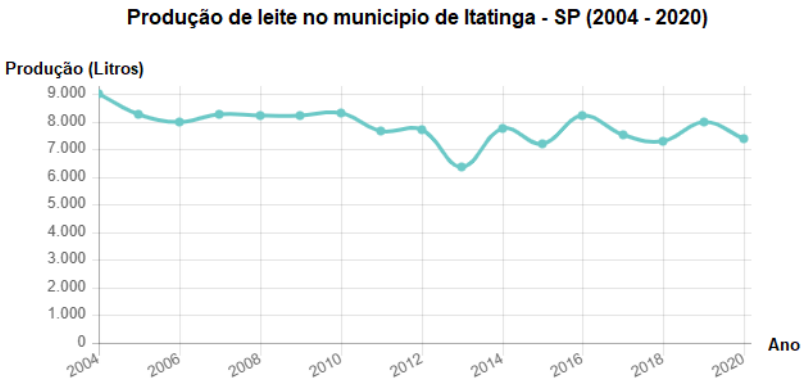

Figura 18: Produção de leite em Itatinga no período de 2004 e 2020.

Fonte: IBGE

A partir dos dados coletados ao longo da pesquisa, nota-se que a ASPRI enfrenta uma série de dificuldades com relação à motivação das/os produtores rurais que fazem parte da associação. Foi mencionado pelos produtores 2 e 3, antigo e atual presidente, respectivamente, uma grande dificuldade em ter a participação dos associados, fato que dificulta a prosperidade da associação.

O produtor 2 relatou um episódio no qual a associação, devido à dificuldade de conseguir mobilizar os associados, perdeu a oportunidade de conseguir o financiamento pelo projeto Microbacias II, promovido pelo Governo do Estado de São Paulo com intuito de fortalecer a participação da agricultura familiar nas cadeias produtivas e sua capacidade organizacional, integrando a produtividade com práticas e manejo mais sustentáveis.

O Programa Microbacias fortaleceu e criou quase 500 associações de produtores, aproximadamente 60% do que existe atualmente no estado, no entanto, muitas foram criadas para acessar o recurso e logo ficaram inoperantes. As associações existentes encontraram dificuldades no acesso ao recurso pois enfrentam diversos problemas com relação à sua organização e funcionamento, esta realidade concentrou recursos nas organizações rurais já bem estabelecidas (NEVES NETO, 2013).

Outro ponto identificado ao longo das entrevistas e também verificado através da uma série de documentos legais disponíveis no site da prefeitura de Itatinga, evidenciam a transferência direta de recursos da Prefeitura Municipal para auxiliar na manutenção da ASPRI (Termo de Fomento 07/2020 e 06/2021; Lei nº 2.035/2016; Lei nº 1.599/2008;). A Apicuesta também já foi beneficiária por estes instrumentos de transferência direta de recursos, porém em proporções e quantidade menores que as destinadas à ASPRI.

Nota-se que as dificuldades organizacionais, principalmente da ASPRI, dificultaram o acesso à financiamentos públicos e também a impedem de superar a condição de dependência dos recursos da prefeitura. Aparentemente esse fato não ocorre com a Apicuesta, que além de acessar o financiamento do Programa Microbacias, parece ter desenvolvido autonomia financeira e não depende mais dos recursos da prefeitura para cumprir com o mínimo necessário para a sua existência.

Além das duas associações já estabelecidas e regularizadas, antes do início da pandemia foi criada a ACAMPO, associação de produtores/as olerícolas do município de Itatinga, visando auxiliar os produtores/as associados à explorar novos e fortalecer os canais de escoamento existente entre os horticultores do município. A associação foi criada e está ativa, porém na prática ela ainda não existe, pois não houve nenhuma outra ação além da ativação jurídica da associação.

A maioria dos agricultores entrevistados participa de uma ou mais associações, as entrevistas não pretenderam distinguir em qual(is) associação(ões) os agricultores/as entrevistados estão associada/o(as/os), apenas teve o intuito de compreender a percepção de cada um deles sobre a organização em associações ou cooperativas.

Todas as pessoas entrevistadas acreditam que a associação pode ser benéfica para auxiliar nas atividades produtivas e também de comercialização, seja diminuindo os custos através de compras coletivas de insumos, viabilizando a comercialização através de um local próprio para a venda de produtos da associação, e até mesmo a viabilizando a logística para acessar mercados mais distantes e ao próprio PNAE de outros municípios.

Mesmo que todas as pessoas entendam ser benéfica a associação, a maioria aponta as questões organizacionais e de envolvimento dos associados como a principal dificuldade para sua formalização. Tanto a falta de participação dos produtores quanto a falta de união e cooperação na hora de cumprir os acordos comerciais estabelecidos, foram as principais dificuldades citadas.

4.3.5 Outras políticas públicas

Os auxílios que figuram neste tópico foram mencionados ao longo das entrevistas, porém acabaram não aparecendo na tabela síntese pois estavam desconectados das estruturas principais que estão representadas na figura 15. As menções foram pontuais e não houveram mais elementos para compor a análise em nenhum outro tópico da pesquisa, sendo assim, pretendo ao menos mencionar o contexto em que foram citadas.

A primeira delas é uma política municipal que viabiliza o acesso à saúde daquelas pessoas que têm dificuldades de se locomover até os hospitais da região para fazerem seus tratamentos. Este auxílio foi mencionado pelo produtor 3, pois sua mulher utiliza o transporte fornecido pela prefeitura para realizar o seu tratamento médico no hospital de Botucatu. Essa foi a única menção feita nas entrevistas em que a visão das políticas públicas foi além do que se refere a ATER e financiamento.

Outra política mencionada e que não figura na estrutura pensada no esquema que tenta sistematizar o esquema de políticas públicas locais e destinadas a agricultura familiar, foi o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz, o qual viabiliza o acesso à energia elétrica nas propriedades rurais brasileiras. O produtor que mencionou acessar essa política pública foi o produtor 8, sendo somente a partir dela que ele obteve acesso à energia elétrica na sua propriedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa esteve atrelada à ideia de intervenção porque foi construída com o intuito de fortalecer as relações entre a universidade e a sociedade. Essa perspectiva extensionista pressupõe uma atuação no sentido de agir para transformar a realidade local, intenção que também dialoga com um viés educador, desde que a educação seja entendida como crítica e emancipatória.

A participação da agricultura familiar no circuito de comercialização local é a temática problematizadora socioambiental que motiva e permeia todo este processo de intervenção educador e participativo. Neste contexto se faz necessário contribuir com processos que visem a transformação do sistema agroalimentar inspirados na agroecologia, no fortalecimento da agricultura familiar e dos mercados locais.

A proposta de intervir na realidade a fim de colaborar com a agricultura familiar do município foi uma temática que viabilizou e motivou o envolvimento de atores locais, com criação e permanência do GT. Ao longo de toda pesquisa e, inclusive após o início da pandemia, este grupo se manteve ativo e atuante, fato que evidencia que os laços criados foram significativos o suficiente para a colaboração até a finalização desta pesquisa.

Infelizmente, sem a pesquisa motivando, envolvendo e conduzindo este processo de intervenção, será difícil sua continuidade atuante da maneira como foi, porém os resultados colhidos deste processo impactaram as pessoas que se envolveram, sejam agricultores entrevistados, através dos estímulos à reflexão sobre sua realidade interagindo com o contexto municipal, ou as próprias extensionistas, participando ativamente na construção dos melhores caminhos para a pesquisa.

Para dar continuidade ao processo de intervenção educador em Itatinga, me parece que o caminho mais promissor é fortalecer o grupo Mosaico. A dedicação ao grupo e fortalecimento da sua identidade coletiva, aparenta ter sido uma estratégia interessante, pois permitiu seu fortalecimento para encarar com maior segurança e resiliência o processo de sucateamento vivido pela universidade pública, devido, principalmente, à não renovação do quadro de docentes e funcionários.

Os desdobramentos desta pesquisa assentam-se nas transformações individuais proporcionadas pelo envolvimento de atores locais com a pesquisa e também pela atuação junto ao grupo de extensão, buscando seu fortalecimento. A criação de espaço de troca e de envolvimentos entre diferentes atores e situações, seja junto ao Mosaico e a EECF ou desta com o próprio município de Itatinga, contribuíram para o fortalecimento desses laços.

Este cenário evidencia as limitações da atuação extensionista da universidade, especialmente no contexto do município de Itatinga, que se resume à poucos discentes e apenas um docente trabalhando com o intuito de contribuir com o fortalecimento da universidade no município.

A intervenção pesquisante foi construída também pensando na incidência em políticas públicas e neste sentido os momentos de articulação entre os diferentes atores citados anteriormente foi pensada visando estimular e desencadear este processo. O envolvimento permitiu avançar com estímulos pontuais, que precisam de maior estrutura e continuidade para se firmarem enquanto políticas públicas eficazes.

Neste contexto afirmo que esta pesquisa pode ser encarada como um processo educador, porque buscou fortalecer laços entre atores locais, visando a articulação de suas ações e jogando luz em uma problemática socioambiental focada no território/município e atuando na tentativa de fortalecer a agricultura familiar, uma categoria historicamente marginalizada dentro das políticas agrícolas e agrárias brasileiras.

A agricultura familiar de Itatinga já tem relevância e inserção considerável nos circuitos de comercialização municipal, principalmente através da merenda escolar e da venda para os estabelecimentos locais.

O PNAE abrange mais agricultores e tem garantido a compra da agricultura familiar. Deveria impulsionar o agricultor a se inserir no mercado e ser mais competitivo, porém pode gerar relações de dependência que se tornam perigosas devido às possíveis descontinuidades destas políticas. A venda para os estabelecimentos locais está sob responsabilidade de dois produtores que dividem o espaço com o atravessador local, que supre a demanda por frutas e legumes que não são produzidos por estes agricultores e dificulta a inserção dos demais.

A feira semanal é um importante canal de comercialização local porém está limitada principalmente pela relação tradicional que existe do atravessador local com este canal de comercialização. A pandemia veio e restringiu ainda mais a participação da agricultura familiar, que passou de três apenas para uma barraca.

As feiras são um caminho com potencial de contribuir com a melhoria das condições existenciais da agricultura familiar local, porque, além de ajudar na renda, cria e fortalece relações de troca, seja entre agricultores ou deste com seus clientes, contribuindo não só com a renda, mas também com melhoria da autoestima e ampliando as possibilidades através das relações sociais que se criam.

O caráter local intrínseco das feiras deveria estimular o poder público a intervir nessa realidade e associar o fortalecimento do canal de comercialização com a própria organização da agricultura familiar local, evitando assim que a feira seja apropriada por atravessadores que alimentam cadeias de produção e comercialização menos benéficas ao município, da perspectiva ambiental, social e inclusive econômica. O incentivo do poder público à este canal de comercialização com estruturação, divulgação e até mesmo educação dos consumidores, emerge como uma possibilidade interessante de fortalecimento dos canais curtos de comercialização e estimulo a organização da agricultura familiar.

A organização da agricultura familiar em uma associação, também já é uma realidade do município e merece atenção, pois é uma maneira de aumentar a capacidade de competir nos canais de comercialização locais e regionais. As experiências que existem no município, junto aos produtores de mel (APICUESTA) e de leite (ASPRI) podem inspirar a organização dos agricultores, principalmente para ampliar a capacidade de escoamento da produção da agricultura familiar e disputar espaço no mercado, principalmente o de compras públicas da região.

As principais dificuldades para viabilizar a associação, está relacionada a organização e participação dos agricultores nas associações e neste sentido as metodologias participativas intrínsecas à nova política de assistência e extensão rural e ao novo paradigma agroecológico, são caminhos promissores para superar esta dificuldade. Fortalecer as várias formas de cooperação entre a agricultura familiar são vitais para fortalecer as cadeias curtas no sistema agroalimentar (LUTZ, SMETSCHKA, GRIMA, 2017).

A política pública que mais contribui diretamente para o fortalecimento da agricultura familiar nos canais de comercialização locais é o PNAE, a feira se mostra como uma alternativa viável, desde que, pensada a partir da lógica de prioridade da agricultura familiar. Outras políticas públicas como as ações de ATER e a patrulha rural, promovidas pela Casa da Agricultura do município, auxiliam indiretamente na comercialização local, mesmo com diversas dificuldades apresentadas, como a sobrecarga com o trabalho administrativo no caso da ATER.

A ATER é um instrumento fundamental para contribuir com a promoção das transformações nos sistemas agroalimentares que apontem para a soberania alimentar. Mesmo diante de todas as dificuldades de implementar a PNATER na prática, estimulando uma visão sistêmica e metodologias participativas. A universidade pode contribuir com a promoção de ações neste sentido a partir do desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares e relacionadas à temática da promoção de sociedades sustentáveis voltadas ao ambiente rural e à agricultura familiar.

O caminho de organizar a agricultura familiar enquanto uma classe unida parece ser a principal maneira de construir políticas públicas estruturantes, duradouras e articuladas com demais ações da sociedade. Estimular sua organização, mirando na construção de autonomia de organização dos agricultores e também para a segurança e soberania alimentar, são os caminhos que mais se aproximam da construção de sociedades sustentáveis.

Diante dos caminhos percorridos por esta pesquisa, se conclui que as políticas públicas ligadas aos sistemas agroalimentares, principalmente no que diz respeito aos canais de comercialização, devem estar alinhadas com a perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar através do estímulo a sua organização, pois, desta maneira, serão capazes de aumentar o poder de negociação da agricultura familiar em canais de comercialização cada vez mais competitivos.

Somente através desta organização, pensando em aumentar o poder nas arenas de decisão política, serão capazes de criar políticas públicas estruturantes e com recursos efetivos, sem depender exclusivamente de vontade política de atores ligados ao Estado, que não tem sido capazes de contribuir significativamente com a melhoria das condições existenciais da agricultura familiar local.

Mesmo que ao longo do desenvolvimento da pesquisa a colaboração entre universidade e município tenha se mostrado promissora, principalmente no que diz respeito à contribuição com a resolução de problemas que permeiam a sociedade, é evidente a dificuldade da universidade em tornar essa colaboração articulada e permanente. Para isso, seria necessário dedicação de toda a comunidade universitária, no sentido de resgar sua legitimidade através da prática extensionista e dialógica.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016. 268 p.

AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. **Agenda política**, v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997. p.33-55.

ALVES, D.M.G. et al. Em busca da sustentabilidade educadora ambientalista. **Ambientalmente Sustentable**, Coruña, v. 5, n. 9-10, p. 7 – 35, jan./dec. 2010.

ANSARA, S.; DANTAS, B. S. do A. Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, p. 95-103, 2010.

ARAUJO, A. M.; RIBEIRO, E. M. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 561-583, 2018.

ARAUJO, J. A.; FILHO, J. E. R. **Análise dos impactos do Pronaf na agricultura do Brasil no período de 2007 a 2016**. Texto para Discussão. No. 2412, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2018

BAVA, S. C. Circuitos Curtos de Produção e Consumo. In: BARTELT, D. D. (Org.) **Um campeão visto de perto: uma análise do modelo de Desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, p. 178-187, 2012. Disponível em:<https://br.boell.org/sites/default/files/democracia_inside_a_champion_port_final.pdf> Acesso em: 12 Jun. 2019.

BELIK, W.; FORNAZIER, A. Políticas públicas e a construção de novos mercados para a agricultura familiar. Raízes: **Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 36, n. 2, p. 70-83, 2016.

BIASOLI, S. SORRENTINO, M. Dimensões das Políticas Públicas de Educação Ambiental: a necessária inclusão da política do cotidiano. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v.21, p. 1-18, 2018

BRANDÃO, C. R. A Pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços da América Latina. In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Org.). Pesquisa participante: o saber da partilha. **Aparecida: Ideias & Letras**, 2006. p. 21-54.

BRASIL. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileto de Geografia e Estatística (IBGE), 2010. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/itatinga/panorama>. Acesso em: out. 2020

BRASIL. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileto de Geografia e Estatística (IBGE), 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/itatinga/pesquisa/24/76693>. Acesso em: out. 2020

BRINGEL, B. VARELLA, R. V. S. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 3, n. 3, 2016

CABEZA, M. D. El sistema agroalimentario globalizado: imperios alimentarios y degradación social y ecológica. **Revista de economía crítica**, n. 10, p. 32-61, 2010.

CAMPOS, J. SILVA, T. e ALBUQUERQUE, U. Observação Participante e Diário de Campo: quando utilizar e como analisar? In: **Métodos de Pesquisa Qualitativa para Etnobiologia**, p. 95-112. NUPEEA, 2021. https://www.researchgate.net/publication/351492815

CANELLAS, J.M.; ALVES, C.E.S. Caracterização das cadeias curtas de abastecimento de alimentos. In: **Enciclopédia biosfera, centro científico conhecer** - Goiânia, v.14 n.25, 2017

CAPORAL, F. R. COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade**. Agroecología e desenvolvimento rural sustentavél**, v. 3, n. 3, p. 70-85, 2002.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis.** Embrapa Informação Tecnológica, 2009.

CARMO, A. P. C. F. Fatores associados à venda da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios do estado de São Paulo. 2017. **Tese de Doutorado**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

CARVALHO, I. C. M. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 2, n. 2, 2001.

CASTRO, C. N. PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater.** Texto para Discussão, No. 2343, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2017

CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. Circuits courts et vente directe: définition, typologie et évaluation. **Cahiers de l'Observatoire CROC**, n. 1-2, fév./mar., p. 1-8, 2007.

COCHET, H**.** The systeme agraire concept in francophone peasant studies. **Geoforum**, v. 43, n. 1, p. 128-136, 2012.

CORREIA, M. C. B. A observação participante enquanto técnica de investigação. **Pensar Enfermagem-Revista Científica| Journal of Nursing**, v. 13, n. 2, p. 30-36, 2009.

CRUZ, N. B., et. al**.** Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n.3, 2020

DAROLT, M. R. Circuitos custos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A., ALMEIDA, L. DE e VEZZANI, F. M. (orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba, Kairós, 2013, p. 139-170

DAROLT, M. R. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 2, 2016

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness.** Boston: Division of Research. Graduate School of Business, Administration. Harvard University, 1957. 136 p.

DELGADO, G. CARDOSO, J. C. **Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. Brasília, Intituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2000. 242 p.

DIAS, R. MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos.** São Paulo: Atlas, 2012. p. 264.

DIEGUES, A. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas, in **São Paulo em Perspectiva.** Vol. 6, 1 e 2, jan-jul. 1992

DINIZ, R. F. HESPANHOL, A. N. R. Reorientação e renovação do serviço extensionista no Brasil: a (difícil) implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). **Extensão Rural**, v. 25, n. 2, p. 7-30, 2018.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 24, p. 213-225, 2004.

ETC GROUP, IPES-FOOD. **Demasiado grandes para alimentarnos.** 2017.

FAO-INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar.** Brasília (DF): FAO/INCRA, 1994.

FASANELLO, M. NUNES, J. PORTO, M. Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, 12(4), 2018. . doi:https://doi.org/10.29397/reciis.v12i4.1527

FEIDEN, A. Agroecologia: introdução e conceitos. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, p. 51-70, 2012.

FERRARINI, O. G. MORUZZI MARQUES, P. E. Projetos agroecológicos no Pontal do Paranapanema: a visão de agricultores assentados e o papel das políticas públicas**. Retratos de Assentamentos**, v. 22, p. 92, 2019.

FLORIANI, N. FLORIANI, D**.** Saber ambiental complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 5, n. 1, 2010.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política nacional de extensão universitária**. Manaus; 2012.

FRANCIS, C. et. Agroecology: The Ecology of Food Systems, **Journal of Sustainable Agriculture**, v. 22, n. 3, p. 99-118, 2003. DOI: 10.1300/J064v22n03_10

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974. 117 p.

GIL, A. C**. Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. Editora Atlas AS, 2008

GOMES, J. C. C. As bases epistemológicas da Agroecologia. In. CAPORAL F. R. e AZEVEDO E O**. Princípios e Perspectivas da Agroecologia.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, p. 13-39, 2011

GÓMEZ, J. R. M. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Revista Pegada**, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2002

GRASSI, A.M. et. al. Sondagem Sobre os Impactos da Pandemia da COVID-19 nos Agricultores Familiares do Estado de São Paulo. **In: Nota Técnica 2/2020**; Governo do Estado de São Paulo/SAA: São Paulo, Brasil, 2020.

GRASSI, A.M. et. al. Sondagem Sobre os Impactos da Pandemia da COVID-19 nos Agricultores Familiares do Estado de São Paulo. **In:Nota Técnica 3/2020;** Governo do Estado de São Paulo/SAA: São Paulo, Brasil, 2020.

GUIMARÃES, M. Intervenção Educacional. In: FERRARO JUNIOR, L. N (Org.): **Encontros e caminhos. Formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores.** v.1. Brasília: MMD/DEA, 2005, p. 189-200

GUZMÁN, E. S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável** 2, 1: 35-45, 2001

GUZMÁN, E. S. et. al. **Canales cortos de comercializacion Alimentária em Andalucia**. Instituto de Sociología y Estudos Campesinos. Universidad de Córdoba. Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces: Sevilla, IFO 14, 2012, 164p.

GUZZATTI, T. C. SAMPAIO, C. A. C. TURNES, V. A. Novas relações entre agricultores familiares e consumidores: perspectivas recentes no Brasil e na França**. Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16 (3). 2014. p. 363-375

HEIDMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDMENN, F. G.; SALM, J. F. **Políticas públicas e desenvolvimento.** Brasília: UnB, 2006. p.23-39.

HETCH S. B. A evolução do pensamento agroecológico. In: **Agroecologia e Desenvolvimento**, CLADES e ASPTA - v. 1. n.1, p. 4-20, 1993

HOFFMANN, R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil?. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 21, n. 1, p. 417–421, 2015. DOI: 10.20396/san.v21i1.1386. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1386. Acesso em: 31 jul. 2022

JACOBI, P. Participação. In: FERRARO JUNIOR, L. N (Org.): **Encontros e caminhos. Formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores.** v.1. Brasília: MMD/DEA, 2005, p. 229-236

WESZ, V. J. J. O Pronaf pós-2014: intensificando a sua seletividade? **Revista grifos**, v. 30, n. 51, p. 89-113, 2021.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, mar. 2014.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustententável**, v. 3, n.1, p. 36-51, 2002

LEFF, E. Pensar a Complexidade Ambiental. In: LEFF, E. (coordenação). **A Complexidade Ambiental**: Tradução de Eliete Wolff - São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, A. F. SILVA, E. G. IWATA, B. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, p. 50-68, 2019.

LÓPEZ-GIRALDO, L. A. FRANCO-GIRALDO, Á. Revisión de enfoques de políticas alimentarias: entre la seguridad y la soberanía alimentaria (2000-2013). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, p. 1355-1369, 2015.

LOURENÇO, J.T.V. Balances Scorecard: Uma tecnologia Articulada. In: **Anuário do Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, e. 22, 2003, Ouro Preto MG.

LOWY, M. XIII Teses sobre a catástrofe iminente (ecológica) e as formas (revolucionárias) de evitá-la, **Movimento: crítica, teoria e ação**, ano 5, 1(16), jan/mar. 2020, p. 10-15.

MAIA, A. G. BUAINAIN, A. M. O novo mapa da população rural brasileira. Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/**Revista franco-brasilera de geografia**, n. 25, 2015, p. 1-26.

MALASSIS, L. **Économie agro-alimentaire: economie de la consommation et de la production agro-alimentaire.** Paris: Cujas, 1973. t. 1.

MALUF, R. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, P. Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MARIETTO, M. L.. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos**. Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 17, n. 4, p. 05-18, 2018.

MARQUES, L. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

MASSOLA, G. M. SVARTMAN, B. P. Enraizamento, tempo e participação na Psicologia Ambiental. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 23, n. 3, p. 293-305, 2018.

MATTEI, L. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 35, n. 1, p. 6-20, 2015.

MÉNDEZ, V. GLIESSMAN, S. R. Un enfoque interdisciplinario para la investigación en agroecología y desarrollo rural en el trópico latinoamericano**. Manejo integrado de plagas y agroecología,** v. 64, n. 1, p. 5-16, 2002.

MIRANDA, M. L. OLIVERA, L. A. B.; HURTADO, A. D**.** La participación social en proyectos de innovación agropecuaria local. **Ambiente & Educação**, v. 25, n. 1, p. 111-130, 2020.

MÓNICO, L. et al. A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **CIAIQ 2017**, v. 3, 2017.

MONTERO, M. (2006a). **Hacer para transformar: el método en Psicología Comunitaria**. Buenos Aires: Paidós, 2006, p. 372

MUNDLER, P. (Org.). Petites exploitations diversifiées en circuits courts**. Soutenabilité sociale et économique.** Lyon: Isara, 34 p, 2008.

NEVES NETO, Carlos de Castro. Políticas Públicas & Desenvolvimento Rural: o Programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo. 2013**. Tese Doutorado.** Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho.

OLIVEIRA, I. A. M. T. Direito e Educação Ambiental: Estimulo à Participação Crítica e à Efetiva Aplicação de Normas Voltadas à Proteção Ambiental no Brasil. 2014. **Tese de Doutorado.** Universidade de São Paulo.

OTEROS-ROZAS, E. et al. A social–ecological analysis of the global agrifood system**. Proceedings of the National Academy of Sciences,** v. 116, n. 52, p. 26465-26473, 2019.

PASSOS, E. BARROS, R. B. **A cartografia como método de pesquisa-intervenção.** Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade, 2009.

PAZINATO, B.C. et. al. Sondagem Sobre os Impactos da Pandemia da COVID-19 nos Agricultores Familiares do Estado de São Paulo. **In: Nota Técnica 4/2020**; Governo do Estado de São Paulo/SAA: São Paulo, Brasil, 2020.

PERES-CASSARINO, J.; FERREIRA, A. D. D.; MAYER, P. H. Agricultura, campesinato e sistemas agroalimentares: uma proposta de abordagem para a transição agroecológica. **Revista Pós-Graduação em Ciências Sociais**. UFRN, Natal, v. 14. N.2, p. 129-152 Jul./dez. 2013.

PERIN, G. O desmonte das políticas pútlicas para agricultura familiar e a nova agenda governamental. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 15, n. 2, p. 33-55, 2022.

PETERSEN, P. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: NIERDELE, P. A. ALMEIDA, L. VEZZANI, F. M. (Orgs)**. Agroecologia. Práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Kairós, Curitiba, p. 69-104, 2013

PICOLOTTO, E. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, supl. 1, 2014. p. 63-83.

PINHO, A.M. et. al. Sondagem Sobre os Impactos da Pandemia da COVID-19 nos Agricultores Familiares do Estado de São Paulo. **In: Nota Técnica 1/2020;** Governo do Estado de São Paulo/SAA: São Paulo, Brasil, 2020.

PINHO, A. M. MATOS, C. R. A. HIRIART, M. M. M. Situação do abastecimento com produtos agropecuários nos municípios do estado de São Paulo durante o período de pandemia COVID-19: percepção por extensionistas da CDRS (SAA): **In: Relatório 1/2020;** Governo do Estado de São Paulo/SAA: São Paulo, Brasil, 2020.

PIRES, A. C. D. BEGA, M. T. S. Crise no sistema agroalimentar brasileiro e COVID-19: uma chamada para outros estilos de vida. **Guaju**, v. 7, n. 2, p. 264-289, 2021.

PLOEG, V. J. D. **Camponeses e Impérios Alimentares; lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalicação.** UFRGS Editora, 2008, p. 376

PORTUGAL, S. SORRENTINO, M. A educación ambiental no Brasil: diferentes perspectivas e boas prácticas. **AmbientalMente sustentable: revista científica galego-lusófona de educación ambiental**, v. 27, n. 1, p. 79-86, 2020.

PRATES, P. J. CUSTÓDIO, A. M.; GOMES, T. O**.** Agroecologia: reflexões teóricas e epistemológicas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 11, n. 3, p. 246-258, 2016.

PRETTO, J. M. HORN, C. H. V. Uma avaliação do PRONAF no período 1995-2018**.** C**olóquio (Taquara): revista das Faculdades de Taquara**. Vol. 17, no. 1 (jan./mar. 2020), p. 35-39, 2020.

RAMBO, A. G.; DENTZ, E. V. Circuitos Curtos de Comercialização Fomentando Novos Usos do Território: Considerações sobre o PNAE e as Feiras Livres. In: **VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional,** 2015, Santa Cruz do Sul. Anais do VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2015.

REINIGER, L. R. S. WIZNIEWSKY, J. G. KAUFMANN, M. P. **Princípios de agroecologia.** 1. ed. Santa Maria, RS. UFSM, NTE, UAB, 2017, 372 p.

RIBEIRO, D. **Universidade para quê?** Brasília. Editora Universidade de Brasília, 32p, 1985

RIBEIRO, D. **Sobre o óbvio**. Encontros com a civilização brasileira, Rio de Janeiro, n.1, 1978.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo, Cia. das Letras. 1995.

RIOJAS, J. A complexidade Ambiental na universidade. In: LEFF, E. (coordenação). **A Complexidade Ambiental.** Tradução de Eliete Wolff - São Paulo: Cortez, 2003

ROCHA, M. e AGUIAR, K. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises**. Psicologia, Ciência e Profissão,** 23(4), 64-73, 2003.

ROCHA, A. B. et al. Análise dos determinantes da utilização de assistência técnica por agricultores familiares do Brasil em 2014**. Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, p. 181-197, 2019.

ROSAS-BAÑOS, M. Nueva Ruralidad desde dos visiones de progreso rural y sustentabilidad: **Economía Ambiental y Economía Ecológica Polis**, Jul. 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/8846>, acessado em 20 de Novembro, 2020.

ROVER, O. J. O método científico em ciências sociais: dos documentos, questionários e entrevistas à análise de enunciados. **Grifos**, Chapecó, n. 30, v. 1, 2012

SACHS, W. Arqueología de la idea de desarrollo. Economía y Medio Ambiente. **Economía Informa,** Número 253, Diciembre-Enero. Facultad de Economía, UNAM, México. p. 12-28, 1997

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI.** São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, p. 71-94, 2007.

SÃO PAULO. Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo. LUPA. São Paulo**: CDRS, 2017**. Disponível em: <http://www.cdrs.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais1617.php>. Acesso em: out. 2020

SÃO PAULO. Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo. LUPA São Paulo: **CDRS, 1997.** Disponível em: <http://www.cdrs.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais1617.php>. Acesso em: out. 2020

SÃO PAULO. Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo. LUPA. São Paulo: **CDRS, 2007**. Disponível em: <http://www.cdrs.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais1617.php>. Acesso em: out. 2020

SCHNEIDER, S. CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de economia política,** v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 43, p. 347-369, 1 abr. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/ptr6WM63xtBVpfvK9SxJ4DM/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 19 jan. 2022.

GUZMAN, E. S. SOLER, M. M. (2010). **Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria.** Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza.

SILVA, M. M. L. MELO, M. A. C. Planejamento adaptativo: uma resposta para sistemas complexos. **In: Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional**, 2002, Rio de Janeiro/RJ, Nov. 2002.

SILVA, S. P.: **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: Uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas.** No. 2076, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2015

SILVA, G. R. F. et al. Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa. **Online Brazilian Journal of Nursing**, v. 5, n. 2, p. 246-257, 2006.

SORRENTINO, M., TRAJBER, R. M. P. FERRARO, L. A. **Educação ambiental como política pública**. Educação e pesquisa, 31, 285-299, 2005.

SOUSA, D. N. Da bioeconomia a ecoeconomica: a busca pela sustentabilidade no Sistema agroalimentar. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 56, p. 297-301, 2021.

TASSARA, E.; ARDANS, O. Intervenção Psicossocial: Desvendando o sujeito histórico e desvelando os fundamentos da educação ambienta crítica. In: FERRARO JUNIOR, L. N (Org.): **Encontros e caminhos. Formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores.** v.1. Brasília: MMD/DEA, 2005, p. 201-216

THIOLLENT, M. **Notas para o debate sobre pesquisa-ação**. Repensando a pesquisa participante, v. 3, p. 82-103, 1987.

TOLEDO, V. M. **La agroecología en Latinoamérica: tres revoluciones, una misma transformación.** Agroecología, v. 6, p. 37-46, 2011.

TRENTO, E. J.; SEPULCRI, O.; MORIMOTO, F. Comercialização de frutas, legumes e verduras Curitiba**: Instituto Emater**, 2011. 40 p

TROIANO, J. A. Da produção ao consumo: os diferentes canais de comercialização de produtos orgânicos em cidades médias do interior paulista. In: **Simpósio sobre reforma agrária e questões rurais**, 7. 2016. Araraquara: Uniara, 2016

UENO, V.A. et. al. Estratégias de comercialização da agricultura familiar: estudos de caso em assentamentos rurais do estado de São Paulo. In**: Simpósio sobre reforma agrária e questões rurais**, 7. 2016. Araraquara: Uniara, 2016

VERANO, T. C. MEDINA, G. Feiras que promovem a inclusão de agricultores familiares em cadeias curtas de comercialização. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 197-218, fev. 2021. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v29n1-11.

VERANO, T. C. FIGUEIREDO, R. S. MEINA, G. S. Agricultores familiares em canais curtos de comercialização: uma análise quantitativa das feiras municipais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 59(3), 2021, e228830. https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.228830

VIEGAS, M. T. Agroecologia e circuitos curtos de comercialização num contexto de convencionalização da agricultura orgânica. **Dissertação de mestrado**. Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014.

WANDERLEY, M. N. B**.** "Franja Periférica","Pobres do Campo","Camponeses": dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G C.; S. M. P. P BERGAMASCO, **Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro**, v. 1, p. 474, 2017.

WEZEL, A.; SOLDAT, V. A quantitative and qualitative historical analysis of the scientific discipline of agroecology**. International Journal of Agricultural Sustainability**, v. 7, n. 1, p. 3-18, 2009

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009

XAVIER, L.P. et. al. **Soberania alimentar: proposta da via campesina para o sistema agroalimentar.** Jornal Brasileiro de Desenvolvimento, v. 04, n. 7, p. 4454-4466, 2018.